



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

FABIO PADUA DOS SANTOS

**CRISE E(M) DESENVOLVIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DA
ESCOLA DE CAMPINAS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
AO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA ECONÔMICA.**

PROF. DR. EDUARDO BARROS MARIUTTI – ORIENTADOR

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA POR FABIO PADUA DOS
SANTOS E ORIENTADA PELO PROF. DR. EDUARDO
BARROS MARIUTTI.**

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "E. Barros Mariutti".

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Santos, Fabio Padua dos, 1985-
Sa59c Crise e(m) Desenvolvimento: a contribuição da Escola de Campi-
nas / Fabio Padua dos Santos. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Eduardo Barros Mariutti.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Economia.
1. Capitalismo – Brasil. 2. Pensamento econômico – História. 3.
Escola de economia de Campinas. I. Mariutti, Eduardo Barros, 1974-.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III.
Título.

12-027-BIE

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Crisis in development: the contribution of Campinas School

Palavras-chave em inglês:

Capitalism - Brazil

History of economic thought

Campinas Economic School

Área de Concentração: História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Eduardo Barros Mariutti

Milena Fernandes de Oliveira

Pedro Antonio Vieira

Data da defesa: 23-02-2012

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluno: FABIO PADUA DOS SANTOS

**“Crise e(m) Desenvolvimento: a contribuição da
Escola de Campinas”**

Defendida em 23 / 02 / 2012

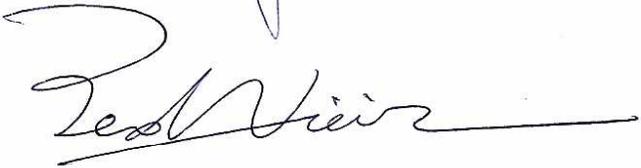
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. EDUARDO BARROS MARIUTTI
Orientador – IE / UNICAMP



Profa. Dra. MILENA FERNANDES DE OLIVEIRA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. PEDRO ANTONIO VIEIRA
UFSC

Para Joel, Arlete e Maíra,
pelo amor.

Em memória de Tomás Taulois.

Para Leonardo Dias Nunes.

Agradecimentos

Primeiramente, eu gostaria de registrar meus agradecimentos ao Instituto de Economia da Unicamp, em particular ao Departamento de Política e História Econômica por propiciar um ambiente estimulante à reflexão. Pessoalmente eu gostaria de manifestar a minha dívida intelectual com os professores: Eduardo Barros Mariutti, pela orientação e pelo apoio incondicional à execução deste trabalho; e Pedro Antonio Vieira (UFSC), pelo fecundo diálogo que travamos nos últimos anos. Sou muito grato a ambos pela cordialidade e pela atenção dispendida. Também gostaria de agradecer aos membros da banca de qualificação, os professores Ricardo Carneiro e Plínio de Arruda Sampaio Jr., pelas críticas penetrantes. À professora Milena Fernandes de Oliveira sou grato pelas fecundas sugestões indicadas na sessão de defesa. Agradeço também a Leonardo Dias Nunes, Maíra Machado Bichir, Eduardo Martins Ráo, Fernando Corrêa Prado, Henrique Pereira Braga, Luiz Mateus da Silva Ferreira, Thiago Franco, Leandro Ramos Pereira e João Paulo Camargo pela interlocução. Gostaria também de manifestar meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa, e, em especial, ao Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, cujo apoio evitou que este trabalho fosse interrompido.

A Universidade também é vivência! E, nestes últimos três anos, descobri e redescobri pessoas maravilhosas que tornaram minha estada em Campinas mais calorosa e apaixonada. Agradeço em especial a Leonardo Dias Nunes, Ricardo Lopes Fernandes e Henrique Pereira Braga, por compartilharmos sempre com alegria nossa vida privada, inclusive nos momentos de tormenta. Meu estado de alegria não teria sido prolongado se não fosse também a amizade de Daniel Pereira Sampaio, Eduardo Martins Ráo, Rafael Silva, Valter Palmieri Jr. e Tomás Taulois. Também sou grato aos amigos Felipe Vilson Vidi e José Aldoril dos Santos Jr., por me acolherem em Florianópolis nos momentos de “fuga”.

Por fim, agradeço aos meus pais, Joel e Arlete, e à Maíra, pelo amor que nutriu meu estado de espírito. O apoio irrestrito de minha família e de minha companheira foi o alicerce sobre o qual foram superadas as dificuldades às quais estive sujeito ao longo do mestrado. A vocês, minha mais sincera gratidão!

Adotar uma atitude crítica incansável em todas as direções: como crítica das ideias dominantes, mas também de nossas próprias ideias, e como crítica da realidade existente, mas também da realidade que, orientados por nossas ideias, já construímos ou pretendemos construir.

Adolfo Sánchez Vázquez

Resumo

A presente dissertação é um estudo sobre como e em quais circunstâncias foi forjada a visão da “Escola de Campinas” acerca do desenvolvimento capitalista no Brasil. O objetivo do trabalho consiste em historicizar e sistematizar a produção intelectual dos artífices desta “Escola”. Evidentemente, esta tarefa transcende as possibilidades de uma dissertação. O que se propõe aqui é tão somente uma primeira aproximação do problema, na qual a ênfase recai sobre as principais teses defendidas no período que transcorre entre 1974 e 1986 e que, em grande medida, delimitaram os contornos básicos da “Escola de Campinas”. Para tanto, o estudo apóia-se num balanço historiográfico. A dissertação está estruturada em três capítulos. No capítulo primeiro, *sistema-mundo moderno, estruturas do conhecimento e movimentos de resistência*, procurou-se estabelecer os parâmetros dentro dos quais é processada a historicização da “Escola de Campinas”. No capítulo segundo, *as raízes históricas da “Escola de Campinas”*, descreveu-se os principais processos que deram origem à “Escola” de modo a revelar sua historicidade. E, no capítulo terceiro, *a “Escola de Campinas”*, as principais teses foram sistematizadas e os contornos gerais da visão do Brasil delimitados. Por fim, o trabalho conclui com uma avaliação da contribuição desta “Escola” ao debate sobre o desenvolvimento à luz da Crise da Modernidade e das dificuldades por ela imposta à reflexão crítica.

Palavras-chave: História do Pensamento, Brasil, Escola de Campinas.

Abstract

This thesis is a study of how and which in circumstances was forged the vision of “Campinas School” about development capitalist in Brazil. The aim of this work consists in to story and to systematize the intellectual production of artificers of this “School”. Evidently this task transcends the possibilities of any thesis. What has been proposed here is so only a first approximation of the issue, in which the emphasis falls on the main dissertations defended between the period of 1974 and 1986, and which delimit, in a large sense, the basics outline of “Campinas School”. For this, the study leans on historiographic perspective. The thesis is structured in three chapters. In the first chapter, *modern world-system, structures of knowledge and movements of resistance*, we attempted to set up the parameters within which the “Campinas School” is storied. In the second chapter, *historical origins of “Campinas School”*, we tried to describe main processes which gave rise to “school”, unveiling his historicity. And, in the third chapter, *“Campinas School”*, the main dissertations were systematized and general outline of vision of Brazil was delimited. At last, this thesis was concluded with one evaluation of this “School” to development debate in light of the Modernity Crisis and of difficulties imposed by it to critical thought.

Keywords: History of thought, Brazil, Campinas School.

Índice

<i>Introdução</i>	1
<i>Capítulo Primeiro - Sistema-Mundo Moderno, Estruturas do Conhecimento e Movimentos de Resistência</i>	7
1. O Sistema-Mundo Moderno	7
1.1. <i>A produção do capital</i>	8
1.2. <i>Acumulação de Poder</i>	13
1.3. <i>Pilares Ideológicos</i>	18
2. Estruturas do Conhecimento Moderno	21
2.1. <i>O Saber Fragmentado</i>	23
2.2. <i>Sistema Universitário Moderno</i>	27
3. Movimentos de Resistência	28
4. Considerações finais: a propósito da historicização da “Escola de Campinas”	33
<i>Capítulo Segundo - As Raízes Históricas da “Escola de Campinas”</i>	39
1. O Brasil na Ordem Mundial: 1945-1968	39
2. 1964: Ruptura e Continuidade	53
3. O surgimento da “Escola de Campinas”	64
4. Considerações Finais	68
<i>Capítulo Terceiro – A “Escola de Campinas”</i>	71
1. Esquema pré-analítico	76
2. O modo de pensamento da “Escola de Campinas”	77
2.1. <i>Problemática da dinâmica capitalista</i>	79
2.2. <i>Problemática da gênese dos diferentes capitalismos</i>	91
2.3. <i>A Problemática da revolução burguesa</i>	96
3. O Capitalismo Tardio: um ensaio coletivo de interpretação do Brasil	99
4. Para reformar o Capitalismo Tardio	108
<i>Conclusão</i>	117
<i>Referências:</i>	121
<i>Anexo Estatístico</i>	129

Introdução

A presente dissertação é um estudo sobre *como e em quais circunstâncias* foi forjada uma visão peculiar acerca do desenvolvimento capitalista no Brasil, a visão da “Escola de Campinas”.

O desenvolvimento deste trabalho consiste em um balanço historiográfico das principais obras que, conjuntamente, fundam a “Escola de Campinas”; a conclusão, por sua vez, consiste na avaliação da contribuição desta “Escola” para o debate sobre o desenvolvimento à luz da Crise da Modernidade e das dificuldades por ela imposta à reflexão crítica.

Para tanto, foi realizado um esforço de historicização e sistematização da produção intelectual dos artífices da “Escola de Campinas”. Evidentemente, esta tarefa transcende as possibilidades de uma dissertação. Portanto, o que se propõe aqui é uma primeira aproximação do problema, sujeita a desenvolvimentos posteriores e, eventualmente, reformulações. Nesta primeira análise, a ênfase recai sobre as principais teses defendidas entre 1974 e 1986 e que, em grande medida, delimitaram os contornos básicos da “Escola de Campinas”.

São inúmeras as formas de se historicizar produções intelectuais. Na bibliografia sobre o pensamento econômico brasileiro, toma-se, em geral, como ponto de partida, o tema do desenvolvimento como eixo estruturante das ideias econômicas. A partir desta temática, a sistematização envolve ou recortes analíticos arbitrários, como foi o caso dos *modelos analíticos de interpretação*¹, ou recortes analíticos que, inspirados em Joseph A. Schumpeter, privilegiam a dimensão histórica do pensamento econômico, como é o caso dos *sistemas de economia política*.² Enquanto no primeiro a ênfase recai sobre as origens teóricas, as hipóteses básicas e as

¹ Neste caso, o caráter arbitrário da sistematização é reconhecido pelo próprio Guido Mantega, diz ele: “Antes de começar a análise, convém chamar a atenção do leitor para o caráter arbitrário envolvido na escolha dos autores e na ordenação de suas teses em modelos de interpretação. O fato é que não existe, até o momento, uma sistematização destas obras ou um balanço de seu alcance que possa servir de referencial, porque o pensamento econômico brasileiro ocupou-se do sistema econômico mas esqueceu-se, ou talvez não tivesse tempo, de analisar a si mesmo e de escrever a sua história. Daí a tentativa de lançar a discussão sobre a Economia Política Brasileira” MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes 1991 [1984], p. 21.

² Como reconhece Ricardo Bielschowsky, “o trabalho constitui, assim, um caso misto especial do que Schumpeter chamou de ‘história de sistemas de economia política’ e ‘história do pensamento econômico’”. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 [1988], p.6.

proposições fundamentais de cada modelo analítico de interpretação³; no segundo a atenção recai para a posição dos autores acerca dos principais dilemas da economia brasileira.⁴ Alguns esforços mais recentes de atualização da história do pensamento econômico brasileiro têm procurado redefinir/repensar o método historiográfico utilizado, propondo uma articulação mais robusta entre a história, a ideologia, a política e a teoria.⁵ Nesta proposta, todavia, as controvérsias continuam sendo o recorte ordenador da extensa bibliografia.⁶

A questão da qual partimos – como e em quais circunstâncias se forja a visão de Brasil pela “Escola de Campinas” – requer, segundo julgamos, um deslocamento de perspectiva. Desde logo, cabe salientarmos que isto não pressupõe negar a “história das controvérsias”. Tal história nos será útil na medida em que as controvérsias ajudarem a esclarecer o significado da “Escola de Campinas” na crise do sistema-mundo moderno. Nosso estudo parte da premissa segundo a qual as controvérsias se desdobram sobre uma realidade que se move lentamente, na qual a História não é prisioneira das intervenções econômicas e políticas que emanam de tais controvérsias, mais sim uma síntese de múltiplas determinações em que o poder da agência está condicionado pela realidade concreta. Deste modo, as controvérsias não encerram em si a realidade concreta, senão o contrário, as contradições concretas que envolvem as controvérsias do debate sobre o desenvolvimento⁷. Se não estamos equivocados em nosso ponto de partida, nosso recorte analítico deve tomar como referência o *movimento global* do sistema social histórico no qual a “Escola de Campinas” está inscrito e pelo qual está envolta. É este, em nosso entender, o critério a partir do qual se deve historicizar a produção intelectual da “Escola de Campinas” e

³ MANTEGA, Guido. *A Economia...*, cit., p.18.

⁴ Neste caso, por sua vez, “a dimensão histórica do pensamento econômico é tratada através da avaliação de seu conteúdo político, a qual, por sua vez, concentra-se na posição dos autores a respeito das principais questões da economia da época, isto é, no problema da industrialização, do planejamento, do capital estatal e do capital estrangeiro, da distribuição da renda, da reforma agrária, e assim por diante”. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico...*, cit., p.9.

⁵ Tal esforço encontra-se em Maria Mello de Malta, “podemos afirmar então que o método que propormos implica em uma redefinição da dinâmica de construção do pensamento econômico nacional em relação aos trabalhos semanais produzidos em HPE. Sob nossa perspectiva a história, a ideologia, a política e a análise teórica são elementos que por serem umbilicalmente conectados precisam ser articulados simultaneamente na definição dos conceitos e da periodização necessários para se construir o recorte de estudo da história do pensamento econômico”. MALTA, Maria Mello de (coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Lema: IPEA, 2010, p.40.

⁶ “Desta forma, encontraremos nos debates sobre estagnação, padrão de acumulação, distribuição de renda, revolução brasileira, inflação, endividamento externo e interno, crise e reconstrução nacional, a essência dos ‘sistemas de economia política’ e da ‘análise econômica’ que estavam em disputa na constituição do pensamento econômico brasileiro, tendo como norte a questão do desenvolvimento”. MALTA, Maria Mello de (coord.). *Ecos do...*, cit., p.35.

⁷ Por debate sobre o desenvolvimento estamos entendendo o conjunto de produções bibliográficas que se propuseram discutir a problemática do desenvolvimento nacional, qual seja, o estudo da “[...] luta do homem pelo controle do próprio destino. Trata-se de entender o conjunto de circunstâncias objetivas e subjetivas que condicionam a capacidade da sociedade de controlar o processo de mudança social” SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, c1999, p.63.

avaliar sua contribuição para o debate sobre o desenvolvimento.⁸

A sistematização dos trabalhos fundadores da “Escola de Campinas” e das demais produções bibliográficas relevantes foi precedida, em nosso estudo, por uma *estruturação* dos elementos fundamentais da realidade objetiva na Modernidade (capítulo primeiro). Pretendemos, com isto, estabelecer as mediações sucessivas necessárias à compreensão do modo de pensamento e da visão de Brasil forjados pelos artífices desta “Escola”. Estabelecidos os vínculos dos processos fundamentais, nossa reflexão prosseguiu com a eleição de um *momento* no capitalismo histórico,⁹ o que nos habilitou não só a apreender a forma de articulação dos processos fundamentais no período de criação e consolidação da “Escola de Campinas” como também a situar a “Escola” ante aquela realidade objetiva em transformação (capítulo segundo). Desse modo, nosso esforço de contextualização da “Escola de Campinas” procurou contemplar os diferentes processos e os diferentes níveis de realidade *a partir dos quais* teve origem e *para os quais* esta “Escola”, com o objetivo de pensar o Brasil para transformá-lo, desenvolveu seu modo peculiar de pensamento e sua própria narrativa da formação e desenvolvimento do Brasil contemporâneo, num período específico do sistema-mundo moderno e, em particular, da vida

⁸ Este critério está inspirado na sugestão de Fernando A. Novais, para quem, “[...] os homens vivem, no curso da história, todas as dimensões da realidade, que a análise separa para tentar explicar. Na realidade objetiva, portanto, todas as dimensões estão interligadas, e são interdependentes. Ao fixar determinada dimensão – a vida econômica, por exemplo – é até certo ponto possível, sob certas condições, estabelecer determinadas configurações (sistemas econômicos, tipos de economia etc.), que abrem caminho para uma periodização. O mesmo quando tratamos da vida social, política, ou das produções culturais. As várias periodizações, entretanto, não coincidem, uma vez que parecem obedecer a ritmos diferentes. Ficam justapostas, e não articuladas. Ora, sendo assim, o critério de *periodização global* não se poderia mesmo encontrar numa inexistente coincidência, mas exatamente na *forma de articulação* que, em determinado tempo, integrasse os vários níveis, aparentemente desordenados. Desta forma, a persistência de determinada configuração setorial quando mudam os demais setores deixa de ser um problema insolúvel, na medida em que a mesma configuração muda de natureza quando se articula com novas configurações. A articulação, isto é, a totalidade, sobreleva e define as partes que a compõem. A contemporaneidade, isto é, a coincidência num mesmo tempo, marcaria a simples temporalidade; a articulação definiria a historicidade de qualquer segmento estudado”. E mais adiante Novais conclui, “rigorosamente, a análise do discurso ideológico pressupõe a **ultrapassagem da setorização**. Tratar da produção cultural como ideológica significa precisamente negar a legitimidade da setorização. O problema é que, no mais das vezes, as pretensas e afoitas análises ideológicas tentam articular determinada produção cultural particular e singular diretamente com os movimentos da sociedade, quando não com os interesses de uma determinada classe: os resultados costumam ser desastrosos. Na realidade, **a estruturação deve preceder** por alargamentos sucessivos, nem se pode abandonar nenhuma mediação, mas aí precisamente enxameiam as dificuldades”. NOVAIS, Fernando A. “Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime”, 1979. In: NOVAIS, F. A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, pp.160, 161 e 162, negrito nosso.

⁹ Desde logo, convém deixar claro o significado da expressão *capitalismo histórico*. Esta se refere à narrativa elaborada por Immanuel Wallerstein, na qual este autor se propõe a descrever a realidade do capitalismo como um sistema social histórico numa perspectiva multitemporal, “na totalidade de sua história e na sua realidade concreta única”, a partir da premissa segundo a qual “a realidade social é sempre e necessariamente histórica (no sentido de que a realidade é inevitavelmente muda todo nanosegundo) e estrutural (no sentido de que a ação social é governada por constrangimentos derivados do sistema social histórico dentro do qual a atividade descrita ocorre)”, destacando, assim, as continuidades e rupturas deste sistema. WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.7; WALLERSTEIN, Immanuel. *Centrist liberalism triumphant, 1789/1914*. Berkely: University of California Press, 2011, p.xi. Os elementos constitutivos do sistema-mundo moderno serão apresentados no capítulo primeiro.

econômica e política brasileira.¹⁰ A apresentação do modo de pensamento da “Escola de Campinas” e a análise de sua contribuição para o debate sobre o desenvolvimento estão expostas no capítulo terceiro.

Acreditamos que a investigação acerca da origem e do significado da “Escola de Campinas” se faz oportuna em virtude da maneira como vem se delineando o debate sobre o desenvolvimento na última década.¹¹ Em consequência das mudanças sociais em curso, as tentativas de interpretação de nosso próprio tempo, ao que parece, têm resgatado problemáticas e expectativas do passado, repensando os modelos explicativos sem redefinir radicalmente os parâmetros dentro dos quais o fenômeno do desenvolvimento é estudado. Por exemplo, na perspectiva recente da “Escola de Campinas” e de seus companheiros da UFRJ, embora as hipóteses explicativas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil tenham se sofisticado por meio de uma profunda reflexão acerca da economia política internacional,¹² o modo como se tem recolocado o debate sobre o desenvolvimento é um indicativo da dificuldade de se romper com certos axiomas que outrora orientaram a reflexão crítica na América Latina. Isto se evidencia em José Luís Fiori, quando este realiza seu esforço de recolocar em pauta o debate do desenvolvimento “[...] voltando ao problema originário da economia política clássica – o da

¹⁰ As referências teóricas utilizadas por nós para estudar e organizar a produção intelectual da “Escola de Campinas” são: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2005. LUKÁCS, György. “A consciência de classe”. In: LUKÁCS, György. *Historia e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. 2. ed. Porto: Elfos, 1989. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia: introdução a sociologia do conhecimento*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954. GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967 (Introdução e O Conceito de Estrutura Significativa em História da Cultura). NOVAIS, Fernando A. “Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime”, 1979. In: NOVAIS, F. A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. WALLERSTEIN, Immanuel. *SpaceTime as Basis of Knowledge*. 1997 (notas enviadas ao Congresso Mundial de Convergência realizando em Cartagena, Colômbia).

¹¹ Entre as contribuições recentes destacam-se, em ordem cronológica: FIORI, José Luís & TAVARES, Maria da Conceição (orgs.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. FIORI, José Luís (org.). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001. PAULA, João Antônio de, PAULANI, Leda & COUTINHO, Maurício Chalfin (orgs.). *A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5. ed. atual. São Paulo: Ed. 34, 2003. Ver em especial nesta edição o capítulo final intitulado “Retomada da revolução nacional e o novo desenvolvimentismo”. FIORI, José Luís (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. GIAMBIAGI, Fábio, VILLELA, André, CASTRO, Lívina Barros de & HERMANN, Jennifer. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. PAULA, João Antônio de (org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. SICSÚ, João, PAULA, Luiz Fernando R. de; MICHEL, Renaut (orgs.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Manole: Fundação Konrad Adenauer, 2005. MEDEIROS, Carlos Aguiar; FIORI, José Luís; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. CARNEIRO, Ricardo M.; MATIJASCIC, Milko (orgs.). *Desafios do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: Campinas: IPEA, IE-Unicamp, 2010.

¹² Cabe observar, no entanto, que não há uma unidade teórica entre o grupo da UFRJ e o grupo de Campinas. Há uma divergência central, do ponto de vista metodológico, referente aquilo que tem sido chamado de “nacionalismo metodológico”. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao “nacionalismo metodológico”. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, v.19, n.3 (40), p.637-645, dez. 2010. O autor agradece ao professor Ricardo Carneiro por ter chamado a atenção para este ponto.

riqueza das nações – e retomando o debate histórico sobre a viabilidade e os caminhos do desenvolvimento econômico nacional”.¹³ Não discordamos da necessidade de recolocar o debate, pois repensar continuamente conceitos e categorias é condição necessária à elaboração teórica com vistas à práxis transformadora. Todavia, a questão que nos fazemos é se, nos dias de hoje, esta releitura e este resgate, à luz das “profecias não cumpridas”, serão suficientes para indicar novos caminhos à mudança social.

Karl Mannheim certa vez afirmou que “somente num mundo em crise, em que se criam novos valores fundamentais sobre as ruínas dos velhos, pode o conflito intelectual intensificar-se a ponto de os antagonistas procurarem aniquilar, não só as crenças e atitudes específicas de seus antagonistas, mas os alicerces intelectuais em que se baseiam essas crenças”.¹⁴ Com base nesta observação, tomamos por hipótese que o ano de 1968 inaugurou um longo período de crise, no sentido de crítica aos alicerces e aos valores que orientaram a reconstrução da ordem mundial do pós-guerra. Além disso, admitimos que a forma de manifestação desta crise no pensamento de esquerda tem sido, desde então, especialmente a partir de 1989, a dificuldade de recriar os alicerces para uma ordem social socialista. Visto desta forma, figura-se uma *crise em desenvolvimento*.

Embora não haja consenso em torno da profundidade e da dimensão dessa crise, parece-nos pertinente centrarmos nossa atenção no modo como foram elaborados os modelos explicativos da formação e do desenvolvimento das economias latino-americanas nos diferentes momentos do capitalismo. A necessidade deste tipo de revisão se coloca em razão das transformações de longa duração que se vêm acontecendo no sistema-mundo moderno¹⁵ e que têm colocado em dúvida a validade dos modelos explicativos outrora forjados e a partir dos quais se está avançado o debate recente sobre o desenvolvimento.

Avaliar o significado da contribuição da “Escola de Campinas” pressupõe um esforço de reflexão que articule contiguamente as dimensões econômica, política e cultural da existência

¹³ FIORI, José Luís. “Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações”. In: FIORI, José. Luís (Org). *Estado e moeda no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

¹⁴ MANNHEIM, Karl. *Ideologia...*, cit., p.59-60.

¹⁵ Vide: WALLERSTEIN, Immanuel. “La crisis como transición” In: AMIM, Samir et.al. *Dinámica de la Crisis Global.*, pp. 14-60. Ver também “Structural Crises” In: *New Left Review*, 62, mar-apr, 2010, pp.133-142. De modo análogo, porém com discordâncias, vide: MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009. Ou ainda, para uma introdução ao do debate, ver: CHESNAIS, François. “Um momento histórico crítico”; FIORI, José Luís. “A esquerda e a crise; BRENNER, Robert. “A crise que se aprofunda”; e GOWAN, Peter. “Crises na capital”. In: *Margem Esquerda – ensaios marxistas*. Nº. 13. São Paulo: Boitempo Editorial, maio de 2009.

social no mundo moderno. Um estudo que não parta desta visão complexa e totalizante incorrerá, necessariamente, numa visão distorcida da “Escola de Campinas”. O viés é inevitável nas ciências humanas. Mas, exatamente para tentar mitigá-lo, é que precisamos partir das determinações mais gerais e, sobretudo, situar os fenômenos em seu devido tempo-espaço.¹⁶

¹⁶ De acordo com Wallerstein “[...] we ignore time and space completely, because we seldom, if ever, take into account the social construction of time and space, and almost never the social construction of their combination which I shall call TimeSpace. In a sense this is not surprising at all. Historical systems derive such stability as they have from the fact that most people located within them consider the social system natural and enduring, if not eternal. To do this, it is easiest to consider time and space as invariants, as Kant theorized” (p.1). Com isto, deixou-se de lado três maneiras de conceber o tempo e o espaço. Wallerstein os denominou tempo-espaço ciclo-ideológico, tempo-espaço estrutural e tempo-espaço transformacional. O tempo-espaço ciclo-ideológico “[...] pretend to explain the functioning of a particular system, but one that extends over large space and long time, the *longue durée* of Braudel”. (p.5). Já o tempo-espaço estrutural, “is in fact the key concept in social science. When we locate it, we have the meaningful unit of analysis of social continuity and of social change. We have the basic parameters within which social interaction and social conflict occur”. (p.6) Por sua vez, o tempo-espaço transformacional, “it is the moment of transition from one kind of historical system to another, from one mode of organizing social life to another. These moments do not come often”. (p.6) E, conclui: “this moment of transformational change, or rather of the possibility of transformational change, has two vectors that are decisive. One is the political struggle between those who hold different, opposing value-systems. But the second is the struggle within the world of knowledge, which determines whether we can clarify the historical alternatives that we face, make more lucid our choices, both criticize and empower those who are engaged in the political struggle (from which of course the world of knowledge is unable to dissociate itself)”. (p.6). WALLERSTEIN, Immanuel. *SpaceTime as Basis of Knowledge*. 1997 (notas enviadas ao Congresso Mundial de Convergência realizado em Cartagena, Colômbia). No presente trabalho, levamos também em consideração as três dimensões tempos-espaciais articuladamente.

Capítulo Primeiro - Sistema-Mundo Moderno, Estruturas do Conhecimento e Movimentos de Resistência

O presente capítulo delimita o quadro geral a partir do qual tentamos estabelecer as mediações necessárias à compreensão das origens e do significado da contribuição da “Escola de Campinas”.

Para lograr nossos objetivos, em primeiro lugar, delimitaremos a unidade tempo-espaço da qual partimos, explicitando seus processos fundamentais – acumulação mundial capitalista, acumulação de poder e os pilares ideológicos da modernidade – e a forma como estes processos historicamente se vincularam a partir do longo século XIX. Em segundo lugar, dedicaremos breve atenção à forma como se estruturou, no sistema-mundo moderno, o conhecimento tanto do ponto de vista de sua base epistemológica (as “duas culturas”, o universalismo e a setorização) quanto de sua institucionalidade (sistema universitário moderno). Em terceiro lugar, destacaremos alguns casos de resistência à forma dominante de conceber o mundo no longo século XX, destacando alguns exemplos latino-americanos. Ao final, apresentaremos algumas considerações a propósito da historicização da “Escola de Campinas”, sugerindo o caminho por nós percorrido.

1. O Sistema-Mundo Moderno

A unidade tempo-espaço da qual partimos é o sistema-mundo moderno. Nesta seção expomos, com certo grau de liberdade e generalidade, uma síntese de nossas leituras da narrativa elaborada por Immanuel Wallerstein sobre o capitalismo.

Em nosso estudo, o **sistema-mundo moderno** está sendo considerado como aspecto contextual da **estrutura significativa** adequada ao estudo da “Escola de Campinas”.¹⁷ Tal

¹⁷ As teses que conformam a “Escola de Campinas” são um conjunto de obras que “[...] caracterizam-se, com efeito, pela existência de uma *coerência interna*, de um conjunto de relações necessárias entre seus diferentes elementos constitutivos e, entre as mais importantes delas, entre o conteúdo e a forma, de modo que não só é impossível estudar de maneira válida certos elementos da obra fora do conjunto de que fazem parte, conjunto que é o único fator capaz de determinar a natureza e sua significação objetivas, como também que a possibilidade de avaliar a necessidade de cada elemento em relação à estrutura significativa global constitui o guia mais seguro para o pesquisador.” Desde logo, estamos entendendo por estrutura significativa a articulação de três elementos: a estrutura interna das obras, a contextualização e a significação. Nas palavras de Lucien Goldmann: “(a) que essa estruturação interna das grandes obras filosóficas literárias e artísticas provém do fato de que elas

preferência resulta de encontrarmos nesta perspectiva um esforço de articulação de três processos fundamentais da Modernidade, os quais nos habilitarão a desenvolver nos capítulos segundo e terceiro um estudo sobre as origens desta “Escola” e, principalmente, uma avaliação de sua contribuição para o debate sobre o desenvolvimento no contexto de sua consolidação. Nossa exposição, deste modo, não contempla o controverso período de formação da economia-mundo capitalista,¹⁸ mas apenas leva em consideração e de forma sintética a maneira como estes processos fundamentais se articularam historicamente no sistema-mundo moderno.¹⁹

1.1. A produção do capital

A acumulação capitalista tem sido o princípio reitor do sistema-mundo moderno. Sua realização contínua e prolongada sempre encontrou restrições a esta operação. Por um lado, esteve restringida pela disponibilidade de fatores (trabalho, insumos, compradores, crédito, etc.) dispostos a engajarem neste processo; por outro, esteve refreado pela concorrência intercapitalista. Ambos os limites, como veremos na próxima seção, foram manipulados por interesses capitalistas através do Estado.

O processo de produção do capital ou de acumulação capitalista exigiu o alargamento contínuo, em escala mundial, da divisão social e técnica do trabalho. Tal difusão envolveu

exprimem, no nível de uma coerência de grande porte, atitudes globais do homem diante dos problemas fundamentais colocados pelas relações inter-humanas e as relações entre os homens e a natureza, atitudes globais (nós as chamamos de “visões do mundo”) que existe em número limitado, se bem que seja impossível fazer seu inventário ou sua tipologia antes de dispor de um número suficiente de estudos monográficos; (b) que a inserção dessa ou daquela visão do mundo, em certas épocas precisas, resulta da situação concreta na qual se encontram os diversos grupos humanos no decurso da história e enfim, (c) que a coerência estrutural não é uma realidade estática, mas sim uma virtualidade dinâmica no interior dos grupos, uma estrutura significativa na qual tendem o pensamento, a afetividade e o comportamento dos indivíduos, estrutura que maioria dentre eles só realiza excepcionalmente em certas condições privilegiadas, mas que indivíduos particulares podem atingir em domínios limitados quando eles coincidem com as tendências do grupo e as levam à sua coerência mais extrema. (É o caso de certos chefes políticos ou religiosos, dos grandes escritores, grandes artistas ou grande pensadores filosóficos)”. GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p.93-4 e 94-5.

¹⁸ Para um estudo sobre a temática da transição ver MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 2004. A interpretação de Wallerstein desta questão ver capítulo 1 – Prelúdio Medieval In: WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*. Vol. 1. New York: Academic Press, 1974.

¹⁹ A exposição que segue goza de certa liberdade na exposição dos argumentos centrais de Immanuel Wallerstein e está baseada num conjunto de trabalhos, quais sejam: WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*. Vol. 1. New York: Academic Press, 1974. WALLERSTEIN, I. *The Politics of the World-Economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985. WALLERSTEIN, Immanuel. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity, c1991. WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. México: Siglo XXI, 1996. WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York, NE: The New Press, 2000. WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis: an introduction*. Duke University Press, 2004. WALLERSTEIN, Immanuel. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

basicamente quatro processos: a competição intercapitalista e interestatal; a proletarização da força de trabalho; o progresso técnico para e pelo capital; e a incorporação de arenas externas à economia-mundo capitalista.

A expansão desse sistema social histórico, cuja origem se dá no longo século XVI, resultou simultaneamente: da contradição fundamental do capitalismo, ou seja, a oposição entre os interesses individuais capitalistas (elevar a parcela na margem global de lucro) e o interesse coletivo capitalista (reduzir o custo global de produção); e da competição interestatal, isto é, a tendência dos Estados acumularem poder ao ponto de algum deles se converter em império-mundo.²⁰

1.1.1. Concorrência intercapitalista

A competição intercapitalista foi o reflexo da incompatibilidade entre interesses individuais capitalistas. Com o intuito de elevar sua participação no excedente social, cada capitalista procurou individualmente tirar vantagem da divisão social e técnica do trabalho, elevando sua própria eficiência e/ou se utilizando dos aparelhos de Estado. Valendo-se das diferentes formas de produção (artesanato, manufatura, maquinofatura, *putting-out system*, grande indústria), das diferentes formas de controle do trabalho (escravo, servil e assalariado) e dos diferentes mecanismos de Estado (expropriação pela coerção, concessões de monopólios, etc.), os capitalistas historicamente procuraram maximizar individualmente seus rendimentos, alterando o padrão específico de produção, isto é, modificando, em benefício próprio, a forma de articulação dos diferentes processos produtivos que constituíam as diferentes cadeias mercantis.²¹ Do ponto de vista do sistema, isto conduziu a desproporções periódicas nos níveis de investimentos. Tal desproporção correspondeu aos ciclos de expansão e estagnação da

²⁰ A competição interestatal também foi fundamental a expansão da economia-mundo capitalista. Este ponto está desenvolvido mais adiante na seção 1.2.

²¹ Braudel ajuda a esclarecer este ponto: “Já disse que o capitalismo de ontem (ao contrário do de hoje) ocupava apenas uma estreita plataforma da vida econômica. Então, como é que se falaria, a seu respeito, de ‘sistema’ extensivo ao conjunto social? Nem por isso deixa de ser um mundo em si, diferente, até estranho em relação à globalidade social e econômica que o rodeia. E é em relação a esta última [globalidade econômica] que se define como ‘capitalismo’, não apenas em relação às novas formas capitalista que surgirão mais tarde. Com efeito, ele é o que é em relação a um não-capitalismo de proporções imensas. E recusar admitir esta dicotomia da economia de ontem, a pretexto de que o ‘verdadeiro’ capitalismo dataria do século XIX, é renunciar a compreender o significado, essencial para a análise desta economia, do que se poderia chamar a topologia antiga do capitalismo. Se há lugares onde ele se implantou por eleição, não por inadvertência, é, com efeito, porque estes eram os únicos favoráveis à reprodução do capital.” BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Os Jogos das Trocas, vol.2. 2ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009 [1979].

acumulação mundial capitalista. Nos períodos de estagnação, os sistemas produtivos (regionais ou nacionais), em geral, foram desarticulados, elevando-se o grau de concentração do capital em nível global nos elos mais saturados das cadeias mercantis. Isto implicou, ao longo do capitalismo, reestruturações da divisão mundial do trabalho (como, por exemplo, o deslocamento do eixo do comércio mundial do mediterrâneo para o atlântico e do atlântico para o pacífico). Esta redistribuição espacial das atividades em escala mundial era, em parte, reflexo de inovações tecnológicas ou organizacionais nos elos cênicos (os elos mais rentáveis) das cadeias mercantis, que implicaram, historicamente, redefinições da hierarquia mundial das atividades econômicas. A escala da hierarquia mundial desses processos econômicos sempre correspondeu a uma especialização geográfica da produção (periferia, semiperiferia, centro) e a maneira como se conformou esta especialização dependeu, em parte, da disponibilidade de fatores em cada área da economia-mundo e, em parte, da força do Estado correspondente a cada área. Do ponto de vista do sistema, a concorrência intercapitalista implicou apropriação desigual entre os acumuladores de capital, engendrando, deste modo, a tendência à concentração e à centralização do capital em nível mundial. A apropriação desigual do excedente entre capitalistas (o fenômeno da troca desigual) correspondeu, portanto, à especialização geográfica da produção e refletiu a capacidade de concentração pelos diferenciais de renda ou pela intervenção do Estado na divisão mundial do trabalho de capitais individuais.

Vejamos agora, em poucas palavras, como os capitalistas procuraram, com o intuito de elevar suas margens de lucro e, deste modo, sua participação relativa no excedente global, compensar as pressões competitivas, proletarizando, totalmente ou parcialmente, a força de trabalho, introduzindo progresso técnico e incorporando novas áreas à economia-mundo capitalista.

1.1.2. Proletarização

Outra restrição à acumulação capitalista foi a disponibilidade de fatores (insumos, acesso aos mercados e ao crédito), em especial, a disponibilidade da força de trabalho. Diferentemente da concorrência intercapitalista, que adveio do antagonismo entre os interesses individuais capitalistas e o interesse capitalista coletivo e que tendeu à redistribuição global do excedente em favor dos capitalistas em posição mais vantajosa, a proletarização da força de

trabalho resultou da necessidade global por mais trabalho que seguia a expansão de atividades capitalistas em escala mundial. Todavia, como veremos em seguida, do ponto de vista da acumulação capitalista, a expansão da proletarização da força de trabalho engendrou um segundo problema, o do custo da força de trabalho.

No capitalismo, a acumulação capitalista não pressupôs historicamente a generalização total do trabalho assalariado. Por muito tempo, os capitalistas perseguiram o lucro, articulando, em nível mundial, diferentes sistemas de produção e diferentes regimes de controle de trabalho. Portanto, a acumulação capitalista dependeu historicamente apenas parcialmente da constituição de um mercado de trabalhadores livres dispostos a venderem sua força de trabalho. Deste modo, a relação entre acumulação capitalista e proletarização é antes uma questão de grau do que de categoria lógica. O grau de proletarização favorável à acumulação capitalista dependeu, em grande medida, da composição dos espaços domésticos, isto é, do capital fixo e da renda comum a partir dos quais foi possível a cada família assegurar, por seus próprios meios, parcialmente ou não, sua subsistência e reprodução. Quando a subsistência e a reprodução da família dependiam de uma parcela muito pequena da renda proveniente do trabalho (espaços domésticos semi-proletários), o limite inferior aceitável a partir do qual os trabalhadores se proletarizavam era baixo. Por sua vez, quando a subsistência e a reprodução da família dependiam de uma parcela muito grande ou totalmente da renda proveniente do trabalho (espaços domésticos proletarizados), o limite inferior aceitável à proletarização costumava ser mais alto. Não há dúvidas que os capitalistas souberam se aproveitar destes diferenciais.

Nos lugares onde predominaram espaços domésticos proletários, o grau de proletarização era mais intenso, bem como mais nítidos foram os conflitos capital-trabalho, dado que nestes espaços a organização política dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho foi um fenômeno mais recorrente. As pressões “de baixo” por um estado de bem-estar introduziram, no sistema social histórico, uma tendência à elevação dos custos da força de trabalho, que historicamente foram contrabalanceadas por uma tendência de desvalorização contínua do trabalho a partir da distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O sexismo e a diferenciação étnica foram mecanismos dos quais coletivamente os acumuladores de capital se valeram no conflito capital-trabalho.

Sem embargo, no plano dos interesses econômico-corporativos, em momentos de

estagnação da acumulação mundial capitalista, os interesses de um grupo pequeno de capitalistas, em geral aqueles mais frágeis na hierarquia mundial das atividades, convergiram com os interesses dos trabalhadores de elevar a proletarização, protegendo-a socialmente por um marco legal, elevando os salários, estimulando o consumo e, deste modo, preservando o nível de emprego e a acumulação capitalista individual. Entretanto, historicamente, a elevação do grau de proletarização no sistema-mundo moderno engendrou, em função das lutas políticas pelos direitos sociais, uma elevação contínua do custo sistêmico da força de trabalho e, conseqüentemente, uma tendência à queda da taxa geral de lucro. Tendência esta compensada de duas maneiras: pelas transformações tecnológicas pelo capital e pela incorporação de zonas pertencentes à arena externa (isto é, expansão absoluta).

1.1.3. Desenvolvimento tecnológico

A transformação na técnica é um processo recorrente na história humana e esteve vinculada à necessidade do homem de se adaptar à ou de dominar a natureza, além também da tendência de os homens dominarem outros homens. Não obstante, o que foi surpreendente no capitalismo foi a velocidade e a magnitude em que e a finalidade para as quais as transformações tecnológicas se orientaram. As transformações na base técnica da acumulação capitalista, em geral, cumpriram dois objetivos. Por um lado, o de criar novos “recursos escassos”, assegurando lucros extraordinários frente aos concorrentes capitalistas. Por outro, o de reduzir a quantidade absoluta de trabalho, elevando a produtividade da força de trabalho no processo de produção do capital. Ambos surgiram, historicamente, em respostas à baixa cíclica do processo de acumulação capitalista. Neste momento, em geral, compensaram a queda da taxa de lucro, otimizando o processo de valorização do capital centralizando os processos de trabalho e/ou descentralizando a produção.

1.1.4. Arena externa

Além do processo de desenvolvimento tecnológico, a incorporação de novos espaços à divisão social do trabalho da economia-mundo capitalista foi o processo que mais compensou o decréscimo da taxa geral de lucros decorrente do processo de proletarização. Dependente do

progresso técnico, como o desenvolvimento dos transportes, dos meios de comunicação e dos meios de coerção (o Estado), em geral, os capitalistas buscaram, com a incorporação de arenas externas, reduzir o custo da força de trabalho, restabelecendo em um nível mais baixo o limite inferior à proletarização.

1.2. Acumulação de Poder

No capitalismo, a luta política moveu-se em torno dos benefícios, em especial, das rendas monetárias oriundas dos ganhos de produtividade provenientes da expansão e do adensamento da divisão social e técnica do trabalho em escala mundial. Tal disputa tendeu a se polarizar em dois grandes grupos: o daqueles que buscavam constantemente extrair para si vantagens do sistema econômico; e o daqueles prejudicados pelo sistema econômico. Historicamente, ambos os grupos conduziram suas respectivas lutas políticas através das estruturas de Estado, convertendo a tomada do poder do Estado no principal objetivo estratégico da luta política.

Vejam agora como o Estado influenciou a acumulação mundial capitalista; como a conformação de um Sistema Interestatal impulsionou e, ao mesmo tempo, restringiu a acumulação capitalista; qual foi o conteúdo de classe da luta política no capitalismo; e, por fim, como se caracterizaram os movimentos antissistêmicos.

1.2.1. Papel do Estado na acumulação mundial capitalista

O manejo do processo de acumulação capitalista pelo Estado se deu a partir de quatro maneiras: da jurisdição territorial, na qual cada Estado exerceu seu domínio; do direito legal de cada Estado regular as relações sociais de produção nos limites de sua própria jurisdição territorial; do poder de tributação; e da monopolização dos meios de coerção.

Jurisdição territorial: Todo Estado, como tal, exerce seu poder de editar leis e ministrar a justiça sobre um determinado território. O exercício pleno deste poder está, portanto, espacialmente determinado pelas fronteiras jurídico-políticas que demarcam os limites do poder do Estado e, ao mesmo tempo, dão feição ao próprio Estado. Nesse sentido, o controle e a

alteração das fronteiras se constituíram em um dos principais mecanismos através dos quais cada Estado impeliu a divisão social, técnica e espacial do trabalho na economia-mundo capitalista com a pretensão de acumular mais poder frente aos demais Estados. O Estado procurou ampliar seu poder alargando seus domínios (ou os tiveram comprimidos), através de unificações, colonização, descolonização, etc., e controlando a circulação de pessoas, de bens e de dinheiro nas linhas fronteiriças com outros Estados.

Mecanismo de regulação das relações sociais de produção: Entre todas as formas de o Estado manipular a acumulação capitalista, o direito de regular as relações sociais de produção em sua própria jurisdição constituiu em um elemento fundamental do sistema-mundo moderno. Historicamente, o Estado regulamentou as relações sociais de produção em benefício da acumulação capitalista. Para tanto, este conduziu a força de trabalho à proletarização, impondo-lhe obrigações fiscais em dinheiro e regulamentando os contratos de trabalho, bem como restringindo sua mobilidade. Contra a repressão do Estado sobre os trabalhadores surgiram movimentos organizados da classe trabalhadora. Tais movimentos, cujos interesses eram contrários aos interesses capitalistas, engajaram-se na luta política pelos benefícios. Nesta luta, porém, a classe trabalhadora não se limitou ao conflito “na fábrica”. O fato de essa classe ter se constituído em considerável força política nos aparelhos de Estado, desde logo, conduziu-a a reivindicar, através do Estado, melhores salários e condições de trabalho.

Tributação: O terceiro elemento através do qual o Estado manipulou a acumulação capitalista foi a tributação. Primeiro, porque a tributação constituiu-se na principal fonte de rendimento do Estado Moderno. Segundo, porque, no capitalismo, a posição de cada Estado na hierarquia mundial do poder esteve diretamente correlacionada à capacidade do Estado de controlar, no interior de sua jurisdição territorial, recursos naturais, humanos e financeiros para promover o desenvolvimento capitalista em seu território. Foi, pois, através de seu poder de redistribuição, que o Estado favoreceu a acumulação capitalista. Os mecanismos foram vários, tais como subsídios, canais fiscais e, sobretudo, uma conduta orientada pelo princípio da individualização do lucro e da socialização dos riscos. Individualmente, nos Estados em que a luta dos trabalhadores foram mais densas, houve momentos de equacionamento dos benefícios. Sistemicamente, embora o Estado tenha destinado recursos para gastos sociais, seu poder de redistribuição dos benefícios mais polarizou do que equacionou as diferenças inter e intra-estatal.

Monopolização da força: a coerção foi outro mecanismo básico pelo qual o Estado manipulou a acumulação capitalista. No interior da jurisdição territorial de cada Estado, a coerção foi o instrumento disciplinador da força de trabalho. Na relação com os outros Estados, a coerção serviu como mecanismo de transferências unilaterais, tanto de recursos humanos e naturais quanto de dinheiro. No capitalismo, o grau de poder das máquinas estatais (ou a posição de cada Estado na hierarquia mundial) dependeu das habilidades para fomentar a concentração de capital acumulado no interior de sua jurisdição territorial, reprimir forças multilaterais hostis, estabelecer regulamentos inter e supra-estatais favoráveis ao país; reprimir a força de trabalho; e enfraquecer a capacidade repressora dos rivais.

1.2.2. Sistema Interestatal

A formação do Estado Moderno foi acompanhada pela estruturação de um Sistema Interestatal, o qual consistiu numa restrição ao arbítrio dos Estados. Dito de outro modo, tal sistema demarcou os limites à legitimidade das intervenções do Estado sobre jurisdições alheias ou próprias. Estes limites eram, por sua vez, a mais evidente manifestação de uma estrutura hierárquica de poder, que refletia os distintos graus de poder efetivo entre os Estados que compunham o sistema interestatal. Nesta hierarquia, os Estados fortes foram aqueles que dispuseram de maior arbítrio, isto é, foram capazes de extrair para si maiores vantagens, através do estabelecimento dos mecanismos de regulamentação interestatal. O acúmulo de poder frente aos demais Estados engendrou, historicamente nas economias-mundo, a tendência de se converterem em impérios-mundo. Contudo, no capitalismo, a forma como se organizou o sistema econômico – com atividades produtivas dispersas em escala mundial – e os interesses capitalistas – que se utilizaram das estruturas estatais para acumular mais capital, bem como para reprimir tensões igualitárias – refreou aquela tendência, convertendo-a numa constante competição interestatal, base do equilíbrio de poder. O equilíbrio temporário do sistema interestatal pressupôs, historicamente, Estados hegemônicos, cuja base do poder foi, além da concentração dos meios de coerção, essencialmente econômica. Dependeu da “[...] habilidade dos acumuladores de capital situados nos Estados particulares em vencer a concorrência de todos os outros no mercado das três principais esferas econômicas – produção agroindustrial, comércio e

finanças”²². Estas vantagens sempre foram provisórias. As bases do poder hegemônico se dissolviam à medida que a tecnologia se difundia e que as pressões internas ao Estado, pela redistribuição dos benefícios, minavam a competitividade do Estado hegemônico.

1.2.3. Conteúdo de classe

Quem estava lutando politicamente? E como historicamente se travou tal combate no capitalismo? Foram dois os conflitos fundamentais: (i) a luta de classe entre o capital e o trabalho e (ii) o conflito intra-burguesia.

O *conflito capital-trabalho* foi a luta pelo poder político que mais se sobressaiu nas diferentes jurisdições estatais que compunham o sistema interestatal. Nos Estados fracos, que ocupavam posições frágeis na hierarquia do poder mundial, a luta política pelo controle do Estado teve, por um lado, caráter nacional-classista. Em muitos casos, frações capitalistas se aliaram estrategicamente aos trabalhadores com o intuito de extrair vantagens sistêmicas de curto prazo. Contudo, tais alianças, ao especificar as questões políticas, definiram-nas em termos puramente nacionais. Por outro lado, em nível histórico-mundial, o conflito capital-trabalho apresentou-se como lutas antiimperialistas.

O *conflito intra-burguesia* pelo controle do Estado foi a forma política da competição intercapitalista pelo lucro. Como já apontamos acima, devido ao papel do Estado no processo de acumulação capitalista, historicamente, os capitalistas individualmente procuraram, através do Estado, extrair vantagens para si do processo de acumulação mundial. Por isso, disputaram por cargos nos aparelhos de Estado, bem como procuraram definir e/ou influenciar as políticas estatais. Por um lado, aqueles que procuravam reafirmar a divisão social e técnica do trabalho da economia-mundo capitalista tenderam a transformar questões constitucionais da formação nacional em questões focalizadas e de curto prazo. Muitas vezes esta visão foi imposta coercitivamente, reprimindo as pressões “de baixo” pela redistribuição dos benefícios. Por outro lado, para aqueles que procuraram transformar a divisão social e técnica do trabalho da economia-mundo capitalista em benefício da formação nacional, as questões constitucionais de cada espaço político-nacional tornaram-se objeto da luta política. Em geral, quem perseguiu as

²² WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo...*, cit., p.49.

questões constitucionais polarizou-se nos bordões da revolução ou das grandes reformas. A ideia de progresso foi fundamental neste contexto, pois plasmou interesses em princípio antagônicos. Não obstante, esta ideia não teve força suficiente para diluir a incompatibilidade dessas duas vias. As alianças estratégicas da luta contra “o tradicional” não eliminaram a solidariedade intraburguesa no conflito capital-trabalho, da mesma forma que a solidariedade entre setores da burguesia para com a força de trabalho não eliminou o conflito intraburguesia por cargos nas áreas política e econômica dos aparelhos de Estado.

1.2.4. Movimentos antissistêmicos

Dado o papel do Estado no sistema-mundo moderno, a reestruturação dos Estados fracos representava, para alguns setores da burguesia e para a força de trabalho, caminhos mais promissores na luta política pelos benefícios. No caso de alguns capitalistas localizados em elos das cadeias mercantis mais baixos da hierarquia mundial das atividades produtivas, porém com ambição modernizadora, uma determinada reestruturação do Estado poderia alçá-los aos elos mais rentáveis da acumulação mundial capitalista. De modo distinto, no caso dos trabalhadores, tal reestruturação do Estado poderia assegurar-lhes condições de vida mais dignas, compatíveis com o estado de bem-estar social do centro. No capitalismo, a acumulação sem fim do capital conduziu periodicamente à reorganização do trabalho, com o objetivo de elevar a quantidade absoluta de trabalho. Os capitalistas, por sua vez, valeram-se dos aparelhos ideológicos para modelar a psicologia social da força de trabalho. A tomada de consciência de ambos os processos e o esforço de resistência dos movimentos sociais a esta forma dominante de expansão capitalista engendraram uma transformação fundamental nos movimentos antissistêmicos no capitalismo: a organização permanente ou a estruturação burocrática destes movimentos (por exemplo, sindicatos, partidos políticos, etc.). As organizações se estruturam em torno de dois grandes movimentos: os movimentos trabalhistas-socialistas e os movimentos nacionalistas.

Os *movimentos trabalhistas-socialistas*, em geral, organizaram-se em regiões em que predominava o trabalho industrial e representaram o conflito capital-trabalho pelos rendimentos do trabalho. Os *movimentos nacionalistas*, por sua vez, predominaram nas regiões periféricas da economia-mundo capitalista e representaram o conflito mais amplo, entre os dominadores e os oprimidos, pela legitimidade das formas de expressão cultural constitutivas dos Estados

Nacionais fracos e pela oportunidade de certo desenvolvimento capitalista.

Embora perseguindo objetivos políticos distintos, ambos os movimentos se inspiraram no humanismo revolucionário da Revolução Francesa e acreditavam na inevitabilidade do progresso.²³ Apoiados nestes princípios, muitas vezes estabeleceram alianças estratégicas com o objetivo de tomar o controle do Estado para então, a partir do dele, construir um “novo devir”. Nestas circunstâncias, a construção de uma base social legitimadora dos movimentos políticos com esse caráter prescindiu de uma base ideológica anti-sistêmica que fosse capaz de desvelar as desigualdades de classe (capital-trabalho) e/ou as desigualdades geoeconômicas (centro-periferia).

1.3. Pilares Ideológicos

Toda luta política e econômica possui seu correspondente cultural. Se, do ponto de vista político e econômico, a conformação de um sistema interestatal e de um mercado de proletários anunciaram o fim do Antigo Regime, do ponto de vista cultural, o racionalismo se levantou contra a escolástica, redefinindo os pilares ideológicos sobre os quais se ergueu a Modernidade. O *racismo* e o *universalismo* foram os pilares que emergiram da ruptura com o divino e fundamentaram culturalmente a acumulação capitalista.

1.3.1. Racismo

Como dissemos anteriormente, a disponibilidade e o custo da força de trabalho foram um dos principais obstáculos à acumulação capitalista. Dada tal restrição, o racismo justificou culturalmente, por um lado, o aprisionamento de força de trabalho nova nas arenas externas ou a submissão violenta da força de trabalho de zonas recém-incorporadas à economia-mundo capitalista, solucionando parcialmente o problema da disponibilidade de força de trabalho; por

²³ Por humanismo estamos entendendo aquilo que Fernand Braudel chamou de “[...] caminhada batalhadora em direção a uma emancipação progressiva do homem, atenção constante às possibilidades, para o homem, de melhorar ou modificar o seu destino”. BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p.315. Por sua vez, “o que o humanismo revolucionário evoca então é essencialmente a legitimidade da violência a serviço do direito, da igualdade, da justiça social, da prática ciosamente amada, uma violência da qual o revolucionário é ou o ator ou a vítima, porque ‘sair à rua’ é tanto para ali tombar, gritar seu último protesto, quanto para vencer. Mas a coragem da violência – coragem de morrer ou ferir – só pode ser aceita se for o único meio de dobrar o destino, de torná-lo mais humano, mais fraternal. Em suma, A Revolução é a violência a serviço de um ideal” BRAUDEL, Fernand. *Ibidem*, p.332.

outro, dada a introdução de formas compulsórias de trabalho na divisão mundial do trabalho, o racismo contribuía para a hierarquização dos papéis econômicos na divisão social do trabalho, solucionando, parcialmente, a questão do custo da força de trabalho.

1.3.2. Universalismo

O *universalismo* foi o outro pilar ideológico da modernidade. Pedra angular do “progresso”, a epistemologia universalista deslocou-se para as zonas periféricas junto com a periferização da estrutura econômica e com a criação de Estados fracos nestas áreas. Neste processo de expansão da economia-mundo capitalista, o universalismo serviu como mecanismo de alienação cultural, ao mesmo tempo em que foi a base comum do conhecimento para o processo de racionalização da divisão social e técnica do trabalho em escala mundial. Entretanto, o universalismo encontrou na periferia, mas não só nela, forte resistência.

Alienação cultural. A subordinação das zonas periféricas à zona central da economia-mundo capitalista, embora em muitos casos tenha sido conquistada através da força, do ponto de vista cultural, a manutenção da conquista dependeu em grande parte da difusão e persuasão do sistema de ideias dominantes. Os princípios da eficiência econômica e da estabilidade política preceituaram uma cultura neutra, portanto, universal. Isto conformou um obstáculo epistemológico ao espírito no ato de compreender o estado contraditório do mundo. Com isto o processo de modernização foi naturalizado sob consigna do “progresso” em razão inversa ao alargamento da distância relativa mundial de poder político e econômico entre a base e o topo. Na cultura moderna, o conhecimento científico “[...] serviu como autojustificativa de uma forma particularmente prejudicial de imperialismo cultural”.²⁴

²⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo...*, cit., p.71. Na semi-periferia, Álvaro Vieira Pinto, em 1967, refletindo sobre os problemas filosóficos da pesquisa científica, expressou da seguinte forma os prejuízos à reflexão impostos pela consciência alienada em virtude da epistemologia universalista: “Alienação cultural é a etapa da consciência em que esta não chega a conceituar por si e para si as ideias que possui, e por isso apenas emprega as ideias no seu valor de bens de consumo. A consciência alienada é fundamentalmente consumidora de ideias, que, por isso, só podem ser alheias. O homem alienado, não podendo ser produtor, limita-se a ser depredador. As elites dominantes, nas sociedades como as nossas, normalmente alienadas, comportam-se como os animais irracionais: estes depredam a natureza para subsistir; o homem alienado a cultura. Toma desta os bens, as ideias, que armazena no espírito, mas é incapaz de produzir com elas qualquer coisa de original, ou seja, de criar a cultura emergente, autêntica, com o auxílio da que absorveu. Por isso, a alienação cultural manifesta-se mais freqüentemente como simples saber erudito, isto é, adorno espiritual, estéril acumulação de conhecimentos, úteis apenas para exibição acadêmica ou uso em preleções nas cátedras dos países subdesenvolvidos ou nas veneráveis instituições universitárias em plena decrepitude nas áreas metropolitanas. A consciência não consegue ser criadora porque para tanto necessitaria compreender-se na condição original da intervenção da realidade, pelo trabalho, pela pesquisa científica. Entenderia então que no curso da operação sobre o mundo as

Processo de racionalização. Tanto a acumulação de dinheiro como a acumulação de poder envolveram processos de racionalização. Do ponto de vista da divisão social do trabalho, o problema consistiu em elevar a eficácia do sistema capitalista de produção ampliando as margens individual e global de lucro. Do ponto de vista do sistema interestatal, o problema consistiu em elevar a eficácia dos sistemas de controle intra e interestatal de cada Estado nacional. Para ambos os objetivos requereu-se técnicos e especialistas dotados de uma racionalidade assentada na cultura científica, que fosse integradora das lógicas de reprodução do moderno sistema-mundo.

Ambivalências. Todavia, a epistemologia universalista conduziu a duas atitudes ambivalentes no capitalismo. A partir da periferia, o sujeito do processo do conhecimento que a aceitou foi relegado a uma posição inferior na hierarquia do saber. Ainda na condição periférica, aqueles que, diante desta situação, rejeitaram tal epistemologia foram negados pelas estruturas do conhecimento moderno, sendo considerados “povos sem história”. A esta conduta ambivalente soma-se o fato de os movimentos antissistêmicos, apesar de resistirem a tal epistemologia, terem se inspirado na perniciosa ideia de “progresso”. Talvez esta tenha sido a armadilha cultural da qual as diferentes variantes dos movimentos antissistêmicos não conseguiram se eximir e, ao não fazê-lo, converteram-se numa espécie de intermediários entre os capitalistas e as massas de excluídos.

Até aqui procuramos apresentar sucintamente os aspectos fundamentais do sistema-mundo moderno, os vínculos entre a acumulação de capital e a acumulação de poder, bem como a articulação entre ambos os processos com e as bases ideológicas da Modernidade. Na esfera da cultura destacamos como o racismo e o universalismo se constituíram em pilares ideológicos sobre os quais a economia-mundo capitalista se expandiu. Fixemos agora nossa atenção nas estruturas do conhecimento moderno.

ideias constituem forças produtivas reais, no sentido em que, sendo efeito de hemiciclo indutivo, refletem as propriedades das coisas, permitem agir nelas, modificá-las, criar objetos ou produzir fenômenos até então inexistentes, o que tem lugar no hemiciclo dedutivo” PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1967], p.51-52.

2. Estruturas do Conhecimento Moderno

A formação do mundo Moderno Ocidental, cujo epicentro foi a Europa, não se limitou, como vimos na seção anterior, à revolução do modo como os homens passaram a produzir sua própria existência, isto é, não se limitou à revolução do modo como os homens passaram a dominar a natureza e a si próprios. Do ponto de vista da cultura, em particular, do conhecimento, a formação do mundo moderno envolveu, simultaneamente, uma revolução do modo de pensar, ou seja, uma transformação radical da maneira como os homens passaram a apreender, conceber e significar o mundo. Em poucas palavras, a consolidação do mundo moderno ocidental tornou vil, em meados do século XIX, a concepção transcendente do mundo, colocando, em seu lugar, uma concepção imanente.

Assumir a concepção imanente do mundo significou romper, do ponto de vista do conhecimento, com o princípio divino da explicação do mundo, que passou a residir no próprio mundo.²⁵

Embora o modo moderno de pensar, como qualquer outro, dependesse das próprias condições de existência dos homens, na modernidade, a razão, manifesta no saber técnico/científico, não se apresentou como puro reflexo retardado, como tampouco se demonstrou perfeitamente sincronizada ao estado do mundo. À medida que o conhecimento sistematizado tornou-se um instrumento de domínio do homem sobre a natureza e sobre os próprios homens, a razão se tornou um elemento-chave à reprodução do moderno sistema-mundo à proporção que a produção do conhecimento se convertia em elemento estruturante deste sistema social histórico.²⁶ Por um lado, a produção do conhecimento como ciência básica converteu-se em condição necessária para o surgimento da tecnologia, que, por sua vez, passou a influir diretamente sobre o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, nos processos de acumulação de capital e de acumulação de poder; por outro, a produção do conhecimento como ideologia,

²⁵ Contudo, cabe destacar que não havia uma chave exclusiva de acesso à realidade natural e, principalmente, social. Por exemplo, o clássico liberalismo burguês dividia-se entre o materialismo e o empiricismo. Como observou Eric Hobsbawm, “filosoficamente, inclinavam-se ao materialismo ou ao empiricismo, que condiziam com uma ideologia que devia suas forças e métodos à ciência, neste caso principalmente à matemática e à física da revolução científica do século XVII”. HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.256.

²⁶ Neste ponto estamos de acordo com Max Horkheimer, pra quem, “a razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la. [...] É como se o próprio pensamento tivesse se reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um programa estrito, em suma, tivesse se tornado uma parte e uma parcela do processo da produção”. HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro, 2002 [1946], p.26.

convertia-se em condição necessária à introdução de um sistema de *dominação legal*²⁷ entre os homens, não só na relação capital-trabalho, mas também na relação entre capitalistas, entre o Estado e seus cidadãos e entre os Estados.

O longo e contraditório processo de estruturação do saber no mundo moderno não só representou, a partir de meados do século XIX, rupturas fundamentais com as estruturas do conhecimento sob domínio eclesiástico, como também engendrou uma forma **fragmentada** de apreender, conceber e significar o mundo. Esta fragmentação se deu em três momentos: (i) o divórcio entre as ciências e a filosofia, (ii) a diferenciação entre ciências naturais e ciências sociais ou humanas e (iii) a especialização das ciências sociais.

²⁷ De acordo com Max Weber, “O desenvolvimento de formas de associação ‘modernas’ em todas as áreas (Estado, Igreja, exército, partido, empresa econômica, associação de interessados, união, fundação e o que mais seja) é pura e simplesmente o mesmo que o desenvolvimento e crescimento contínuos da administração *burocrática*: o desenvolvimento desta constitui, por exemplo, a célula germinativa do moderno Estado ocidental. Que ninguém se deixe enganar, nem por um momento, por quaisquer instâncias aparentemente contrárias, sejam estas representações colegiadas de interessados ou comissões parlamentares ou ‘ditaduras de comissários’ ou funcionários honoríficos ou juízes leigos (ou até resmungos contra “São Burocrácio”), ao fato de que todo *trabalho contínuo dos funcionários* realiza-se em *escritórios*. Toda nossa vida cotidiana está encaixada nesse quadro. Pois uma vez que a administração burocrática é *por toda parte – ceteris paribus* – a mais racional do ponto de vista técnico formal, ela é pura e simplesmente inevitável para as necessidades da administração de *massas* (de pessoas ou objetos). Só existe escolha entre ‘burocratização’ e ‘diletantização’ da administração, e o grande instrumento de superioridade da administração burocrática é o *conhecimento profissional*, cuja indispensabilidade absoluta está condicionada pela moderna técnica e economia da produção de bens, esteja esta organizada de modo capitalista ou socialista – neste último caso a pretensão de atingir o *mesmo* rendimento técnico significaria um *aumento* enorme da importância da burocracia especializada. Do mesmo modo que os dominados só podem defender-se normalmente contra uma dominação burocrática existente criando uma contra-organização própria, também sujeita a burocratização, o próprio aparelho burocrático é obrigado a continuar funcionando em virtude de interesses de natureza material ou puramente objetiva, isto é, ideal: sem ele, numa sociedade com *separação* dos funcionários, empregados e trabalhadores dos meios administrativos e com indispensabilidade de *disciplina* e *qualificação*, a possibilidade de existência moderna acabaria para todos, menos para aqueles que ainda se encontrassem de posse dos meios de abastecimento (os camponeses). Para a revolução que chegou ao poder e para o inimigo ocupante, esse aparelho continua geralmente funcionando da mesma forma que para o governo legal até então existente. Mas a questão é sempre: *quem é que domina* o aparelho burocrático existente. E essa dominação sempre só é possível de modo muito limitado ao *não* profissional: na maioria das vezes, o conselheiro titular experiente está, ao longo do tempo, em condição superior à do ministro leigo, na imposição de sua vontade. A necessidade de uma administração contínua, rigorosa, intensa e *calculável*, criada historicamente pelo capitalismo, em sua fase atual de desenvolvimento – não só, mas, sem dúvida, principalmente por ele (este não pode existir sem aquela) – e que todo socialismo racional simplesmente seria obrigado a adotar e até intensificar, condiciona esse destino da burocracia como núcleo de *toda* administração de massas. Somente a pequena organização (política, hierocrática, econômica ou de união) poderia em boa medida dispensá-la. Do mesmo modo, que o capitalismo, em sua fase atual de desenvolvimento, exige a burocracia – ainda que os dois tenham raízes *históricas* diversas –, ele constitui também o fundamento econômico mais racional – para colocar fiscalmente a disposição dela os necessários meios *monetários* – sobre o qual ela pode existir em sua forma mais racional.”. WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol.1. 4ª Ed. Brasília: Editora UnB, 2000, p.145-46. Para mais detalhes sobre o conceito de dominação legal, ver p.142-47.

2.1. O Saber Fragmentado

2.1.1. Divórcio das Ciências da Filosofia

As panacéias entraram em conflito, como diria Max Horkheimer, ou o domínio das ciências e o domínio da filosofia divergiram, conforme a Comissão Gulbenkian,

[...] a medida que el trabajo experimental y empírico pasó a ser cada vez más importante para la visión de la ciencia, la filosofía comenzó a aparecer para los científicos naturales cada vez más un mero sustituto de la teología, igualmente culpable de afirmaciones a priori de verdades imposibles de poner a prueba”²⁸.

Em linhas gerais, o divórcio entre a filosofia e as ciências representou, portanto, a subordinação do positivismo francês e do empirismo inglês à ciência positiva.²⁹

A confiança no **método** das ciências se elevava na medida em que o progresso (ou o desenvolvimento) se tornava o conceito dominante no período.³⁰ O método científico era, naquela época, essencialmente **reducionista**. Acreditava-se que, através de procedimentos lógicos disjuntivos³¹, o homem se acercaria da verdade objetiva, reduzindo a complexidade a elementos fundamentais, especificando **leis deterministas**. Tais operações permitiriam identificar as causas do movimento do universo, bem como prever seu comportamento. Uma vez reconhecidas as causas de tal movimento, o homem poderia intervir no mundo, subordinando a natureza, como também a sociedade, à sua própria vontade. As melhorias na vida material – indústria, transportes, telégrafos, por exemplo – eram por demais evidentes, naquela época, para não se imaginar que esta forma de pensar, cujo pressuposto fundamental residia na crença da existência de **leis universais**, não conduziria ao “progresso”. Por extensão esta visão positiva chegou às

²⁸ WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. México: Siglo XXI, 1996, p.7.

²⁹ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.350.

³⁰ Neste ponto estamos de acordo com a Comissão Gulbenkian, “[...] sabemos que el dios que se había ido no dejó tras de sí un vacío moral. Si los cielos se alejaron en forma casi ilimitada, lo mismo ocurrió con las ambiciones humanas. **La palabra operativa pasó a ser progreso** – dotada ahora del recién adquirido sentimiento de infinitud, y reforzada por la realizaciones materiales da tecnología”. WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Abrir las...*, cit. p.5, grifo nosso.

³¹ As “Meditações” de Descartes embora simbolize a origem da tendência em decompor os problemas em tantas partes quanto fosse necessárias a sua compreensão, ele jamais deixou de reconhecer a insuficiência de uma ciência em particular para compreender o mundo. Na regra I das *regras para a direção do espírito* ele afirma: “É preciso, pois, acreditar que de tal modo as ciências estão todas entrelaçadas entre si, que é muito mais fácil apreendê-las todas ao mesmo tempo do que separá-las umas das outras. Se alguém quiser seriamente saber a verdade das coisas, não deve escolher uma ciência em particular, porque todas têm conexão entre si e mútua dependência...” DESCARTES, René. *Discurso do Método; Regras para a Direção do Espírito*. São Paulo: Martin Claret, 2003 [1628], p.74. A ruptura epistemológica que se verificou a partir de meados do século XIX foi mais radical e mortal do ponto de vista de um modo alternativo de pensamento, cujo procedimento lógico fundamental reside na conjunção. Seus limites ficaram evidentes, como procuraremos demonstrar mais adiante, na primeira metade do século XX.

ciências sociais, que não tinham se constituído ainda em corpos burocráticos bem definidos. A distinção fundamental entre ciências naturais e sociais também não era ainda efetiva, não pelo fato de seus objetos serem de caráter e qualidades distintas, mas pelo fato de ambas estarem conectadas pela lógica da teoria da evolução de Darwin. Como bem observou Eric Hobsbawm, “ao trazer o próprio homem para dentro do esquema da evolução biológica, [Darwin] aboliu a linha divisória entre ciências naturais, humanas ou sociais”.³²

2.1.2. A diferenciação entre Ciências Naturais e Ciências Sociais ou Humanas

Em fins do século XIX, frente aos desdobramentos do imperialismo do livre-comércio³³ e o *fin-de-siècle*, novas questões emergiam aos pensadores europeus. O próprio “progresso” levou ao fim da compreensão estática do universo, que dominava as estruturas do saber desde o século XVII.³⁴ As supostas recorrência e previsibilidade estavam implicando em transformações, em evolução. Do ponto de vista do sujeito do processo do conhecimento, intuição e “bom senso” deixavam de se identificar com a ciência na medida em que a realidade, a partir da qual se intuiu a concepção estática do universo, transformava-se. O divórcio entre a **razão** e a **intuição** representou, portanto, uma “transformação revolucionária na visão de mundo científica [...]”,³⁵ envolvendo, deste modo, “[...] um abandono mais geral e dramático dos valores, verdades e maneiras estabelecidas e longamente aceitas de encarar o mundo e estruturá-lo conceitualmente”.³⁶ A crise do fim-de-século levou ao abandono do **positivismo** e à ascensão do **neopositivismo**³⁷.

Simultaneamente a este deslocamento de perspectiva, do ponto de vista da sociedade, a “[...] preocupação com o fato de que a sociedade produzida pelo capitalismo liberal mostrava-se

³² HOBBSAWM, Eric. *A era do capital...*, cit., p.359.

³³ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp.247-77.

³⁴ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.340.

³⁵ *Ibidem*, p.356.

³⁶ *Idem*.

³⁷ “A corrente neopositivista que surgiu no final do século XIX [...] não deve ser confundida com o positivismo que dominou nas ciências naturais e sociais antes da nova revolução científica. Aquele positivismo acreditava que podia fundamentar a visão coerente de mundo, que estava prestes a ser questionada, em verdadeiras teorias baseadas na experiência testada e sistematizada das ciências (idealmente experimentais), isto é, nos ‘fatos’ da natureza tal como descobertos pelo método científico. [...] Os neopositivistas se concentraram nas deficiências conceituais das próprias ciências positivas. [...] Por um lado propuseram uma reconstrução da ciência a partir de uma base estritamente empirista e até fenomenalista, e, por outro lado, uma rigorosa formalização e axiomatização das bases da ciência”. *Ibidem*, p.357.

perigosa e instável”³⁸, bem como “*la necesidad del estado moderno de un conocimiento más exacto sobre el cual basar sus decisiones [...]*”³⁹ levou à necessidade de constituir ciências específicas da sociedade. “A verdade é que as ciências sociais refletiam as pré-concepções e problemas do liberalismo burguês na sua forma clássica...”.⁴⁰ Portanto, por sobre a ascensão do neopositivismo como forma dominante de conceber o mundo, bem como a partir dos problemas sociais que se apresentaram em face ao “progresso” do liberalismo, as ciências naturais e sociais divergiram.

2.1.3. A especialização das Ciências Sociais

No domínio próprio das ciências sociais, a **setorização** do conhecimento social em diferentes disciplinas fundamentou-se em dois preceitos: converteu o homem em objeto central, ou como sujeito individual ou sujeito coletivo; e admitiu sem necessidade de demonstração a equivalência entre sociedade e Estado como unidade básica de análise da mudança social.⁴¹ Ao lidar com o comportamento e os problemas dos homens dentro desta unidade, os sujeitos do processo do conhecimento reconheceram (1) que suas ações não eram neutras; deste modo, (2) tinham muita clareza a respeito das implicações políticas, diretas ou indiretas, das suas teorias; apesar disso, e diferentemente das ciências naturais, (3) eles não conseguiram constituir “[...] um corpo central de conhecimento e teoria cumulativos universalmente aceitos e estruturados de pesquisa [...]”.⁴² No interior das ciências sociais, dadas as dificuldades de delimitação das fronteiras entre as esferas da existência que constituem a sociedade e de especificação de um método próprio às ciências sociais, as repostas à crise intelectual do fim-de-século revelavam a oposição entre os princípios da **universalização** e da **particularização**⁴³ (a contraposição entre o princípio nomotético e o princípio idiográfico) ou, tal como chamou Hobsbawm, a “batalha dos métodos”.⁴⁴

Por conveniência, tentaremos exemplificar essa batalha através do exame da

³⁸ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital...*, cit., p.364.

³⁹ WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Abrir las...*, cit., p.8.

⁴⁰ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital...*, cit., p.374.

⁴¹ WALLERSTEIN, Immanuel. The development of the concept of development. In: WALLERSTEIN, I. *The Politics of the World-Economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p.175-76.

⁴² HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios...*, cit., p.371-72.

⁴³ WALLERSTEIN, Immanuel. The development..., cit., p.177.

⁴⁴ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios...*, cit., p.373.

economia e da história como disciplinas. Confronto no qual os historiadores, alias, saíram derrotados.

Frente às dificuldades de apreensão das mudanças sociais no fim do século XIX, as maneiras de enfrentar intelectualmente a crise variaram entre a negação da razão e da ciência, e a reafirmação da confiança na ciência. O fato de não haver distinção entre sociedade e Estado implicou dificuldades epistemológicas à institucionalização das ciências sociais a partir de um corpo de disciplinas estruturadas em um sistema universitário. O positivismo, ao se afirmar o universalismo por meio de leis deterministas, se constituiu como campo comum às diferentes esferas da existência social, ou seja, em base para a divisão disciplinar nas ciências sociais.⁴⁵ Neste ínterim, a argumentação dedutiva, ainda que calcada na mecânica newtoniana, sobrepôs-se ao pensamento indutivo.⁴⁶ A história do pensamento econômico nos fornece, talvez, o exemplo mais nítido deste processo:

Al eliminar el adjetivo “política”, los economistas podían sostener que el comportamiento económico era el reflejo de una psicología individual universal, y no de instituciones socialmente construidas, argumento que a continuación podía utilizarse para afirmar la naturalidad de los principios de laissez-faire.⁴⁷

Do ponto de vista da compreensão histórica, Hobsbawm é quem melhor expõe seu significado:

Isso significou que questões de dinâmica histórica, desenvolvimento econômico e mesmo flutuações econômicas e crises foram em grande parte expulsas da nova ortodoxia acadêmica. A economia tornou-se a única ciência social do período que analisamos a não ser incomodada pelo problema do comportamento não-racional, pois era definida de modo tal que excluía todas as transações que pudessem ser descritas de algum modo como racionais.⁴⁸

A própria institucionalização da forma dominante de pensar no mundo moderno levou a fragmentação deste modo de pensar na medida em que a especialização do conhecimento se converteu no pressuposto necessário à sua ampliação. A **disjunção** tornou-se o procedimento lógico que acercaria o homem da verdade objetiva.

Vejam agora como simultaneamente a esta fragmentação do conhecimento se processou a constituição do sistema universitário moderno, burocraticamente estruturado e

⁴⁵ WALLERSTEIN, Immanuel. The development... cit., pp.173-76.

⁴⁶ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios...*, cit., 1998, p.374.

⁴⁷ WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Abrir las...*, cit., p.20.

⁴⁸ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios...*, cit., p.374.

dividido em faculdades e disciplinas.

2.2. Sistema Universitário Moderno

À semelhança dos movimentos antissistêmicos, o sistema universitário moderno representou, na esfera da cultura, a tendência à burocratização da produção do conhecimento no capitalismo. Cada etapa da formação e desenvolvimento do sistema universitário moderno associa-se com o processo de fragmentação do saber, que descrevemos acima.

O período de formação do sistema universitário moderno, no qual a universidade organizada a partir das faculdades se converteu no *locus* da produção do conhecimento, estende-se de fins do século XVIII até meados do século XIX. Este período corresponde ao período do divórcio entre as ciências e a filosofia. A partir de meados do século XIX, é possível observar não apenas diferenciação entre as ciências naturais e humanas, mas também a separação entre as próprias ciências humanas ou sociais, o que evidencia a consolidação das disciplinas enquanto ramos específicos do conhecimento e que correspondem também não só aos departamentos, mas às associações e às revistas especializadas que compõem o sistema universitário moderno. Em fins do mesmo século, o sistema universitário moderno já havia se convertido no *locus* principal do conhecimento, atingindo seu apogeu em 1945, quando se generalizou para as zonas periféricas do sistema-mundo moderno.⁴⁹ Portanto, a consolidação da universidade moderna nas zonas centrais do sistema-mundo moderno e sua generalização para as zonas periféricas corresponderam à **concretização dos princípios** que organizaram o conhecimento da época moderna, o princípio da **universalização**⁵⁰ e o princípio da **setorização**⁵¹.

No Brasil, contudo, as instituições de ensino não se vincularam em sua origem ao processo de estruturação das modernas estruturas do saber. De acordo com Fausto Castilho,

O século XIX brasileiro representa todo ele uma permanente mobilização para impedir a criação da universidade. E isso ocorre desde o momento em que o conceito de universidade tradicional é abandonado e a universidade moderna se expande pela Europa, pela América do Norte e, depois, pelas diferentes partes do mundo. Em nenhum

⁴⁹ Para mais detalhes deste processo ver WALLERSTEIN, Immanuel. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007, capítulo 3.

⁵⁰ “*Universalization is the presumption that there exist universal laws applicable to all human society or rather all human societies*”. WALLERSTEIN, Immanuel. *The development...*, cit., p. 177.

⁵¹ “*Sectorization is the presumption that social science are divided into a number of separate ‘disciplines,’ each of which comprises an intellectually defensible distinct focus of discourse*”. *Ibidem*, p. 178.

país terá havido tanto quanto no Brasil do século XIX uma atitude tão ostensiva, pertinaz e duradoura a se opor à introdução da universidade moderna.⁵²

Dom João VI, lembra-nos Castilho, “[...] em lugar de propor-se a criação de uma universidade moderna [...], passa a criar ‘escolas isoladas’ de mero treinamento profissional para preparar servidores do Estado”.⁵³ Para este autor, portanto, a grande hipoteca legada pelo século XIX ao século XX foram as escolas profissionais isoladas de ensino superior que obstaculizaram a introdução da universidade moderna no Brasil.⁵⁴

Isto, em parte, pode explicar porque a ideia de desenvolvimento se disseminou no Brasil por canais institucionais não universitários até meados da década de 1960. Nos ajuda também a compreender sobre quais bases veio a se consolidar o sistema universitário moderno brasileiro, que esteve vinculado à “[...] vontade nacionalista crescente das zonas periféricas de ‘alcançar’ as zonas que lideravam o sistema-mundo [...]”⁵⁵, como bem observou Wallerstein.

3. Movimentos de Resistência

Por movimentos de resistência às estruturas do conhecimento moderno entendemos todos aqueles esforços que, no plano do saber, buscaram de forma consciente ou não, escapar dos princípios de universalização e de setorização como única alternativa à compreensão da mudança social.

Wallerstein (1989) apresenta três movimentos de resistência ao pensamento universalizante-setorizante: a *Staatswissenschaften*, a escola dos *Annales* e o *marxismo*. Brevemente, a *Staatswissenschaften*, ao reconhecer a importância do Estado para compreender o mundo moderno, argumentou que as diferentes sociedades no mundo apresentam diferentes histórias.⁵⁶ Já a escola dos *Annales*, que se opôs tanto à setorização advogando pela totalidade do fato social quanto às explicações nomotéticas, argumentou pelas explicações ideográficas.⁵⁷ O marxismo, por sua vez, pelo fato de ter sido formulado como ideologia estrutural, fora da

⁵² CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). *O conceito de universidade no projeto da UNICAMP*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 36-7.

⁵³ *Ibidem*, p. 37.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 41-2.

⁵⁵ WALLERSTEIN, Immanuel. *O Universalismo...*, *cit.*, p. 96.

⁵⁶ WALLERSTEIN, Immanuel. O homem da conjuntura. In: LACOSTE, Yves (coord.). *Ler Braudel*. Campinas, SP: Papirus, 1989, p.19-20.

⁵⁷ *Ibidem*, p.20-21.

universidade e no interior dos movimentos radicalmente antissistêmicos, recusou o pensamento universalizante-setorizante ao admitir que o comportamento humano é social e não individual.⁵⁸ Não vamos nos alongar nestes casos, pois, para nossos objetivos convém dar atenção aos casos de resistência criado a partir das zonas periféricas do sistema-mundo moderno.

Os movimentos de resistência ao pensamento universalizante-setorizante, apesar de inspirados e influenciados pelas ideias oriundas do centro da economia-mundo (Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos), resistiram à epistemologia universalista que, como sugerimos anteriormente, acompanhou o adensamento da divisão social do trabalho por meio das bases tipicamente capitalistas de produção e a formação do Estado moderno nas zonas periféricas da economia-mundo capitalista. É claro que os diferentes casos de resistência distinguiram-se em seus conteúdos críticos em função da base social e dos diferentes momentos históricos.

Na América Latina encontramos alguns exemplos: o marxismo latino-americano, a Cepal, a “Teoria da Dependência” e, como procuraremos argumentar com mais detalhes no capítulo segundo, a “Escola de Campinas”.

O marxismo latino-americano procurou libertar-se das ambivalências decorrentes da epistemologia universalista, argumentando contra a setorização e em prol de certo particularismo. Este “choque epistêmico” ficou evidente quando a problemática da questão nacional foi elevada à condição de partida da reflexão sobre as possibilidades da transformação das sociedades latino-americanas.⁵⁹ Pensar a partir da questão nacional significava aceitar o princípio da originalidade, portanto, reconhecer certos particularismos acerca dos diferentes desenvolvimentos históricos latino-americano. Como bem retratado por José Aricó,

admitir como um princípio indiscutível o reconhecimento do caráter original, específico e unitário da realidade peruana e latino-americana significava, de fato, **questionar o paradigma eurocêntrico** que havia acompanhado a constituição do ‘marxismo’ enquanto tal. (...) **O desenvolvimento econômico e social latino-americano se separava do europeu ocidental pelo fato de que este último não podia de modo algum ser reconhecido como prefiguração e modelo universal.** Era necessário reconhecer a presença de uma nova tipologia histórica que assumisse o que aparecia como anomalia em seu autêntico caráter de tipicidade. Entre a Europa Ocidental e a região latino-americana não existia um *continuum* definido em termos de modernidade e atraso, mas sim uma interdependência conflitiva, que devia ser definida em sua especificidade. Uma redefinição da natureza das formações econômico-sociais

⁵⁸ WALLERSTEIN, Immanuel. O homem..., cit., p.21.

⁵⁹ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.449.

americanas – embora tal conceito não viesse a ser definido no debate – implicava necessariamente uma alteração na caracterização das classes e dos sujeitos sociais em que poderia se basear o projeto de transformação, bem como na forma de organização política capaz de estruturá-los.⁶⁰

José Carlos Mariátegui, com seu livro *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana* (1928), e Víctor Raúl Haya de la Torre, também com seu livro *Por la emancipación de América Latina* (1927), representam, no Peru, os primeiros esforços que, para transformarem a realidade de seu país, confrontaram a epistemologia universalista evocada desde o centro do sistema-mundo moderno. No Brasil, foi na figura de Caio Prado Jr. que este esforço ganhou maturidade, com a publicação do livro *Evolução Política do Brasil* em 1933.⁶¹

Outro exemplo latino-americano foi o clássico Informe da Cepal de 1949 redigido por Raúl Prebisch. Embora em um campo político distinto do marxismo latino-americano na luta política pela transformação social, a proposta cepalina também demandou justificativas no plano do conhecimento que iam de encontro à epistemologia universalista. Nas palavras de Prebisch,

Son bien conocidas las dificultades que se oponen en Latinoamérica a una tarea de esta naturaleza. Acaso la principal de ellas sea el número exiguo de economistas capaces de penetrar con criterio original en los fenómenos concretos latinoamericanos. Por una serie de razones, no se logra suplir su carencia con la formación metódica de un número adecuado de hombres jóvenes de alta calificación intelectual. El enviarlos a las grandes universidades de Europa u Estados Unidos representa ya un progreso considerable, pero no suficiente. Pues una de las fallas más conspicuas de que adolece la teoría económica general, contemplada desde la periferia, es su falso sentido de universalidad.

Mal podría pretenderse, en verdad, que los economistas de los grandes países, embargados en muy serios problemas propios, vayan a dedicar preferentemente su atención al estudio de los nuestros. Conciérne primordialmente a los propios economistas latino-americanos el conocimiento de la realidad económica de América Latina. Sólo si se llega a explicarla racionalmente y con objetividad científica será dado alcanzar fórmulas eficaces de acción práctica.

*No se interprete, sin embargo, que este propósito está animado de un particularismo excluyente. Por el contrario, sólo se sabrá cumplirlo mediante un sólido conocimiento de las teorías elaboradas en los grandes países, con su gran caudal de verdades comunes. No hay que confundir el conocimiento reflexivo de lo ajeno con una sujeción mental a las ideas ajenas, de la que muy lentamente estamos aprendiendo a librarnos.*⁶²

Neste protesto de Raúl Prebisch fica evidente a tensão existente entre o conhecimento produzido nas zonas centrais e o conhecimento produzido nas zonas periféricas. A **contestação da epistemologia universalista**, proveniente tanto do marxismo latino-americano como da

⁶⁰ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano..., cit., p.451-52, negrito nosso.

⁶¹ Ver MORAES, João Quartim de & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

⁶² PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *Desarrollo Económico*, Vol. 26, No. 103. (Oct. - Dec., 1986) [1949], 1986, p.482, negrito nosso.

Cepal, constituiu-se como **elemento fundamental do pensamento crítico latino-americano**.

As transformações políticas na América Latina, sobretudo aquelas processadas a partir de meados da década de 1960, conduziram o pensamento social latino-americano à revisão de suas principais ideias. Foi neste contexto que emergiu o debate sobre a dependência. Para os propósitos de nosso trabalho, gostaríamos apenas de destacar que, independente do campo político, as “duas vertentes” da “teoria da dependência” também resistiram à epistemologia universalista como estratégia de luta ideológica nas estruturas do conhecimento moderno.

No prefácio à edição inglesa do livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, ao explicitarem a metodologia do ensaio, manifestaram o esforço para escapar da universalização e da setorização:

Our essay belongs to that more radically critical Latin American heritage. We attempt to reestablish the intellectual tradition based on a comprehensive social science. We seek a global and dynamic understanding of social structures instead of looking only at specific dimensions of the social process. We oppose the academic tradition which conceived of domination and socio-cultural relations as “dimensions,” analytically independent of one another, and together independent of the economy, as if each one of these dimensions corresponded to separate spheres of reality. In that sense, we stress the socio-political nature of the economic relations of production, thus following the nineteenth-century tradition of treating economy as political economy. This methodological approach, which found its highest expression in Marx, assumes that the hierarchy that exists in society is the result of established ways of organizing the production of material and spiritual life. This hierarchy also serves to assure the unequal appropriation of nature and the results of human work by social classes and groups. So we attempt to analyze domination in its connection with economic expansion.⁶³

Os autores da vertente marxista da dependência, por sua vez, também expressaram seu descontentamento com a epistemologia universalista. Theotonio dos Santos foi perspicaz ao afirmar que reconhecer o caráter dependente significava reconhecer a especificidade das sociedades latino-americanas, diz o autor:

Enfocar a **dependência** como uma condição que configura certo tipo de estruturas internas significa **tomar o desenvolvimento como fenômeno histórico mundial, como resultado da formação, expansão e consolidação do sistema capitalista**. Esta perspectiva implica a necessidade de integrar, em **uma única história**, a perspectiva da expansão capitalista nos países atualmente desenvolvidos e seus resultados nos países por ela afetados. Mas não se trata de tomar estes resultados como simples “efeitos” do desenvolvimento capitalista, mas como sua parte integrante e determinante. Ao se dar este passo teórico, delimita-se claramente a especificidade histórica do desenvolvimento dos países hoje capitalistas e, em consequência, a especificidade dos

⁶³ CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTTO, Enzo. *Dependency and Development in Latin American*. Berkeley: University of California, 1979, p.IX, negrito nosso.

países hoje subdesenvolvidos. **O estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo. O estudo do desenvolvimento de nossos países deve dar origem à teoria da dependência.**⁶⁴

Desta perspectiva, a “Escola de Campinas” também pode ser vista, desde sua origem, como um esforço de resistência à epistemologia universalista do sistema-mundo moderno. A sugestão de pensar a formação e desenvolvimento da economia brasileira como a formação e desenvolvimento de um certo capitalismo conduziu os artífices da “Escola”, inspirados na crítica da economia política, a, coletivamente, revisarem a economia política da Cepal e a reinterpretarem a história econômica do Brasil. Neste processo de revisão, a oposição ao pensamento universalizante se manifestou na elaboração de tipologias com o intuito de identificar padrões de constituição do capitalismo. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira sintetizou bem este espírito:

Essa construção constituiria uma elaboração teórica, pois não somente estariam presentes determinações gerais (mediadas historicamente, é claro), como também porque esses padrões seriam fixados com certo nível de abstração, já que dariam conta dos movimentos gerais comuns a determinadas nações, sem, entretanto, deixar de apreender a dinâmica dos casos particulares. Em outras palavras, o que estamos propondo é a formulação de certos padrões teóricos, construídos pela fixação de mediações históricas, ou seja, uma **abordagem que se afasta tanto dos modelos como de uma teoria geral sobre a gênese do capitalismo.**

Por outro lado, a negação dos modelos não nos leva a concluir que, no processo de constituição do capitalismo, a cada país corresponderiam circunstâncias históricas específicas, que cada nação conformaria uma realidade irreduzível, vale dizer, que a análise da gênese do capitalismo simplesmente poderia compreender estudos de casos particulares. Assim, **nossa proposta afasta-se também da posição historicista [...]**⁶⁵

Como podemos observar, a “Escola de Campinas” seguiu o espírito latino-americano de contestação do universalismo. Politicamente, renunciar à epistemologia universalista significou negar o estado do mundo enquanto tal, em especial a forma como se deu o desenvolvimento capitalista no Brasil. Ao mesmo tempo, engendrou no horizonte de expectativa das diferentes formações sociais latino-americanas a possibilidade de construção de um devir alternativo àquele implícito nos pilares ideológicos do sistema-mundo moderno.

É claro que, no lado dos resistentes, as alternativas políticas variaram entre a reforma e a revolução. Contudo, visto do plano do conhecimento, o curioso nisto tudo está na evidência

⁶⁴ SANTOS, Theotonio dos. Subdesenvolvimento e Dependência. In: LÖWY, Michel. *O Marxismo na América Latina*. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 1999 [1970], p.377, negrito nosso.

⁶⁵ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Unicamp, 2003 [1985], p.80, negrito nosso.

de que, nas zonas periféricas, tanto a luta política pela reorientação do desenvolvimento capitalista quanto a luta política anticapitalista terem resistido às estruturas predominantes do saber moderno. Desde modo, a oposição à epistemologia universalista não implicou diretamente, no terreno ideológico, numa luta política anticapitalista. Ao que tudo indica, desenvolver nas zonas periféricas certo capitalismo, um capitalismo socialmente regulado, requereu também uma crítica ao modo capitalista cêntrico de conceber e interpretar o mundo moderno teoricamente legitimada.

A contribuição da “Escola de Campinas” está, pois, em nosso entender, inscrita neste movimento de resistência às estruturas do saber moderno, motivado por uma luta política antissistêmica nacionalista. Procederemos agora com algumas observações a respeito do processo de historicização desta “Escola”.

4. Considerações finais: a propósito da historicização da “Escola de Campinas”

A esta altura o leitor deve estar se perguntando qual é a relação entre os processos fundamentais do capitalismo e a “Escola de Campinas”. Sobretudo, deve estar se perguntando se, historiograficamente, seria necessário ou mesmo pertinente empreender um caminho tão longo para investigar a contribuição da “Escola de Campinas” ao debate sobre o desenvolvimento na crise do sistema-mundo moderno. Ao recuperarmos os pontos fundamentais do capítulo primeiro, vinculando-os ao nosso objeto central esperamos esclarecer esta inquietação.

Procuramos ao longo do presente capítulo recuperar em traços muitíssimo largos os elementos fundamentais da narrativa do desenvolvimento do sistema-mundo moderno. Nesta recuperação, procuramos apontar *como* se desenvolveu historicamente o capitalismo, articulando os diferentes processos que constituem a acumulação capitalista e a acumulação de poder, bem como buscamos vincular ambos os processos aos pilares ideológicos deste sistema social histórico. Uma vez compreendidos os nexos entre estes processos – econômico, político e cultural –, voltamos nossa atenção às estruturas do saber moderno, descrevendo brevemente como o conhecimento se estruturou no mundo moderno tanto do ponto de vista de sua base epistemológica como do ponto de vista de sua institucionalização burocrática. Por fim, procuramos apresentar alguns exemplos históricos de esforços resistentes à universalização e à

setorização do conhecimento nas estruturas do conhecimento moderno.

Pois bem, com esses elementos em mente, podemos agora nos aproximar da “Escola de Campinas”, encaminhando os parâmetros os quais julgamos necessários à sua historicização e, por conseguinte, à sua compreensão nas diferentes dimensões que a singulariza no capitalismo, tanto do ponto de vista do conhecimento e de sua contribuição ao debate sobre o desenvolvimento, como do ponto de vista político-econômico. Enfim, isto é, de seu *caráter articulador* entre as estruturas do conhecimento moderno e o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Construir um Estado nacional e moderno na periferia pressupôs, historicamente, a ideia da autodeterminação nacional, ou seja, a capacidade de cada nação decidir sobre o seu próprio destino. Ao mesmo tempo, pressupunha-se que a autodeterminação nacional, por sua vez, requeria, à semelhança dos Estados fortes do centro da economia-mundo capitalista, pelo menos até meados do século XX, economias fortes, isto é, uma estrutura produtiva bem integrada, um sistema financeiro bem ramificado, bem como um mercado de trabalho socialmente regulado.

A dificuldade central de empreender esta tarefa no Brasil (e nas zonas periféricas em geral) residiu na força dos Estados cêntricos não derivarem apenas da coerência de suas economias nacionais, como pudemos observar na seção 1.2.1. Em virtude do sistema-mundo moderno pressupor uma divisão social do trabalho em escala mundial, fez-se necessário, desde sua origem, uma especialização geográfica da produção a partir da qual os Estados fortes viabilizaram, através de mecanismos de desigualdade, melhores condições materiais para si e seus cidadãos em detrimento dos cidadãos situados nos Estados fracos.

Embora a subordinação de Estado fracos na hierarquia mundial do poder a Estados fortes tenha sido a tendência do sistema-mundo moderno, houve casos de resistência a este processo, como por exemplo, no Brasil. Grande parte dos conflitos políticos da História do Brasil no século XX envolveu disputas em torno da reafirmação ou da superação da posição do Brasil na hierarquia mundial das atividades econômicas. O resultado destas lutas, contudo, dependeu em grande medida do modo como foi encaminhada a luta política pelos benefícios nas estruturas políticas do Estado, isto é, do conteúdo de classe. Quando, no interior dos aparelhos políticos do Estado brasileiro, os interesses no nível econômico-corporativo foram complementares/solidários aos interesses econômico-corporativos no interior dos Estados fortes, pode-se dizer que, em geral,

as classes sociais dominantes no Brasil beneficiaram-se da “condição periférica”. No entanto, o espaço político dos Estados fracos, como no caso do Brasil, não se constituíram em espaços políticos monolíticos. Certos segmentos da sociedade, não satisfeitos com os tipos de desigualdades econômica, política e social, característicos da “condição periférica”, empreenderam lutas políticas pelo controle do Estado contra a subordinação pelos Estados fortes. Foi esta a luta pelo desenvolvimento.

Nessa luta houve aqueles que imaginaram alterar a “condição periférica” e pretenderam elevar o Brasil à condição de país desenvolvido. Outros estavam convictos da impossibilidade desta superação advir do esforço individual de cada Estado. Estes compreenderam que transpor a “condição periférica” envolvia transformar o sistema-mundo moderno. Nesse sentido, a correspondência no plano do conhecimento de cada uma das “alternativas históricas”, como nós sugerimos anteriormente, foi expressão viva desta luta pelo desenvolvimento. No debate sobre o desenvolvimento, cada qual embasou racionalmente suas proposições políticas para a construção do devir e as disseminou através de discursos, ora míticos, ora utópicos.

Concretamente, a formação do Brasil contemporâneo envolveu disputas pelo poder político e pelo poder econômico dos aparelhos do Estado. Do ponto de vista dos construtores do Brasil contemporâneo, no ato da luta, a relação entre o poder político e a vida econômica sempre pressupôs uma visão de sociedade na qual o Estado e a iniciativa capitalista poderiam juntas, construir um Brasil economicamente rico, politicamente democrático e socialmente justo. É na relação entre o processo de desenvolvimento do Brasil no sistema-mundo moderno e o horizonte de expectativa de seus agentes em relação às sociedades que nós podemos compreender o liberalismo, o desenvolvimentismo e o socialismo enquanto ideologias transformadoras.

É em relação a todos estes processos fundamentais do capitalismo que poderemos compreender as ideias fundadoras da “Escola de Campinas”. Herdeiros da ideologia nacional-desenvolvimentista cepalina e com o horizonte de expectativa de construir um Estado de bem-estar social a partir da “condição periférica”, os artífices da “Escola” compreenderam que a construção do Brasil deveria passar pelo desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas. Isto conferiu, na análise da “Escola”, destaque especial à indústria: por um lado, por seu caráter dinâmico, seria este o setor responsável pelo crescimento econômico, condição

necessária para aglutinar os diferentes interesses políticos através das estruturas do Estado brasileiro; por outro, direta e indiretamente, seria este também o setor responsável pela incorporação da força de trabalho, assegurando-lhe emprego e, deste modo, a realização do social do indivíduo na sociedade capitalista através do consumo.

Será, portanto, a partir deste quadro que pretendemos analisar em perspectiva histórica a contribuição da “Escola de Campinas”.

A constatação dos efeitos perversos da livre iniciativa capitalista sobre uma formação econômico-social colonial-escravista para a construção do Brasil contemporâneo conduziu os artífices da “Escola” a destacarem o papel do Estado como central na luta em direção ao horizonte de expectativa desejado. Daí a necessidade de um Estado planejador com um corpo burocrático de funcionários altamente qualificados, capazes de induzir/condicionar/orientar a iniciativa capitalista privada, através das políticas públicas, à construção de um Estado rico, democrático e justo.

É desta perspectiva que podemos compreender que a visão de Brasil forjada no Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES) se constituiu naquilo que podemos chamar de “Escola de Campinas”. Para conseguirmos demonstrar concretamente os vínculos entre a “Escola de Campinas” e o sistema-mundo moderno, serão necessários ao menos quatro passos.

O **primeiro passo** consiste num recorte temporal no capitalismo. Este recorte nos permitirá apreender como estavam vinculados os processos fundamentais do capitalismo no momento por nós eleito, isto é, nos permitirá abarcar com profundidade as circunstâncias concretas que envolviam a “Escola de Campinas” no momento de sua criação e consolidação. Para tanto, neste momento de nossa reflexão, será necessário considerar articuladamente, por um lado, as diferentes esferas da existência social e, por outro, as diferentes temporalidades que constituem o tempo histórico em análise. Tal descrição será o objetivo do nosso capítulo segundo.

Será em relação à estrutura significativa histórico-mundial que daremos nosso **segundo passo** na análise e perguntaremos quais foram os indivíduos-artífices da “Escola de Campinas”. Inscritos nesta estrutura, esperamos identificar os elementos reais (histórico-mundiais e histórico-nacionais) que os encorajaram a se organizar enquanto agrupamento intelectual que

foi importante para a história do pensamento social brasileiro, como também um exemplo de resistência às estruturas do conhecimento moderno.

O **terceiro passo** será sistematizar, em linhas gerais, o modo de pensamento da “Escola de Campinas” e a sua respectiva interpretação da formação e do desenvolvimento do Brasil. Esta sistematização requererá quatro etapas: (i) identificar as noções fundamentais das quais os pensadores de Campinas se apropriaram ou a partir das quais se inspiraram; (ii) apresentar o encadeamento lógico dos conceitos e categorias no pensamento da “Escola”; (iii) reconhecer como se processou no esquema analítico da “Escola de Campinas” a historicização das leis econômicas; e, por fim, (iv) apresentar a narrativa histórica da formação e desenvolvimento do Brasil forjada pelos seus artífices. Tanto o segundo e o terceiro serão desenvolvidos no capítulo terceiro.

Feito isto, poderemos então dar o **quarto passo** e proceder ao esforço de interpretação sobre o que representou a “Escola de Campinas”, nos seus diferentes aspectos, no capitalismo. Tal esforço consistirá, pois, em reconhecer os vínculos da “Escola de Campinas” com os diferentes processos de mudança social para então caracterizá-los em relação aos movimentos gerais do capitalismo. Tal esforço será objetivo de nossas considerações finais.

Capítulo Segundo - As Raízes Históricas da “Escola de Campinas”

A origem da “Escola de Campinas” tem seu lugar na ruptura do padrão de articulação dos processos que fundamentaram o sistema-mundo moderno no pós-Segunda Guerra Mundial, cuja concretização esteve vinculada, no Brasil, à crise do modelo de industrialização por substituição de importações e à crise política que conduziria ao Golpe Militar de 1964, por um lado, e ao padrão de desenvolvimento capitalista que o Regime Militar levou a cabo, por outro. Seu significado, enquanto escola de pensamento, revela-se na oposição ideológica ao Regime Militar e à esquerda revolucionária, a partir da revisão crítica da Economia Política da Cepal, isto é, a partir de um ajuste de contas com a ideologia nacional-desenvolvimentista.

O objetivo do presente capítulo é matizar o Brasil na ordem mundial do pós-Segunda Guerra Mundial. Ao fazê-lo, esperamos pôr em relevo os processos histórico-mundiais envolvidos nas origens da “Escola de Campinas” e dos quais esta é parte.

1. O Brasil na Ordem Mundial: 1945-1968

Findada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos encontravam-se em posição privilegiada, tendo não só preservado como também fortalecido os fundamentos econômicos e políticos de seu poder no sistema interestatal. Coube-lhes, portanto, a tarefa de ordenar, naquele momento, o sistema-mundo moderno em ruínas.

A transformação da empresa familiar em sociedades anônimas⁶⁶ e a “Revolução Organizacional”⁶⁷, que converteram as empresas capitalistas em corporações transnacionais, tornaram viáveis, aos capitais estadunidenses, a reordenação da divisão social e técnica do trabalho em escala mundial, em base distinta daquela ordenada pelo imperialismo do livre comércio, no qual o mercado mundial era peça fundamental. O novo sistema da propriedade capitalista e a nova forma de gestão, inaugurados com a empresa transnacional, permitiram a redefinição dos vínculos das diferentes economias através da aglutinação de interesses distintos –

⁶⁶ ARRIGHI, Giovanni; BARR, Kenneth & HISAEDA, Shuji. The Transformation of The Business Enterprise. In: ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. (orgs.). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, pp.97-150.

⁶⁷ CHANDLER, Alfred D. *The Visible Hand: the managerial revolution in American business*. 5ª Ed. Cambridge, Massachusetts: Harverd University Press, 1999. Ver especialmente parte 5: The Management and Growth of Modern Industrial Enterprise.

nacionais ou forâneos – por meio das estruturas dos Estados Nacionais, já constituídos ou em formação, intermediados por instituições supraestatais. Doravante, o papel do mercado mundial passaria a ser ressignificado.

Sustentados em meios de coerção com capacidade de destruição em massa, os Estados Unidos lançaram os fundamentos do poder político necessário à legitimação política da ordem econômica transnacionalizada, cujos mecanismos supra-estatais de regulação foram: o Acordo de Bretton Woods (1944), a criação da Organização das Nações Unidas (1945) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (1947).

O Acordo de Bretton Woods (1944) estabeleceu o sistema monetário internacional que vigoraria por aproximadamente três décadas. Tal sistema foi organizado a partir de sistemas monetários nacionais articulados por uma moeda-padrão, o dólar-ouro, sob um regime de “câmbio fixo ajustável”. Neste sistema, o controle de capitais foi prática aceitável, bem como o fato de países em situação de deterioração do balanço de pagamentos poderem recorrer a um fundo internacional de apoio para reequilibrar suas contas nacionais com o exterior, o Fundo Monetário Internacional (FMI).⁶⁸ Além do FMI, foi criado também o Banco Mundial, um banco de investimento cujo objetivo era ramificar o meio circulante em escala global. O sistema de Bretton Woods foi instituído, portanto, com o objetivo de solucionar o problema da liquidez mundial através da redistribuição mais equitativa do poder de compra.⁶⁹

Naquele momento, havia, por parte dos formuladores do Sistema Bretton Woods, uma grande expectativa em relação ao papel que o comércio internacional deveria cumprir na reordenação da ordem mundial. De acordo com Eichengreen, “[...] a reestruturação das relações de comércio abertas e multilaterais viria a ser o tônico que revigoraria o Sistema Bretton Woods”.⁷⁰ Fundamental aos interesses industriais estadunidenses, a restauração do comércio mundial foi prejudicada pela instabilidade financeira que acompanhou o surto de crescimento econômico no imediato pós-guerra. A escassez de divisas⁷¹ conduziu os governos ao controle mais rígido das transações correntes, em especial sobre as importações. Foi sob estas circunstâncias que o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) foi assinado. O Acordo

⁶⁸ EICHENGREEN, Barry J. *A Globalização do Capital: uma história do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p.131.

⁶⁹ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, cap. 4.

⁷⁰ EICHENGREEN, Barry J. *A Globalização...*, cit., p. 138.

⁷¹ Ver anexo estatístico, tabela 4.

resguardou aos governos de cada país o ritmo da liberalização comercial. Em contra partida, os governos se comprometeram a estabelecer os parâmetros da liberalização progressiva do comércio mundial necessária à integração dos diferentes sistemas “nacionais” de produção.⁷²

A Organização das Nações Unidas (ONU), por sua vez, criada em 1945 após a Conferência das Nações Unidas em São Francisco, na qual foi discutida a organização internacional, assinada a Carta das Nações Unidas e elaborado o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, nasceu com os objetivos de promover a paz, ser fonte do direito internacional e dar impulso ao progresso social, assegurando melhores condições de vida em situações de liberdade através do Conselho Econômico e Social.⁷³

Se os controles da liberalização do comércio e da liquidez mundial formaram as bases do princípio de legitimação do Estado norte-americano frente aos capitais estadunidenses, a promoção do bem-estar social, entendido, naquele momento, como consumo de massa, assegurou a legitimidade do Estado norte-americano frente aos seus cidadãos. Externamente, em especial nas relações com os Estados das zonas periféricas, a promoção do direito à autodeterminação e à provisão da subsistência para todos os povos constituíram as bases da legitimação dos Estados Unidos no sistema interestatal.⁷⁴

As convicções filosóficas, políticas e econômicas que sustentaram a ordem mundial do pós-Segunda Guerra Mundial, foram estabelecidas no famoso Discurso “*Iron Curtain*”, pronunciado por Winston Churchill em visita aos Estados Unidos em 1946. Neste discurso, Churchill delimitou aquilo que foi chamado de zona de influência soviética e sugeriu que o Comunismo e a Quinta Coluna representavam ameaça à unidade européia e, portanto, à segurança mundial. Àquela época, Churchill, como porta-voz dos líderes ocidentais, compreendia que o poder soviético e sua doutrina se constituíam em desafios à construção da liberdade e da democracia liberais. Sugeriu que esta ameaça poderia ser dissuadida com a pacificação da Europa, através da estrutura da ONU, tendo como princípio orientador a Carta das Nações

⁷² Se observarmos os dados referentes ao setor exportador brasileiro para o período que compreende 1947 a 1968, notaremos que as exportações brasileiras cresceram em média aproximadamente 4% a.a. Em contrapartida, as importações cresceram em média aproximadamente 5,7% a.a. Embora crescente o valor do comércio internacional brasileiro para o período, a importância relativa do setor externo caiu de aproximadamente 26% do PIB em 1947 para aproximadamente 12,6% do PIB em 1968. Dado que a taxa média de crescimento do PIB foi de aproximadamente 6,5% a.a., os dados sugerem, deste modo, que o crescimento da economia brasileira não estava sendo dirigido pelo setor exportador. (Ver anexo estatístico, tabela 1).

⁷³ Ver Preâmbulo da Carta das Nações Unidas.

⁷⁴ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.66.

Unidas. Em sua visão, a paz poderia ser alcançada através do bom entendimento com a Rússia, no qual a ONU exerceria um poder moderador. Inaugurou-se, então, a Guerra Fria.⁷⁵

Não obstante, para os Estados do “terceiro mundo” não envolvidos pela “cortina de ferro”, porém nos quais a vida política pouco a pouco foi incorporando as ideias comunistas,⁷⁶ os Estados Unidos procuraram intervir através de sua política externa, sustentando-a ideologicamente na Doutrina Truman.

A Doutrina Truman foi inaugurada com a mensagem especial do Presidente Harry S. Truman ao Congresso em 12 de março de 1947, um ano após o Discurso de Churchill em Flulton. Nesta mensagem, na qual solicitou apoio à Grécia e à Turquia, Truman estabeleceu os princípios que orientaram a política externa estadunidense: os Estados Unidos passariam a investir na paz e na liberdade mundiais. À época, compreendia-se que a construção da paz deveria ser entendida como a consolidação do sistema da livre-iniciativa, ameaçada pelo Comunismo. Este era tido pelos líderes estadunidenses como um regime totalitário, nocivo aos valores fundamentais ocidentais liberais, da liberdade e da democracia. A construção da paz, segundo a Doutrina Truman, deveria ser alcançada através da promoção de um modo de vida livre da coerção, envolvido por um sistema político democrático, no qual a vontade da maioria deveria prevalecer, com eleições diretas e um sistema representativo, em que os homens seriam livres para exprimir sua opinião e para escolher sua religião.⁷⁷

Nesse clima de dominação consentida foi realizada em 1947, no Rio de Janeiro, a Conferência Interamericana para a manutenção da paz e da segurança do continente. Na ocasião, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que reafirmou os princípios das Nações Unidas em nível regional. Em sua estada no Brasil, Truman afirmou em sua fala ao presidente Dutra:

*“The problems of countries in this hemisphere are different in nature and cannot be relieved by the same means and the same approaches which are in contemplation for Europe. **Here the need is for long-term economic collaboration.** This is a type of collaboration in which a much greater role falls to private citizens and groups than is the case in a program designed to aid European countries to recover from the destruction of war”.*⁷⁸

⁷⁵ CHURCHILL, Winston S. *Iron Curtain Speech*, 5 de março de 1946.

⁷⁶ Data de 1922 a criação do Partido Comunista Brasileiro, que na maior parte da vida política brasileira foi relegado à ilegalidade.

⁷⁷ TRUMAN, Harry S. *Special Message to the Congress on Greece and Turkey: The Truman Doctrine*, 12 de março de 1947.

⁷⁸ TRUMAN, Harry S. *Address Before the Rio de Janeiro Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security*, 2 de setembro de 1947. Grifo nosso. Se observarmos os dados referentes aos ingressos de investimentos estrangeiros

A política externa estadunidense se destinou, deste modo, a “assistir” os povos livres das Américas na construção de seu próprio destino (a autodeterminação nacional) mediante ajuda econômica e financeira. Por um lado, com a cooperação dos EUA, porém capitaneado por agentes privados, os governos das nações livres e independentes deveriam assegurar o bem-estar aos seus cidadãos; por outro, estes mesmos Estados deveriam, em contrapartida, cooperar na luta estadunidense contra o Comunismo.

Em junho de 1949, o presidente estadunidense Truman recomendou ao Congresso dos Estados Unidos a aprovação do “Programa Ponto 4”. Este programa tinha por objetivo ajudar as áreas subdesenvolvidas através de um programa de assistência técnica, com o objetivo de disseminar o conhecimento técnico, científico e gerencial necessários à promoção do crescimento econômico, e do estímulo ao fluxo de investimentos privados em direção a tais áreas capazes de prover a criação de novos empreendimentos produtivos. Plantou-se, assim, a ideia segundo a qual o fortalecimento da democracia seguiria o reforço da base econômica.⁷⁹ Contudo, nos termos estabelecidos, promover a diversificação da estrutura produtiva brasileira significava promover a economia e a hegemonia estadunidenses na medida em que, do ponto de vista da demanda, os Estados Unidos e a Europa dependiam dos recursos oriundos das áreas periféricas. Por outro lado, do ponto de vista da oferta, a elevação do nível da renda dos países subdesenvolvidos beneficiava setores da indústria e da agricultura estadunidense, na medida em que deixavam de ser mercados latentes.⁸⁰ Na visão do Estado hegemônico, fortalecer as economias subdesenvolvidas significava, naquele contexto, reforçar o mercado mundial necessário àquela época à reconstrução da Europa e, por conseqüência, à reordenação do mundo.⁸¹ O “programa

diretos no Brasil, notaremos que, apesar do comportamento cíclico e volátil para o período 1947-68, os fluxos de ingresso cresceram em média 9,34% a.a. muito embora a participação relativa de tais fluxos no PIB tenha sido em média aproximadamente a 0,6% do PIB. Entretanto, cabe destacar que a participação dos EUA nos investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil elevou-se de 31,9% até 1950 para 42,7% no período que corresponde a 1951 e 1960. Ver anexo estatístico, tabelas 2 e 3.

⁷⁹ “*They must create a firm economic base for the democratic aspirations of their citizens. Without such an economic base, they will be unable to meet the expectations which the modern world has aroused in their peoples. If they are frustrated and disappointed, they may turn to false doctrines which hold that the way of progress lies through tyranny*”. TRUMAN, Harry S. *Special Message to the Congress Recommending Point 4 Legislation*, 24 de junho de 1949.

⁸⁰ “*With many of the economically underdeveloped areas of the world, we have long had ties of trade and commerce. In many instances today we greatly need the products of their labor and their resources. If the productivity and the purchasing power of these countries are expanded, our own industry and agriculture will benefit. Our experience shows that the volume of our foreign trade is far greater with highly developed countries than it is with countries having a low standard of living and inadequate industry. To increase the output and the national income of the less developed regions is to increase our own economic stability*”. Idem.

⁸¹ “*As the economies of the under-developed areas expand, they will provide needed products for Europe and will offer a better market for European goods. Such expansion is an essential part of the growing system of world trade which is necessary for European recovery*”. Idem. Não é de se admirar que a crítica central contida no Informe da Cepal de 1949 tenha se dirigido à premissa teórica segundo a qual a troca internacional tende a repartir equitativamente entre todas as sociedades, que participam da

Ponto 4” se constituiu, portanto, num elemento estratégico de dissuasão do espectro comunista nas zonas periféricas que não haviam sido envolvidas pela “cortina de ferro” , em especial na América Latina. Ao mesmo tempo, contribuiu para promover e difundir a concepção eurocêntrica de liberdade, através do auxílio à criação de instituições promotoras do desenvolvimento capitalista nestas áreas.

A reconstrução da paz e da liberdade mundiais sob a hegemonia estadunidense passaria pelo fortalecimento da economia mundial, em especial das áreas subdesenvolvidas. Assim, em 1950, foi assinada a Lei de Assistência Econômica Estrangeira, que autorizou, em diferentes planos, o governo e os grupos privados estadunidenses a executarem planos estratégicos de ação econômica em parceria com os Estados periféricos. Em primeiro lugar, havia a necessidade de reforçar a produção para defesa, condição indispensável ao sucesso do programa de reestruturação do sistema-mundo moderno levado a cabo pelos Estados Unidos.⁸² A produção para defesa recolocou, naquele momento, a necessidade de cooperação para a produção de matérias-primas estratégicas e para o uso racional dos recursos minerais escassos.⁸³ O fortalecimento da economia mundial não se limitava apenas a este aspecto estratégico do Estado norte-americano. Assegurar o bem-estar requereu ainda, no contexto do pós-guerra, a elevação da produção de alimentos, bem como o reforço dos investimentos em saúde, educação e infraestrutura – estradas, energia e comunicação.

Visto do Brasil, precede aos conflitos mundiais o interesse dos EUA nas matérias-primas brasileiras, em especial os minérios⁸⁴, de importância estratégica superior ao café. Ainda na República Velha, as pressões do Estado norte-americano sobre os governos brasileiros recaíam sobre os monopólios das minas de ferro e da comunicação. Durante o Estado Novo, as polêmicas se intensificaram quando Vargas decidiu construir a Usina de Volta Redonda (1939), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942), todos

divisão internacional do trabalho, os frutos do progresso técnico.

⁸² “*The success of our defense program depends upon our economic strength. In these troubled times, defense production must have prior claim upon our economic resources. We shall have to increase the production of strategic materials. We shall have to divert manufacturing capacity to defense purposes*”. TRUMAN, Harry S. *Address Opening the Meeting of the Foreign Ministers of the American Republics*, 26 de março de 1951.

⁸³ Como veremos mais adiante, este foi um ponto que tocou diretamente a relação entre os Estados Unidos e o Brasil ao longo de maior parte do século XX.

⁸⁴ O caso da borracha é um exemplo. “O advento da indústria automobilística incrementara, extraordinariamente, o consumo da borracha, para fabricação de pneumáticos, provocando a corrida para a Amazônia. O Brasil encontrava no produto da seringueira mais uma fonte de divisas. As exportações de goma elástica pra os Estados Unidos somavam 16.999.345 dólares, em 1899, contra 7.569.005, em 1889, e apenas 3.296.766, em 1879”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.231-32.

empreendimentos de importância estratégica ao Estado norte-americano, pois tocavam diretamente os fundamentos da integração econômica mundial, bem como a produção dos meios de coerção necessários ao crescimento do poder dos Estados Unidos no sistema interestatal. Veio à baila, ainda no segundo Governo Vargas, a questão do petróleo. Outros minérios estratégicos também eram de interesse estadunidense como o manganês, a monazita e o urânio.⁸⁵

Os problemas práticos derivados da luta dos Estados Unidos contra o Comunismo, do empenho deste Estado para elevar o nível de consumo das famílias, para utilizar racionalmente os recursos minerais escassos e para formular mecanismos de regulação contra a concorrência predatória, desde o princípio, levaram-no a fomentar missões e programas de cooperação técnica com os diferentes governos do mundo, com o objetivo de difundir o conhecimento técnico necessário ao planejamento e coordenação conjunta das atividades econômicas em nível mundial.⁸⁶

Foi desse conjunto de preocupações que se estabeleceu no continente, a partir da ONU, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948, estendendo-se para o Brasil em 1952.⁸⁷ A comissão teve como propósito promover o desenvolvimento econômico na região. Em convênio com a CEPAL, o governo brasileiro criou em 1952 o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), que surgiu com a finalidade de formular e executar as políticas nacionais de desenvolvimento voltadas, inicialmente, para o setor de infraestrutura. Derivado diretamente do Acordo de Bretton Woods, já havia sido instituída em 1945 a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), proposta por Octávio Gouvêa de Bulhões, que foi o representante brasileiro na Conferência de Bretton Woods junto com Eugênio Gudin. A SUMOC veio a cumprir dois papéis: o de coordenar a política monetária e creditícia e o de ser o interlocutor técnico entre o Estado brasileiro e as instituições financeiras criadas em Bretton Woods. BNDE e

⁸⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos...*, cit., terceira parte.

⁸⁶ TRUMAN, Harry S. "Address Opening the Meeting of the Foreign Ministers of the American Republics", 26 de março de 1951.

⁸⁷ Em 1949 foi publicado o famoso *Estudio Económico de América Latina*. "Nessas diferentes apreciações do *Estudio Económico de América Latina – 1949*, podemos observar as distintas formas – e conseqüentemente as diferentes dimensões – nas quais o pensamento cepalino foi estudado e, principalmente, os significados diversos que tal pensamento adquiriu de acordo com a forma com a qual ele foi compreendido nos diferentes momentos em que ele foi recuperado. Seja para apontar os limites analíticos do método de investigação cepalino, seja para assinar a ideologia subjacente a este pensamento, seja para identificar uma tradição, ou ainda, para realçar o impacto do pensamento cepalino nas estruturas do saber da economia-mundo capitalista, é fato que a maneira através da qual os cepalinos problematizaram o fenômeno do desenvolvimento e como este "estilo" foi justificado, constituiu um modo peculiar de pensar. Este modo de pensamento – que além do sistema de valores morais (concepção de mundo) dos quais seus propositores compartilhavam constituiu-se, sobretudo, num conjunto de procedimentos "sistemáticos" para interpretação da realidade latino-americana – que, com o passar do tempo, recebeu a denominação de enfoque histórico-estrutural." Para mais detalhes ver SANTOS, Fábio Pádua dos. O enfoque histórico-estrutural e a crítica relegada. In: *Textos de Economia*. No prelo.

SUMOC eram, pois, instituições que, entre outras, haviam surgido para promover o desenvolvimento capitalista no Brasil nos quadros da hegemonia estadunidense.⁸⁸ Embora esse fosse o mote, havia interesses estadunidenses que limitavam tal desenvolvimento.

Não se pode perder de vista que, ao final da Segunda Guerra Mundial, no Brasil, ao longo dos quinze anos de Governo Vargas, haviam amadurecido as condições para o desenvolvimento de “certo capitalismo”. Por um lado, ao ter transformado o próprio Estado brasileiro em empresário, o Governo Vargas incentivou a criação da grande indústria. Por outro, teve a preocupação de adequar ao mesmo tempo a estrutura administrativa do Estado às transformações que ocorreriam com a industrialização.⁸⁹ O planejamento ascenderia naquele momento como método de racionalização do processo de modernização da economia e do Estado brasileiro. Como retrato daquele período que se abria para o mundo e para o Brasil, Francisco Iglésias sugere a seguinte paisagem:

Confirmava-se, assim, a superação da ideologia liberal pela intervencionista, protecionista, nacionalista. O Brasil igualava-se a outras nações da América Latina, da América do Norte, da Europa, compreendendo que a nova técnica, o crescimento e o desenvolvimento econômico, a nova ordem social, com populações crescentes e uma outra sociedade diversificada e com justas pretensões igualitárias, tudo leva a diversificar a estrutura administrativa. Com isso surgiram órgãos administrativos brasileiros e associações de classe, que passaram a reunir-se em congressos e conferências para fixação de linhas de conduta. Com isso surgiram órgãos internacionais, pois as necessidades provocadas pela guerra impunham ações comuns. A discussão sobre o desenvolvimento econômico e as políticas a serem seguidas era uma nova constante. [...] Tratava-se de um **momento decisivo na trajetória nacional**.⁹⁰

A estruturação da Ordem Mundial do Pós-Guerra e a forma de vinculação do Brasil a ela, também se deram, ademais, no nível das estruturas do conhecimento, ou através de espaços de intercâmbio ou por meio da criação de instituições produtoras e difusoras do conhecimento. Em 1951 foi formada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que, fundamentada nas análises das Missões Cooke (1942)⁹¹ e Abbink (1948)⁹², teve por objetivo criar as “[...] condições para

⁸⁸ Desde logo, estas instituições surgiram como representantes de correntes de pensamento opostas, algumas contraditórias outras antagonistas. Para uma classificação das correntes básicas do pensamento econômico brasileiro ver BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico...*, cit., p242-43.

⁸⁹ IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos Políticos e Econômicos do Estado Novo. In: SZMERECSÁNYI, T. e GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p.78-79.

⁹⁰ *Ibidem*, p.79, grifo nosso.

⁹¹ De acordo como relatório técnico da Missão Americana, “os objetivos básicos da Missão foram assim esquematizados, em declaração da Casa Branca, de 2 de setembro de 1942: (a) incrementar a produção local de produtos essenciais, especialmente daqueles anteriormente importados dos Estados Unidos, a fim de economizar praça em navios; (b) adaptar as indústrias locais ao uso de sucedâneos, substituindo fornecimentos habitualmente importados; (c) conservar e aperfeiçoar os meios de transporte; e (d) estabelecer os alicerces para o fortalecimento duradouro de toda a economia brasileira”. Entre as falhas e imaturidade da indústria brasileira o relatório destaca: “O país depende ainda de produtos do petróleo importados via marítima, tanto para combustível

incremento dos fluxos de investimentos, públicos e privados, nacionais e estrangeiros, requeridos para acelerar o desenvolvimento econômico [...]”⁹³ através da elaboração de projetos de investimento. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi instituída em 1948, incorporando “[...] de modo acrítico, um pensamento elaborado nos Estados Unidos pela ideologia da Guerra Fria”.⁹⁴ Em 1955, a partir do ministério da Educação, se estabeleceu o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), um centro de altos estudos em nível pós-universitário, que nasceu com o objetivo de estudar, ensinar e divulgar as ciências sociais, utilizando-se de instrumentos analíticos para compreender a realidade brasileira e promover o desenvolvimento nacional.⁹⁵ Até 1959, sua missão era a de disseminar a ideologia nacional-desenvolvimentista na burocracia civil e militar.⁹⁶ Do ponto de vista filantrópico, a Fundação Ford se interessou e se envolveu no processo de estruturação das Ciências Sociais no Brasil, em 1959, estabelecendo escritório no Brasil em 1962. Apresentaram-se como fomentadores da educação liberal e dos valores da democracia e da igualdade social.⁹⁷ Nesta mesma época, a ONU, a partir da UNESCO, criou, em 1957, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), estabelecida no Chile, e o Centro

motor, como para alguns tipos de energia industrial e mesmo para lampiões de querosene nas povoações do interior; depende de carvão importado por via marítima para alimentar locomotivas e fornecer energia para serviços de utilidade pública e empreendimentos industriais; depende de equipamentos, maquinaria e metais importados para expansão industrial e conservação dos estabelecimentos existentes, o que constitui atualmente um dos mais graves problemas brasileiros em tempos de guerra.” Ainda afirma o relatório: “há grave escassez de engenheiros e técnicos especializados”. *A MISSÃO Cooke no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getulio Vargas, 1949, p.16, 17 e 18. A respeito das recomendações para a educação ver pp.277-299.

⁹² Octávio Gouveia Bulhões, que chefiou o grupo de especialistas brasileiros na Comissão Mista Brasileiro-Americana, afirmou que o relatório partia do pressuposto segundo o qual “[...] os empreendimentos devem ser levados a efeito, precipuamente, pela iniciativa particular, admitindo, porém, como indispensável, uma intensa atuação do governo, no sentido de coordenar os investimentos”. Àquela época, compreendia-se ainda que a educação construía-se em um meio para expandir a produtividade da mão-de-obra, indispensável ao desenvolvimento da economia brasileira. De acordo com o relatório: “a educação deve visar especificamente à adaptação do povo ao seu ambiente, a elevação do padrão de vida mediante o desenvolvimento de maior capacidade produtiva, o desenvolvimento do senso de progresso material e espiritual”. BULHÕES, Octavio Gouvêa de. *A margem de um relatório: texto das conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos: (Missão Abbink)*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Financeiras, 1950, p.5-6 e 246.

⁹³ Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos In: Memórias do Desenvolvimento. Ano 2, nº 2. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2008, p.282.

⁹⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.260. “De acordo com Joseph Comblin, a visão de Brasil dos militares era de um Estado militar criado pela Doutrina de Segurança Nacional que levava o elitismo ao extremo, pois não reconhecia as classes sociais, mas sim massas. Defendia a ideia de que segurança nacional e desenvolvimento eram tarefas de elites, não acreditavam em governos civis e buscavam reconstruir o Estado. Tal elitismo era fundamentado na noção de que os militares possuíam coragem, desinteresse, incorruptibilidade e os únicos capazes de fazer a guerra. Por fim, o exercício do poder deste Estado militar e elitista era fundamentado na luta contra a subversão e a guerrilha causada pelo comunismo internacional. Nesta luta, as principais instituições vigiadas eram o movimento sindical, as universidades e a igreja católica” SANTOS, Fábio Pádua dos & NUNES, Leonardo Dias. *Rising of “Campinas School”*. In: ESHET em México: de la era colonial a la globalización: enfoques y reflexiones en la historia del pensamiento económico. Ciudad del México, 9-12 de noviembre 2011. Anais. CD. Para mais detalhes ver: COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁹⁵ Ver decreto lei de instituição do ISEB: DECRETO Nº 37.608, de 14 de julho de 1955.

⁹⁶ Ver Instituto Superior de Estudos Brasileiros In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Vol. III. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, pp. 2801-2803.

⁹⁷ BROOKE, Nigel e WITOSHYNKY, Mary (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo: Ed. da USP, 2002, p.14. Ver também: MICELI, Sérgio. *A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992*. In: MICELE, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995b, pp. 341-95.

Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), estabelecido no Brasil, ambos com o objetivo de disseminar “a solidariedade intelectual e moral da humanidade”. A partir da CEPAL, também foi criado o Instituto Latinoamericano e do Caribe de Planificação Econômica e Social, com o objetivo de apoiar os governos na elaboração e na racionalização de suas estruturas institucionais destinadas a promover o desenvolvimento. Estes são alguns exemplos de canais através dos quais a ideia de progresso foi difundida. Ao longo da história, nestes espaços, foram se conformando diferentes visões sobre o processo de desenvolvimento, muitas vezes antagônicas entre si.

Não obstante as divergências, estes centros de formação se justapuseram ao sistema universitário moderno em formação no Brasil como, por exemplo, a Universidade de São Paulo, criada em 1934; a Universidade do Brasil, instituída em 1937; a Universidade do Recife, fundada em 1946; ou ainda a Universidade de Minas Gerais, federalizada em 1949. Universidade, em sua maioria, instituídas a partir do agrupamento de faculdades oriundas das escolas superiores do período imperial ou da República Velha. Ou ainda a Universidade de Brasília, que surgiu junto à nova capital federal do Brasil. Em economia, a Fundação Getúlio Vargas foi criada em 1944, e se propunha a formar quadros administrativos para o setor público e privado. Em São Paulo surgiu com o mesmo propósito, em 1946, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Àquela época, apesar do esforço para a estruturação da formação acadêmica do economista, predominaram as “escolas práticas de saber econômico”, como a SUMOC, o BNDE, o Conselho Federal de Comércio Exterior, o Instituto Brasileiro de Economia da FGV ou agências internacionais como a Cepal.⁹⁸ O fato de o pensamento econômico brasileiro ter se originado, no seu primeiro momento, em instituições não universitárias reside, segundo Ricardo Bielschowsky, na escassez de cursos de economia no Brasil e, sobretudo, pela má qualidade dos mesmos. Em sua maioria, os cursos careciam de base teórica definida e de professores em regime de dedicação exclusiva.⁹⁹

Foi no decorrer do adensamento da Ordem Mundial sob a hegemonia estadunidense, em particular, em meio à política externa dos Estados Unidos para a América Latina, e em um momento incipiente da universidade moderna no Brasil, que brilharam os debates sobre o desenvolvimento. Registra-se, em 1944, com o debate sobre o planejamento econômico, no qual

⁹⁸ LOUREIRO, Maria Rita. Introdução In: LOUREIRO, M. R. (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento instituições e depoimentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, pp.8-9.

⁹⁹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico...*, cit., p.7.

Roberto Simonsen e Eugênio Gudín contrapuseram duas visões de desenvolvimento capitalista para o Brasil¹⁰⁰, a abertura não apenas da discussão sobre qual deveria ser o modelo de desenvolvimento econômico do Brasil, mas também, e sobretudo, a abertura de uma conjuntura democrática, na qual foi debatida a construção do Brasil nas diferentes dimensões da existência social.

Já em 1944, o debate sobre o planejamento havia se defrontado com questões fundamentais, como o tipo de inserção internacional, o papel do Estado na economia, o papel das empresas transnacionais no processo de modernização da estrutura econômica, bem como a questão regional.¹⁰¹ Outro debate importante, por exemplo, foi o sobre a inflação. Contudo, estes não se restringiram às esferas da economia e da política. A modernização pela qual o Brasil passava trouxe à baila movimentos artísticos e culturais, e com eles surgiu o debate sobre a educação, em especial, sobre o papel da universidade.¹⁰² O Manifesto *Mais uma vez convocados*, escrito por Fernando de Azevedo em 1959, é um exemplo. Reivindicava a educação pública e argumenta por sua importância para a construção de uma sociedade moderna no Brasil.¹⁰³ Álvaro Vieira Pinto, por sua vez, interrogava-se, a partir da teoria da alienação, sobre o sentido da Universidade em países subdesenvolvidos como o Brasil. Não havia, para o autor, uma correspondência entre a produção cultural provinda da universidade brasileira e a base material desta sociedade. A questão da universidade era uma contenda a respeito da finalidade da Universidade: a quem esta deveria servir?¹⁰⁴ Esta questão sintetiza, no plano da cultura, a controvérsia mais geral do desenvolvimento. Polêmica que se intensificaria na primeira metade da década de 1960 *pari passu* à polarização dos interesses na sociedade brasileira. Aos

¹⁰⁰ Como bem apontado pelo historiador Francisco Iglésias, “Discutiu-se muito o planejamento da indústria, na Comissão de Planejamento Econômica, criado em 1944, como se viu, sobretudo, no debate entre o industrial Roberto Simonsen e o economista Eugênio Gudín, em 1944, um defendendo a política industrialista, um dirigismo racional, o outro, liberal típico, censurando as iniciativas públicas, com a apologia a empresa privada, com todas as suas implicações de dependência do exterior. É a luta, enfim, entre a burguesia nacional, afirmadora do capital nativo, e a burguesia cosmopolita, integrada no sistema econômico internacional. No plano teórico, é o choque entre a ortodoxia econômica, pretendendo a verificação integral do pensamento elaborado nos centros dominantes, e as novas explicações, surgidas da inadequação daquele instrumento analítico à realidade dos países subdesenvolvidos, que procuram e por vezes encontram, aos poucos, a fórmula apropriada às suas peculiaridades.” IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política...*, cit., p.254.

¹⁰¹ IANNI, Octávio. A “redemocratização” de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica. In: SZMERECSÁNYI, T. e GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p.104-5.

¹⁰² *Ibidem*, p.106-7.

¹⁰³ “Mas a educação pública por que nos debatemos, ontem como hoje, é a educação fundada em princípios e sob a inspiração de ideais democráticos. A ideia de educação pública – conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática, e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso da ciência e da técnica residem à base da civilização industrial, são três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro” AZEVEDO, Fernando de. *Mais uma vez convocados* In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1ª de julho de 1959.

¹⁰⁴ PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986 [1961].

contemporâneos da época, a sensação era de mudança.

Em 1962, Wanderley Guilherme dos Santos anteviu um Golpe, embora não tivesse clareza de qual força social iria se impor ao conjunto da sociedade.¹⁰⁵ Celso Furtado tinha a percepção de que o Brasil passava por um momento pré-revolucionário.¹⁰⁶ Esta já era a percepção de Raúl Prebisch para a América Latina em 1961. Em *Punta del Este*, Prebisch chegou a afirmar “a revolução na América Latina é inevitável. Não pode ser detida nem limitada. Não sabemos se poderá ser realizada nos quadros constitucionais existentes ou se, por falta de uma política esclarecida, fora desses quadros”.¹⁰⁷

O período que vai de 1946 a 1964 foi marcado por uma tentativa democrática de reorientação da política econômica. Apesar da fragilidade da democracia neste período¹⁰⁸, tal tentativa esteve fundamentada na Constituição de 1946, a qual, sob pressão dos trustes estrangeiros,¹⁰⁹ delimitou os princípios para a consolidação de um Estado de Direito democrático, bem como para a consolidação de uma ordem econômica e social liberal favorável à livre-iniciativa.¹¹⁰

O governo Dutra (1946-1951) não economizou esforço para sincronizar o Brasil na Ordem Mundial orquestrada pelos Estados Unidos. Dutra prontificou-se a criar os mecanismos institucionais que vinculariam os interesses dos capitais estadunidenses aos interesses de setores exportadores da elite brasileira. O rompimento com a União Soviética em 1947 simbolizou o comprometimento do governo brasileiro com os Estados Unidos na luta contra o Comunismo. Dutra recolocou o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade, fechou a Confederação Nacional

¹⁰⁵ SANTOS, Wanderly Guilherme. *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1962.

¹⁰⁶ FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

¹⁰⁷ PREBISCH, Raúl. Advertência à América Latina. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 ago. 1961. Primeiro Caderno, p. 12.

¹⁰⁸ Segundo Maria Celina Soares D’Araujo, a “[...] nítida dificuldade do sistema político brasileiro em absorver a participação política de massa, particularmente a dos trabalhadores e a do movimento sindical” e a “[...] ingerência dos militares na política brasileira” foram basicamente as razões da fragilidade da democracia brasileira no período. D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. A volta de Vargas ao poder a polarização das forças políticas e sociais. In: SZMERECSÁNYI, T. e GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p.112.

¹⁰⁹ Como relata Moniz Bandeira, “a Assembléia Constituinte instalada em 1946 elaborou a nova Carta Magna do Brasil, sob pressão dos trustes americanos, notadamente a Standard Oil of New Jersey e a International Telephone Telegraph Co. O artigo 5º, sobre a concessão dos serviços de telégrafo e de radiocomunicações, interessava à ITT. Os artigos 151, 152 e 153, sobre a propriedade do subsolo e o aproveitamento industrial das minas e jazidas, inquietavam a Standard Oil. Um cidadão americano, chamado Paul Howard Schoppel, chegou ao Rio de Janeiro para acompanhar os trabalhos da Constituinte. Hospedou-se no Hotel Glória. O ex-presidente da República e senador Artur Bernardes denunciou-o. Schoppel era agente da Standard Oil. Tinha por objetivo a modificação do que dispunha a Carta do Estado Novo sobre exploração do petróleo. E conseguiu-o. O artigo 153 da Constituição saiu conforme os seus designios”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos... cit.*, p.431.

¹¹⁰ IANNI, Octávio. *A “redemocratização” ... cit.*, p.98.

dos Trabalhadores e interveio em 143 sindicatos.¹¹¹ Além disso, a perda do poder de compra dos trabalhadores não foi recomposta, acumulando-se entre 1946 e 1951, uma perda de 47% no valor real do salário mínimo. Deste modo, parte da rentabilidade dos investimentos estrangeiros no Brasil foi assegurada. Do ponto de vista da transferência dos excedentes, a diferença entre o fluxo das rendas enviadas ao exterior acumuladas entre 1947 e 1950 e o fluxo do Ingresso dos IED's acumulados para o mesmo período representou para o Brasil uma perda líquida de 800 milhões de reais a preços de 2010.¹¹² Isto equivaleu, grosso modo, a uma taxa de retorno dos investimentos estrangeiros de aproximadamente 23,5% para o período. Este intervalo quase liberal teve como opositor Getúlio Vargas.

Vargas voltou ao poder, eleito em 1951. Neste interlúdio democrático, que seria encerrado em 1964, o segundo governo Vargas encontrou dificuldades para reorientar a política econômica delineada pelo governo Dutra e patrocinada pelos Estados Unidos, como já vimos anteriormente. A União Democrática Nacional não acreditou na intenção de uma política conciliatória sinalizada por Vargas. O Partido Trabalhista Brasileiro, por sua vez, exigiu que o seu presidente fosse mais atencioso às questões trabalhistas. Além disso, a relação com os militares ficou estremecida com a instituição da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951) e com a assinatura do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1952). A ala nacionalista dos militares estava insatisfeita com os termos dos acordos firmados entre os governos estadunidense e brasileiro, em especial, com o Acordo Militar. Também no Congresso, a administração Vargas encontrava restrições para governar. A fraca base de apoio lhe impunha dificuldades a mais e criava obstáculos no interior do Estado à execução da política de desenvolvimento nacional.¹¹³

A Assessoria Econômica de Getúlio Vargas propunha, àquela época, que o desenvolvimento econômico do país deveria ser integrado e autônomo, um desenvolvimento que preservasse a riqueza nacional e que, acima de tudo, também gerasse emprego. Para tanto, o Estado deveria ser forte e presente na economia. Com esta finalidade, a reorientação da política econômica atuou simultaneamente em quatro áreas: energia, indústria, transportes e social. A Petrobrás e a Eletrobrás foram as principais realizações do segundo governo Vargas. Apesar de Getúlio Vargas buscar uma conciliação com a iniciativa privada, sobretudo estrangeira, a

¹¹¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos...*, cit., pp.432 e 434.

¹¹² Renda envia ao exterior, provenientes dos IED's, contabilizou para o período 4,2 bilhões de reais a preços de 2010 em quanto o fluxo de ingresso dos IED's contabilizou um total de 3,4 bilhões de reais a preços de 2010. Ver anexo estatístico, tabela 2.

¹¹³ D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *A volta de Vargas...*, cit., p.117-18.

condição de sua política econômica revelava a resistência nacionalista ao intervencionismo estadunidense no Brasil.¹¹⁴ A criação em 1952 do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico, fruto da CMBEU, teve por objetivo solucionar os problemas do financiamento de longo prazo, necessário à realização de investimento requerido pela estratégia de desenvolvimento levada a cabo pelo Governo Vargas. A recomposição do salário mínimo foi outro ponto de choque entre os interesses nacionalistas do governo Vargas e os interesses forâneos no Brasil. Em suma, a política econômica do segundo governo Vargas ameaçou os privilégios que haviam sido assegurados pelo governo Dutra e que tornariam menos rentáveis os capitais investidos no Brasil.¹¹⁵ Vargas não resistiu à pressão, na iminência de um golpe, fez de sua morte um ato político, retardando-o por aproximadamente uma década.¹¹⁶

Octávio Ianni faz um belo retrato do período, no qual esboça como a problemática do desenvolvimento se apresentava naquele momento:

Creio que um dilema fundamental da sociedade, não só das classes dominantes, mas da sociedade como um todo, é o do modelo fundamental do desenvolvimento da economia brasileira – a escolha entre uma proposta de um **capitalismo nacional** voltado principalmente para as forças econômicas, sociais e políticas que constituem a sociedade nacional e um **capitalismo que lança mão dessas bases**, mas beneficia-se em ampla medida, do intercâmbio com as multinacionais e faz, em certa escala, uma jogu com elas.¹¹⁷

Em suma, se do ponto de vista da formação do Brasil contemporâneo a questão central entre 1946 e 1964 foi a disputa entre dois modelos de desenvolvimento, a luta pelo controle da mudança social no Brasil, como procuramos demonstrar, foi parte da reestruturação da ordem mundial do pós-Segunda Guerra Mundial, na qual o adensamento do capitalismo em nível mundial foi considerado pelo mundo ocidental, na época, pré-condição à paz mundial. Se a consolidação de um capitalismo nacional-desenvolvimentista no Brasil foi possível, tal virtualidade foi posta em dúvida com a eleição do presidente Dwight D. Eisenhower em 1953. A partir de então, as pressões se direcionaram no sentido de estimular a livre iniciativa

¹¹⁴ ALMEIDA, Rômulo. A política econômica do segundo governo Vargas. In: SZMERECSÁNYI, T. e GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, pp.131-45.

¹¹⁵ Em 1952, o Governo Vargas recompôs as perdas acumuladas do salário mínimo mais que dobrando o valor do mesmo. Além disso, em 1953 realizou a reforma ministerial, a qual outorgou Oswald Aranha, Vicente Ráo e João Goulart para as pastas da fazenda, do exército e do trabalho, respectivamente. O segundo governo Vargas deu, com isto, uma guinada à esquerda. Neste mesmo ano a remessa de rendas enviadas ao exterior mais que dobrou saltando de aproximadamente 1,2 bilhões de reais para aproximadamente 3,1 bilhões de reais a preços de 2009.

¹¹⁶ BENEVIDES, Maria Victoria. O suicídio de Getúlio e suas conseqüências a curto e longo prazo. In: SZMERECSÁNYI, T. e GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

¹¹⁷ IANNI, Octávio. A “redemocratização”..., cit., p.108, grifo nosso.

estadunidense no Brasil. Em face da Europa já quase reconstruída e do avanço do Comunismo na América Latina, sobretudo, após a Revolução Cubana de 1959, a preservação da hegemonia estadunidense na América Latina não pôde sustentar as promessas da Doutrina Truman. Desde 1953 o Estado norte-americano, pouco a pouco, foi minando as possibilidades do desenvolvimento nacional, controlando o crédito necessário ao financiamento dos investimentos da livre iniciativa brasileira e, sobretudo, da iniciativa estatal. No Brasil, a industrialização por substituição de importações, sob estas circunstâncias, estancou-se; e a crise política que a acompanhou criou a conjuntura na qual os militares, em 1964, tomaram o poder, dando início a um triste capítulo da história brasileira. Depreende-se, enfim, que os vínculos estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos variaram em função do poder acumulado pelos Estados Unidos no sistema interestatal. Parece-nos sensato, portanto, considerar que os graus de liberdade de ação do Estado brasileiro no contexto de consolidação da hegemonia estadunidense foram maiores em relação ao período em que os Estados Unidos já haviam tornada sólida sua hegemonia no sistema-mundo moderno.

Como procuraremos demonstrar na próxima seção, embora 1964 tenha marcado uma ruptura do processo de formação do Brasil em direção à construção de um “Estado de Direito” pela via democrática, o modelo de desenvolvimento levado a cabo pelos Militares preservou tendências específicas da ordem mundial após 1945, que caracterizam o sistema-mundo moderno desde fins do século XIX (capítulo primeiro). Será, portanto, neste processo histórico-mundial, isto é, na forma de articulação entre economia e política e as estruturas do conhecimento, que encontraremos as raízes históricas da “Escola de Campinas”.

2. 1964: Ruptura e Continuidade

O Golpe de Estado de 1964 foi a conversão repentina da revolução democrática em revolução antidemocrática.¹¹⁸ Como procuramos demonstrar anteriormente, a revolução era iminente, a aliança entre a burguesia nacionalista e os trabalhadores ganhava força e sinalizava para reformas estruturais. O Plano Trienal seria o instrumento a partir do qual se asseguraria a continuidade do projeto nacional desenvolvimentista, não obstante a desaceleração do

¹¹⁸ FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

crescimento econômico desde 1959 e o malogro da Aliança para o Progresso. Os desacordos com relação às reformas de base, como a reforma agrária e a política salarial, por exemplo, tornaram antagônicos os conflitos intercapitalistas pelo caráter do desenvolvimento capitalista no Brasil. Ante a crise econômica e política, não era mais possível conciliar a visão liberal (atomista) com a visão estatista da sociedade que estivera em disputa desde a década de 1930. Valendo-se das armas, os militares deram início, através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), a um longo processo de reorientação do desenvolvimento capitalista no Brasil.¹¹⁹ O pêndulo se moveu, pelo Estado, em direção à livre iniciativa. Para tanto, foi necessário, através dos mecanismos de regulação, redefinir o papel do capital estrangeiro no fortalecimento e expansão da economia brasileira, articulando-o com o capital nacional¹²⁰, e reprimir, ao mesmo tempo, a proletarianização do nacionalismo.¹²¹

Se não é incorreta a metáfora de Emir Sader com referência à aliança entre o Partido Comunista Brasileiro e os setores nacionalistas,¹²² o Golpe de 1964 contradisse as interpretações do PCB, do ISEB e da Cepal. As promessas da industrialização não haviam se concretizado. O pensamento econômico, exprime com exatidão Ricardo Bielschowsky, “deixou assim de nuclear-se pela questão que crescentemente lhe dava unidade nos anos 50, isto é, a questão pura e simples do planejamento e execução das inversões necessárias à implantação de um setor industrial, vista então como suficiente para promover o bem-estar social”.¹²³ O pensamento crítico brasileiro, em tom solene, pôs-se a compreender aquele momento e a repensar as teorias e as perspectivas que haviam orientado as ações políticas nas décadas precedentes. Publicaram-se livros e panfletos em

¹¹⁹ Logo na introdução do PAEG ficam claros os princípios gerais que reorientaram o papel do Estado brasileiro na economia: “A ação governamental, nos sistemas políticos democráticos, deve orientar-se no sentido do estabelecimento das condições que assegurem a maior eficiência possível ao funcionamento da economia de livre empresa, ou seja do sistema de preço. Em tal contexto, o planejamento econômico vai importar numa definição, sistemática e coerente, por parte do Governo, das medidas tendentes à criação da ordem dentro da qual operará aquilo que se convencionou chamar de ‘forças do mercado’, de maneira compatível com a distribuição da renda desejada e a meta pragmática de maximização da taxa de desenvolvimento econômico”. Apesar de o Programa reconhecer os problemas inerentes ao cumprimento das “forças de mercado” numa economia subdesenvolvida, os princípios controversos “[...] não acarretam a anulação do papel regulador do sistema de preços.” O Regime Militar compreendia, portanto, que “a ação governamental complementa, mas não necessariamente substitui, os mecanismos de mercado”. BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de ação econômica do governo: 1964-1966 (síntese)*. Brasília: 1964, p.13.

¹²⁰ A política de capitais estrangeiros do PAEG revela a importância atribuída ao capital estrangeiro pelo Regime Militar: “sua importância para a economia nacional deve ser considerada sob três aspectos: o aumento marginal da taxa de investimento, o esforço de capacidade para importar e o da contribuição tecnológica” Ibidem, p.142. Para tanto, foram eliminadas as limitações sistemáticas das remessas através da revogação dos artigos 31, 32 e 33 da Lei 4.131.

¹²¹ A repressão sobre os sindicatos, bem como a política salarial do PAEG perseguiram este objetivo.

¹²² “Era como se o marxismo entregasse a tarefa de analisar a evolução do capitalismo brasileiro ao keynesianos, livrando-se assim da responsabilidade de dar conta do processo de acumulação e das relações entre a economia brasileira e o capitalismo mundial a partir de seus próprios fundamentos”. SADER, Emir. *O Marxismo Ocidental no Brasil*. In: ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p.12.

¹²³ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico...*, cit., p.415.

abundância. A crítica avassaladora dirigida ao PCB procedeu de Caio Prado Jr., para quem:

[...] tanto quanto a deformada visão da economia e das relações de produção e classe no campo brasileiro, que abordei acima, a ideia de uma “burguesia nacional” progressista e contrária ao imperialismo por sua posição específica de classe, causou à linha política da esquerda os mais graves danos. Foi ela certamente um dos fatores que contribuíram para levar as esquerdas por caminhos errados e cheios de ilusões que deram no desastre de abril de 1964.¹²⁴

Tiveram lugar também, naquele momento, as críticas de Ruy Mauro Marini¹²⁵, Theotônio dos Santos¹²⁶ e Vânia Bambirra¹²⁷, autores que constituíram a vertente marxista da dependência. Na visão destes autores, a questão central residia na incapacidade do movimento proletário de assegurar a hegemonia no bloco do poder.¹²⁸ Desde a Cepal, para além da autocrítica de Raúl Prebisch e de Celso Furtado, dois novos caminhos se abriam. O primeiro procurou suprir as deficiências do esquema analítico da Cepal, incorporando os aspectos políticos do processo de desenvolvimento. Este foi o esforço de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, criando sua vertente própria da “teoria da dependência”. O segundo caminho deu origem à “Escola de Campinas”. Todavia, para compreendermos a crítica elaborada por esta “Escola”, é necessário apreendermos antes aquela realidade mais lenta que, mesmo após 1964, persistiu tornando-se mais espessa e contraditória.

Se o PAEG 1964-1966, como nós vimos anteriormente, deu início à consolidação de uma economia capitalista organizada a partir da livre-iniciativa pelo Estado, isto é, uma economia regulada pelas “forças de mercado”, o Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970 (PED) delineou as estratégias de consolidação daquela ordem social inaugurada em 1964, não apenas no plano econômico, mas também em outros os planos da existência social. “O primeiro aspecto a salientar é que o desenvolvimento, [...], não constitui somente a marcha para a abundância, mas a construção de uma sociedade”.¹²⁹ Deste modo, “esse desenvolvimento tem

¹²⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1966], p.74.

¹²⁵ MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 10 ed. México: Siglo XXI, 1980 [1969].

¹²⁶ SANTOS, Theotônio dos. *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1969.

¹²⁷ BAMBIRRA, Vânia. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México, D.F: Siglo veintiuno, 1979

¹²⁸ “Desde luego, en un país dependiente como el Brasil, la alianza de clase asume tareas antiimperialistas, y puede incluso revestir la forma de un frente de liberación nacional. Ésta no es la cuestión central; el problema consiste en saber si hay o no la decisión de garantizar la hegemonía proletaria en la alianza, y es por lo que contraponer el frente el partido, así como negar los objetivos socialistas de la revolución, encubre el rechazo a esa hegemonía y la adhesión a la ideología pequeñoburguesa” MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo...*, cit., p.203.

¹²⁹ BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970: estratégia de desenvolvimento e estrutura geral*. 2 vol. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1968. Vol.1, p.I-2.

dimensão econômica, social e política, notadamente”.¹³⁰ O PED foi, desta maneira, um instrumento do Regime Militar para a aceleração do crescimento econômico, simultaneamente para a contenção da inflação, e para orientação em benefício ao progresso social, a partir de uma perspectiva liberal, expandindo assim as oportunidades de emprego da força de trabalho.

O PED enunciou, portanto, o caráter global do desenvolvimento capitalista conduzido pelo Regime Militar. Justamente para afirmar o desenvolvimento capitalista a favor da livre-iniciativa por meio do Estado, persistiu o adensamento da estrutura industrial e a burocratização do Estado brasileiro para o qual e pela qual se modernizou as estruturas do conhecimento. Para compreendermos o papel da Educação no projeto de desenvolvimento nacional do Regime Militar, em especial o papel da Universidade, faz-se antes necessário explicitarmos a concepção de desenvolvimento que a *intelligentsia* do Regime Militar possuía.

Se é possível se afirmar que o PED expressa a visão de sociedade desejada pelos militares, então podemos sugerir que o crescimento econômico consistia no objetivo primordial a ser perseguido. Mais do que isso, eles entendiam que era necessário acelerar o crescimento e que a expansão do nível de atividade deveria estar a serviço do homem, isto é, elevar a produção de bens e serviços a serem consumidos pelos cidadãos. Nesta concepção, o progresso social, que correspondia à redução da desigualdade e da taxa de desemprego, bem como ao logro do apaziguamento dos conflitos sociais, era uma consequência do crescimento econômico acelerado. A inflação era interpretada como um obstáculo à consecução do crescimento econômico. Conseqüentemente, o controle do nível de preços era um pré-requisito à implantação de um modelo de crescimento autosustentado e acelerado.

Julgavam os militares que o crescimento econômico dependia tanto do esforço da livre iniciativa brasileira como da iniciativa estrangeira estabelecida no Brasil. Como exprime o PED, “é realmente indispensável que o povo brasileiro tenha nítida consciência de que o desenvolvimento é problema nosso, cuja solução há de depender de nosso próprio esforço e não

¹³⁰ A visão de desenvolvimento perseguida pelos Militares de acordo com o PED consistia nas seguintes dimensões: “Da área econômico-social, com já indicado, destacam-se, como fatores básicos, a nova fonte de dinamismo, segundo definido na nova Estratégia; a aceleração do esforço interno de poupança e investimento, na forma a ser quantificada; **a preparação intensiva de recursos humanos para o desenvolvimento, com esforço concentrado no tocante à Educação e à pesquisa científica e tecnológica**; a capacidade de reformar estruturas, nos principais setores, para a modernização institucional do País, notadamente nas duas áreas que acabam de ser mencionadas. Da área política, o estabelecimento do censo nacional em torno dos objetivos básicos e das diretrizes do projeto nacional de desenvolvimento; a capacidade de o país unir-se e organizar-se para a formulação e executar as mudanças de estruturas indispensáveis à consecução dos referidos objetivos básicos; a afirmação de um nacionalismo que preserve o senso de proporção no julgamento de nós mesmos; e a formação de uma nova geração política, capaz de cooperar decisivamente para assegurar viabilidade política ao projeto nacional de desenvolvimento”. Idem, vol. 1, p.1-3, grifo nosso.

da eventual generosidade de terceiros. A cooperação externa não substitui o esforço interno; quando muito, suplementa-o”.¹³¹ Os princípios da equidade e do mérito, subjacentes ao PED, sugeriam, deste modo, que a questão do déficit crônico do balanço de pagamentos do Brasil deveria ser solucionada não apenas através de empréstimos estrangeiros, senão através do esforço da livre iniciativa para elevar as exportações.

Esse não seria o único passo para a conquista da soberania política e da independência econômica. Outro passo importante era, na visão dos militares, o fortalecimento do mercado interno. Este seria o principal trunfo do Brasil. Acreditavam que sem um mercado interno pujante, a economia brasileira não poderia se beneficiar da redução dos custos provenientes dos ganhos de escala decorrentes do progresso técnico. Supunham que, quanto mais amplo fosse o mercado interno, maior seria a possibilidade de incorporação da força de trabalho a uma taxa compatível com a taxa de crescimento demográfico. Os militares estavam convictos, portanto, de que o progresso técnico poderia desempenhar um papel fundamental no fortalecimento do mercado interno, na medida em que acreditavam ser possível o desenvolvimento de tecnologias compatíveis com as características naturais e sociais do Brasil. Por conseguinte, esperavam que a competitividade no mercado mundial dos produtos produzidos no Brasil se elevaria. Os militares eram conscientes de que “a importação indiscriminada de produtos industriais comprime o mercado interno e reduz o emprego no País”.¹³² Para esta visão, era necessário, desde modo, reservar o mercado interno brasileiro à expansão da indústria instalada no Brasil através de uma proteção efetiva, não obstante as tarifas de importação. Sem repudiar o capital estrangeiro, a expansão do mercado interno e a preservação da indústria instalada dependeriam também da proteção e do fortalecimento do empresário nacional. Os militares consideravam necessário proteger o empresário nacional contra o poder de competição das grandes corporações transnacionais através de incentivos fiscais ou de regulação favorável à livre iniciativa brasileira, bem como fortalecê-los através de incentivos à modernização. O vigor do mercado interno dependeria também das condições de financiamento dos investimentos programados necessários à expansão da capacidade produtiva do país. Para os militares, a propensão marginal a poupar do Brasil havia se elevado, naquele momento, a níveis que permitiam acreditar ser possível o financiamento dos investimentos estratégicos apenas com a

¹³¹ BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Programa Estratégico...*, cit., Vol.1, Apresentação, p.10.

¹³² BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Programa Estratégico...*, cit., vol.1, Apresentação, p.12.

poupança interna. Sem embargo, os capitais estrangeiros deveriam “auxiliar no equilíbrio do balanço de pagamentos e na incorporação de tecnologia”.¹³³

Em suma, a construção da sociedade idealizada pelos militares pressupunha a consolidação de um tipo de economia capitalista em que o mecanismo de regulação social deveria ser o “mercado”. O Regime Militar estava, portanto, naquele momento, através da política econômica, social e cultural, consolidando o desenvolvimento capitalista enquanto tal, construindo uma sociedade cujos nexos sociais seriam estabelecidos primordialmente pelo econômico. As áreas estratégicas a serem transformadas, necessárias à construção de tal sociedade, foram: a educacional, a da agricultura, a administrativa; e os programas foram: os de ciência e tecnologia, de habitação, transporte, energia elétrica, petróleo e comunicação. Neste projeto, por exemplo, a Educação consistiu no instrumento de maior alcance.

Para fins de nossos objetivos, vejamos agora o papel que a Educação assumiu na sociedade que os Militares despoticamente pretenderam construir. Em seguida, tentaremos sugerir como a Reforma Universitária de 1968 se articulou com as incipientes estruturas do conhecimento moderno precedentes ao Golpe de 1964 e como a Unicamp, e nela o DEPES, veio a se converter no *locus* a partir do qual a “Escola de Campinas” nasceu como agrupamento intelectual de oposição teórica, como também política ao Regime Militar, e que propunha um desenvolvimento capitalista socialmente regulado.

O tipo do desenvolvimento capitalista levado a cabo pelo Regime Militar atribuiu à educação um caráter simplesmente instrumental à consecução de uma sociedade regulada pelo “mercado”. Os militares partiram da hipótese segundo a qual, do ponto de vista da sociedade, a educação consiste em um meio para acelerar o crescimento econômico, uma vez que o progresso técnico dela derivado permitiria elevar a produtividade da economia brasileira. Do ponto de vista do indivíduo, supuseram que a educação representava um meio para mobilidade social ascendente, pois, enquanto formadora de competência, esta garantiria aos indivíduos oportunidades de emprego e, conseqüentemente, de participação nos frutos do progresso técnico.

134

Embora a escassez de trabalhadores especializados chamasse a atenção dos governos,

¹³³ Ibidem, p.14-15.

¹³⁴ BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Programa Estratégico...*, cit., vol.2, p.XV-1-4.

pelo menos desde a Missão Cooke,¹³⁵ e que tivesse sido parcialmente resolvida, tanto pela criação de universidades como pela oferta de cursos patrocinados por instituições e agências especializadas, nos idos de 1968, esta mesma questão se recolocou como o problema dos “excedentes”. O excedente no ensino superior consistia naquele coletivo de estudantes que “[...] tendo concluído o curso colegial e prestado o vestibular, não obteve vaga no ensino superior”.¹³⁶ Diante deste fato e da concepção de educação acima sintetizada, o Regime Militar optou por expandir o ensino superior seguindo dois critérios: o de maior demanda, isto é, maior relação candidato/vaga; e o de maior utilidade para o crescimento econômico do país, pois os militares consideravam que “[...] a expansão do ensino superior deveria guiar-se por considerações econômicas, contemplando as necessidades do mercado de trabalho”.¹³⁷

Foi neste contexto e com aquele horizonte de expectativa, que a Reforma Universitária de 1968 foi pensada e executada. A Reforma partiu do suposto muito lúcido, embora possamos discordar de sua finalidade, de que “[...] o ensino superior é parte de um todo – que é constituído o sistema educacional – correlacionado aos demais graus de ensino e em estreita solidariedade com a estrutura econômica e social do País”.¹³⁸ Para tanto, procurou cobrir um conjunto de aspectos que constituem a universidade e a envolvem no processo de formação da sociedade. A Reforma visou à ampliação e à diversificação dos tipos de formação. A ampliação requereu esforços de constituição de centros de excelência capazes de liderar a formação de recursos humanos dispostos a ingressar no magistério superior. Para tanto, consolidar o sistema nacional de pós-graduação se constituiu num importante objetivo. A diversificação da formação, prioridade fundamental daquele momento, procurou ser solucionada através da criação de cursos de curta duração. A Reforma se propôs também a reorganizar os cursos, entretanto, preservando o caráter elitista e meritocrático da universidade, ao não extinguir

¹³⁵ Cf. *A MISSÃO Cooke...*, cit., pp.277-299.

¹³⁶ BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Programa Estratégico...*, cit., vol.2, p.XV-28.

¹³⁷ *Ibidem*, vol.2, p.XV-33. “O ensino superior brasileiro tem experimentado uma expansão quantitativa razoável. Essa expansão, porém, tem sido desordenada, sem obedecer a critérios racionais. Certos ramos não prioritários têm-se ampliado com grande velocidade, enquanto algumas modalidades educacionais de grande relevância para o País têm-se expandido modestamente. Tal fato deriva, em certos casos, da estrutura do sistema educacional; em outras, é resultado da política inadequada de utilização de recursos humanos. Igualmente, não há um critério geográfico racional para presidir à expansão, que tem obedecido a critérios muito mais políticos do que sociais ou econômicos. Em certos casos, também, tal fato redundou de falsa impressão de que a interiorização do profissional é obtida através da interiorização da escola”. *Idem*. Mais adiante conclui: “o ponto central da solução do problema dos excedentes reside na expansão do ensino superior. Esta deve seguir critérios racionais: obedecendo sempre às indicações do mercado de trabalho, deve iniciar-se com a eliminação da capacidade ociosa nos estabelecimentos já em funcionamento que apresentam bons padrões qualitativos, e explorar, em seguida, a ampliação das unidades já existente. Só em último caso deve pensar-se em criar novas unidades de ensino”. *Ibidem*, p.XV-37.

¹³⁸ BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Programa Estratégico...*, cit., vol.2, p.XV-37-8.

o vestibular como mecanismo de seleção de ingresso. Além disso, propôs a reformulação dos currículos de modo a adequar a formação universitária aos objetivos do PED. Para alcançar seus objetivos, a Reforma precisou equalizar quatro pontos: a questão do docente, a administração universitária, o sistema de financiamento e a relação universidade-sociedade. Para compor o quadro dos professores necessários para a ampliação e aperfeiçoamento do sistema universitário, a Reforma procurou estabelecer uma nova política salarial, bem como especificar os objetivos das atividades docentes, quais eram a formação de profissionais para o mercado de trabalho e a formação acadêmica com objetivo de formar a mentalidade científica do país. O aspecto administrativo da Reforma procurou elevar a eficiência do sistema universitário, adequando para a realidade brasileira a perspectiva de desenvolvimento vislumbrada pelo Regime Militar. O financiamento do ensino superior foi provido por recursos das agências governamentais e, quando necessário e em caráter complementar, por recursos de terceiros, agências governamentais de outros países ou filantrópicas. A universidade deveria também se adaptar às exigências da sociedade de acordo com as peculiaridades de cada região do país. Por fim, a Reforma previa uma maior integração dos estudantes de nível superior na política de desenvolvimento através de programas de integração, de assistência financeira, bem como programas de estágio. A Reforma Universitária de 1968 procurou, portanto, orientar o ensino superior à consecução do desenvolvimento capitalista no Brasil, organizado pelas “forças de mercado”.

Se pusermos em foco a institucionalização das ciências sociais no Brasil, veremos que a Reforma de 1968 foi corolário daquilo que Sérgio Miceli chamou de “[...] processo de construção social de uma elite intelectual profissional que abrigou ainda uma parcela expressiva da geração a postos de tecnocratas, executivos e parlamentares”.¹³⁹ Na ciência econômica, que fôra precoce em relação às demais ciências sociais, a modernização do ensino de graduação e a constituição de centros de pós-graduação já haviam sido delineadas em 1966 no Seminário de Itaipava. Como sugere Ana Maria Bianchi, o Seminário de Itaipava “[...] marcou o deslanchar do processo de formação de competências técnicas no campo [da economia], não apenas para o avanço do sistema de ensino como também, dado o perfil profissional dos formandos e a importância que alguns deles viriam a assumir na gestão da política econômica, para a definição

¹³⁹ MICELI, Sérgio. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995a, p.10.

dos rumos da economia brasileira”.¹⁴⁰

Miceli retém o que nos parece essencial para compreendermos o caráter articulador das estruturas do conhecimento no desenvolvimento do capitalismo no Brasil:

A construção social dessa elite intelectual profissionalizada ocorreu no contexto de um regime autoritário cujas políticas educacionais favoreceram a expansão do ensino superior enquanto espaço prioritário de atendimento às reivindicações de melhoria formuladas pelos setores médios que vinham se batendo, desde fins dos anos 50, com a questão dos chamados “excedentes”. Numa segunda etapa, ao longo dos anos 70, a montagem de um sistema nacional de pós-graduação (mestrado e doutorado) traduzia também o esforço político de “internalizar” o treinamento e a reprodução das gerações subseqüentes da mesma elite intelectual. Como era de se esperar, ambas as políticas contribuíram decisivamente para a capacitação material e institucional das categorias profissionais em questão, fazendo com que o controle das **instituições públicas de ensino superior**, mormente daquele de maior prestígio científico, fosse se tornando progressivamente uma **arena central de concorrência político-partidária**.¹⁴¹

E conclui:

[...] seja por conta dos serviços prestados de consultoria, pelo assessoramento às lideranças partidárias ou às equipes governamentais, seja por força da contribuição que fazem à definição das agendas públicas de discussão nas diversas áreas de política social, seja pela explicitação nas mídias das lutas envolvendo os diversos grupos de interesses no que talvez seja a especialidade mais característica de sua competência profissional, seja pelo projeto constantemente renovado de exercer influência mesmo fora das cidades da ciência, seja enfim por esse estado de permanente disponibilidade para o trabalho político, **os cientistas sociais brasileiros são parte integrante do sistema político e por essa razão tendem quase sempre a se comportar como atores políticos conscientes, senão do espaço a que podem almejar, de seus instrumentos de combate**.¹⁴²

Visto a partir da institucionalização da ciência econômica no Brasil, é patente a imbricação entre as estruturas do conhecimento e a consolidação do desenvolvimento capitalista no Brasil. A história da formação da economia como disciplina é parte do processo global de modernização do Brasil, estando vinculada à reestruturação da Ordem Mundial do pós-Segunda Guerra Mundial. A reforma do ensino de economia de 1945 deu início à formação profissional do economista. Como lembra Manoel Orlando Ferreira, “a nova lei [Decreto-Lei nº. 7.988 de 22-12-1945] não apenas revolucionou totalmente o currículo como incorporou a ciência econômica ao sistema universitário brasileiro”.¹⁴³ Não obstante este esforço de consolidação da economia como

¹⁴⁰ BIANCHI, Ana Maria. Do Encontro de Itaipava ao Encontro da USP: comentários à margem da história da ANPEC. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.315.

¹⁴¹ MICELI, Sérgio. O cenário institucional..., cit., p.10, grifo nosso.

¹⁴² MICELI, Sérgio. O cenário institucional..., cit., p.11, grifo nosso.

¹⁴³ FERREIRA, Manoel Orlando. A formação do economista no Brasil. In: Revista Brasileira de Economia. Ano XX, nº 4,

disciplina acadêmica, o período foi marcado pelo autodidatismo dos intelectuais e pelo ensaísmo.¹⁴⁴ A formação acadêmica deixava a desejar. Os principais *loci* da formação eram os órgãos governamentais e instituições de pesquisa, chamadas, na época, de “escolas práticas”. Foi neste período que se colocou a controvérsia entre a Cepal, o Conselho Nacional de Economia e a Universidade. Como lembra Ferreira, “não resta dúvida que o programa da Cepal que se iniciou despreziosamente em 1957 (?) implicava numa crítica ao currículo universitário”. O autor ainda chama a atenção para o fato de o Conselho Nacional de Economia promover cursos destinados a corrigir as distorções do ensino universitário.¹⁴⁵ Os economistas se comportaram, portanto, como atores políticos.

O Seminário de Itaipava, realizado pela Fundação Ford em 1966, retrata bem as preocupações e tendências que caracterizavam a ciência econômica no Brasil na época. Era consenso entre os participantes que o economista profissional era escasso e possuía frágil formação. Embora houvesse divergências a respeito de como superar a crise do ensino da economia, todos estavam de acordo com a necessidade de se substituir a fase de autodidatismo pela fase de estudos sistemáticos e rigorosos em nível de pós-graduação. O Seminário anteviu os traços gerais do que veio a ser a Reforma Universitária de 1968. A Reforma veio a se somar aos esforços do Seminário de Itaipava, ao consolidar um quadro institucional necessário à modernização das ciências sociais em geral e da ciência econômica em particular. Daí nasceram as Escolas de Pós-Graduação, bem como a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC).

Articulando-se a este processo de consolidação das estruturas modernas do conhecimento no desenvolvimento capitalista no Brasil, encontra-se o projeto da Universidade Estadual de Campinas. Eustáquio Gomes sintetiza bem este ponto:

“Zeferino [Vaz] foi um dos primeiros a compreender, na década de 60, que a crescente industrialização do país criava uma demanda nova por pessoal qualificado, sobretudo numa região – o Estado de São Paulo – que na época detinha 40% da capacidade industrial brasileira e 24% de sua população economicamente ativa. Até então o sistema de ensino superior estava voltado para a formação de profissionais liberais solicitados pelo processo de urbanização, como advogados, médicos e engenheiros. **Necessitava-se, portanto, de uma universidade que desse ênfase à pesquisa tecnológica e que mantivesse, desde o início, sólida vinculação com o setor de produção de bens e**

dez. 1966, p.32.

¹⁴⁴ LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Introdução..., cit., p.8.

¹⁴⁵ FERREIRA, Manoel Orlando. A formação..., cit., p.33.

serviços. E que formasse profissionais dentro de novo espectro de mercado”.¹⁴⁶

Com esta orientação, Zeferino não tardou em reunir-se com os empresários da região.

“Nela, o reitor fez uma explanação do que seria a nova universidade, esboçou o perfil dos cursos e **explicitou de que modo se daria a aproximação da indústria**. Solicitou o uso das oficinas fabris para estágios e para o ensino prático de algumas disciplinas. No fim, pediu que os empresários formassem um grupo de trabalho e o ajudassem a preparar um anteprojeto para os cursos de Engenharia Elétrica, Mecânica e Química a partir da experiência de cada um e das necessidades da indústria”.¹⁴⁷

Não restam dúvidas a respeito do caráter da Unicamp. Surge como um instrumento para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, dentro do espírito corrente de Reforma da Educação, como vimos anteriormente. Uma instituição moderna não apenas na forma como se articula à formação social da qual faz parte, mas também, no plano do pensamento, isto é, na forma de organização do conhecimento. Não é por acaso que, vista de cima, a Unicamp apresenta uma forma geométrica circular. Traduz-se em seu plano urbanístico o caráter enciclopédico do conjunto dos conhecimentos do pensamento moderno que deveriam ser postos a serviço da modernização do Brasil.

De acordo com Fausto Castilho, encarregado de organizar as Humanidades, o projeto da Unicamp tencionava ser uma enciclopédia na prática. Pretendendo, com isto, abranger diferentes conhecimentos em profundidade. Para tanto, optou-se na época por uma “[...] **delimitação comtiana** das disciplinas, institucionalmente separadas entre si, embora reunidas numa única faculdade”.¹⁴⁸ Esperava-se que, candidamente, os problemas que emergiriam dos conhecimentos disciplinares seriam superados com a formação de grupos de trabalho. Ainda no projeto, a pesquisa deveria ser o determinante fundamental e preceder o ensino. Para a consecução da enciclopédia requeria-se, portanto, uma estrutura administrativa centralizada e eficiente, que apoiasse a pesquisa e o ensino, um *campus* radial como solução aos entraves urbanísticos à disposição dos diferentes conhecimentos, bem como um único *campus* que reunisse todos os saberes e no qual o convívio possibilitasse a constituição de uma comunidade de trabalho interdisciplinar. Enfim, o *campus* da Unicamp deveria ser, nas palavras de Castilho, “a enciclopédia espacialmente estruturada”. Nesta enciclopédia em estruturação, o Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES) foi criado em caráter provisório em 1967, como

¹⁴⁶ GOMES, Eustáquio. *O Mandarim: história da infância da Unicamp*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.54, grifo nosso.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p.55, grifo nosso.

¹⁴⁸ CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). *O conceito..., cit.*, p.127.

sendo a unidade a partir da qual se organizaria o setor das humanidades.¹⁴⁹

A criação do DEPES é um exemplo do argumento que nos esforçamos para perfilar até aqui. O DEPES demonstra, ainda que contraditório, o ponto de imbricação entre as estruturas do conhecimento moderno e o desenvolvimento capitalista no Brasil. Como procuraremos demonstrar mais adiante, a criação do DEPES viabilizou a formação de um agrupamento intelectual peculiar, que assumiu a tarefa de repensar a ideologia nacional-desenvolvimentista e revigorá-la no contexto do Regime Militar. Estes intelectuais encontraram na Unicamp o *locus* privilegiado à formulação de uma visão de Brasil que não apenas avançou analiticamente em relação à visão cepalina, como, ao mesmo tempo, se opôs àquela visão de sociedade que os militares estavam construindo.

Vejamos na próxima seção, sucintamente, como se organizou o DEPES até a defesa das teses que inauguram, em 1975, a Escola de Campinas. O estudo sistemático das teses será objeto do capítulo terceiro.

3. O surgimento da “Escola de Campinas”

À época, o DEPES se constituiu numa experiência pioneira. Não havia até então, no sistema universitário brasileiro, um curso de planejamento econômico e social orientado para a preparação de quadros especializados capazes de se guiarem por critérios sociais na elaboração e avaliação de projetos. O DEPES nasce, portanto, com o objetivo de “[...] promover a pesquisa de todas as atividades sociais que comportem a aplicação de teoria e métodos de planejamento e de desenvolver o ensino, em todos os graus, para a instrução teórica e o treinamento prático do pessoal responsável por sua aplicação, na sua respectiva esfera de atividade”.¹⁵⁰

O DEPES, cuja proposta foi elaborada por Fausto Castilho, com a colaboração de João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo,¹⁵¹ propunha-se a ser um departamento provisório, uma espécie de embrião da implantação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

¹⁴⁹ Ibidem, segunda parte.

¹⁵⁰ Proposta de criação do DEPES, p.1.

¹⁵¹ MELLO, João Manuel Cardoso. In: MANTEGA, Guido; RÊGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, SP: Editora 34, 1999, p.195.

(IFCH).¹⁵² Como lembra Cardoso de Mello, “a ideia era montar um instituto de filosofia e ciências humanas, nucleado inicialmente por um departamento de Economia”.¹⁵³ A estratégia gradativa de implantação pressupunha, além da viabilização das instalações e recrutamento de pessoal técnico e administrativo, a execução de atividades de ensino e pesquisa, que foram executadas entre o período de 1968 e 1972.

Entre os cursos ministrados em nível de pós-graduação estavam dois cursos de especialização. O Curso Básico de Planejamento Econômico foi o primeiro e teve início em 1968. Este curso foi “[...] concebido como um símile, na Universidade de Campinas, do Curso Intensivo de Planejamento, dado na América Latina pela CEPAL”.¹⁵⁴ Tinha por objetivo introduzir os estudantes nas teorias e técnicas fundamentais do planejamento econômico.¹⁵⁵

O Curso de Pós-Graduação em Programação Setorial iniciou um ano depois, em 1969, e era complementar ao curso básico. Este curso se propunha a ser uma réplica dos cursos de especialização setorial que eram realizados, na época, pelo Instituto de Planificação Econômica e Social (ILPES) no Chile.¹⁵⁶ Seu objetivo era instruir teoricamente e treinar programadores industriais, com ênfase na industrialização da América Latina.¹⁵⁷

Simultaneamente ao curso básico de planejamento, iniciou-se em 1968 o Curso de Treinamento e Qualificação em Economia e Administração de Pequenas e Médias Empresas. Um curso de grau médio, “foi concebido como um símile do que [realizava] a Universidade de Delft”¹⁵⁸ e tinha por objetivo fornecer ao estudante “[...] empresário, gerente, técnico de nível médio – que [trabalhava] em empresas industriais pequenas e médias ou que [possuía] experiência desse tipo de empresa, conhecimento teórico elementares e sobretudo treinamento prático em métodos de racionalização do processo produtivo [...]”.¹⁵⁹

“Como o escritório [da Cepal no] Rio estava prestes a fechar”, lembra Eustáquio Gomes, “nada melhor do que transplantar a estrutura do curso para o interior de uma

¹⁵² CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). *O conceito..., cit.*, pp.112-13 e 145.

¹⁵³ MELLO, João Manuel Cardoso. In: MANTEGA, Guido; RÊGO, José Márcio (orgs.). *Conversas..., cit.*, p.195.

¹⁵⁴ Proposta de criação do DEPES, p.4.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p.4.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p.5.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.6.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p.7.

¹⁵⁹ *Idem*.

universidade constituída sob o beneplácito dos militares e com um reitor atrevido à frente”.¹⁶⁰

A equipe que compôs inicialmente o quadro de professores foi formada apenas por professores e ex-alunos do curso da Cepal realizado em São Paulo em 1966. Do escritório da Cepal no Rio de Janeiro, foram contratados Wilson Cano, Ferdinando Figueiredo e Lucas Gamboa. Entre os ex-alunos foram selecionados João Manuel Cardoso de Mello, Carlos Eduardo Gonçalves, Osmar Marchese e Luiz Gonzaga Belluzzo.¹⁶¹

A viabilização de tal projeto foi possível pela sustentação diplomática e financeira do Ministério das Relações Exteriores que, junto à Cepal e ao ILPES, firmou um convênio quinzenal (1968-1972). Este convênio assegurou a implantação do DEPES.¹⁶²

Como recorda o professor Wilson Cano, o DEPES se propunha a reforçar a capacidade crítica da realidade nacional, através de uma proposta pedagógica interdisciplinar, e a elevar a consciência teórica e política.¹⁶³ Para tanto, o quadro de professores foi expandindo. Eolo Pagnani chegou pouco depois das primeiras contratações. No início da década de 1970, foram incorporados Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa, Jorge Miglioli e Maria da Conceição Tavares. Da França, Sérgio Silva e dos Estados Unidos, Luciano Coutinho. Do Chile, o “Grupo Pinochet”: Liana Aureliano, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, José Carlos Braga e Paulo Baltar. Frederico Mazzucchelli foi outro importante reforço. Todos se colocaram à disposição do grande **projeto**, cuja envergadura exigiu um esforço coletivo: “**levar adiante a crítica do capitalismo no Brasil**”,¹⁶⁴ mas sob uma perspectiva não revolucionária.

A tarefa de reinterpretar o desenvolvimento capitalista no Brasil lhes impôs quatro

¹⁶⁰ GOMES, Eustáquio. *O Mandarim...*, cit., p.61.

¹⁶¹ Ver CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). *O conceito...*, cit., p. 114-15. Como lembra Wilson Cano, “deve-se a uma circunstância muito especial a ideia da criação do futuro Instituto de Economia. De um lado, os anseios que um grupo de professores da Cepal, no Rio de Janeiro, manifestava em relação à má qualidade da maioria dos cursos de Economia então ministrados no país, pela baixa capacidade crítica que ofereciam no exame da realidade nacional, pela quase ausência de interdisciplinaridade e pela alienação teórica e política que proporcionavam. Esse grupo alimentou, durante alguns anos, a ideia de criar uma nova Escola de Economia que enfrentasse aquelas deficiências. Ao mesmo tempo, havia outro grupo de intelectuais em São Paulo, que acabava de fazer um Curso de Planejamento Econômico ministrado pela Cepal, e que também alimentava as mesmas preocupações. É nesse momento (1965) que ambos se conhecem e que delineiam as ideias centrais do futuro projeto. O elo dessa união foi, de um lado, o interesse demonstrado por Zeferino Vaz em implantá-lo, como embrião da área de humanidades da Unicamp, e, de outro, o fato de que o grupo tinha em conta os valores humanos fundamentais e idênticas preocupações políticas”. CANO, Wilson. Instituto de Economia da Unicamp: notas sobre sua origem e linhas gerais de sua evolução. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F.S. (orgs.) *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p.200.

¹⁶² CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). *O conceito...*, cit., p.113-14, ver anexo: Ata de aprovação.

¹⁶³ CANO, Wilson. Instituto de Economia..., cit., p.119.

¹⁶⁴ MELLO, João Manuel Cardoso. In: MANTEGA, Guido; RÊGO, José Márcio (orgs.). *Conversas...*, cit., p.200.

frentes de trabalho. A primeira consistiu num estudo sistemático da obra de Marx, em diálogo com os grandes pensadores contemporâneos como Schumpeter, Keynes e Kalecki, bem como Hilferding e Steindl. A segunda tarefa consistiu no estudo da História do capitalismo contemporâneo. A revisão da economia política e da análise histórica do capitalismo contemporâneo capacitou-os para a terceira frente de trabalho: o diálogo com as teorias do desenvolvimento. A quarta tarefa consistiu no acerto de contas com a Economia Política da CEPAL, da qual eram herdeiros. Executadas estas quatro frentes, estavam em condições de repensar o desenvolvimento capitalista no Brasil. O resultado foi uma nova visão do Brasil, o Capitalismo Tardio, com a qual os artífices da “Escola de Campinas”, de um lado, criticaram a política econômica do Regime Militar e, de outro, elaboraram novas propostas de reforma econômica e social para o Brasil.¹⁶⁵ As teses defendidas a partir de 1974 foram o produto deste grande esforço e, pouco a pouco, foram conformando aquilo que hoje podemos chamar de “Escola de Campinas”.

Este esforço de reflexão se refletiu também no modo como foram organizados os cursos de graduação e pós-graduação. “Quando nós organizamos o curso de graduação, pensamos em um modelo com um curso básico, em que se daria uma formação mais geral ao aluno, que só a partir do segundo ano começaria a entrar no *curriculum* propriamente de economia. De certa forma isso tinha o propósito de diferenciar o curso da Unicamp em relação aos cursos de Economia existentes”, lembra Luiz Gonzaga Belluzzo.¹⁶⁶ A concepção do curso de pós-graduação foi semelhante:

Quando nós criamos o curso de pós-graduação, também, pensamos em dar-lhe uma especificidade, mais do que acadêmica, de concepção de curso. Primeiro, a história do capitalismo, segundo as visões do capitalismo. A organização do curso estava subordinada a essa ideia geral: dar aos alunos uma visão clara, na medida do possível, a mais aprofundada e ampla possível, da história do capitalismo e das grandes visões do capitalismo. O curso de Micro tinha ênfase nas teorias da Organização industrial. Não por uma questão de diferenciação, mas porque isso era compatível, coerente com a concepção que a gente tinha. De mesma maneira, o curso de Macro estava apoiado na leitura da Teoria Geral do Emprego. Tínhamos uma orientação e nós não pretendíamos, nem pretendemos, que o curso se transforme numa coisa eclética. O que não impede que seja intenso, por exemplo, a conformação entre nossa visão de Keynes e o *mainstream*. Só que não pretendemos fazer uma coisa eclética, uma colagem, como se as coisas fossem equivalentes. Fazemos uma leitura a partir do paradigma que nós consideramos

¹⁶⁵ Ibidem, p.200-201.

¹⁶⁶ BELLUZZO, Luiz Gonzaga. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L; RÊGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, SP: Editora 34, c1996, p.253-54.

correto, o que não quer dizer que os outros não tenham suas reivindicações.¹⁶⁷

É este paradigma que pretendemos identificar e sistematizar a partir da leitura das teses que conformam a “Escola de Campinas”.

4. Considerações Finais

Chegamos agora a um momento importante de nossa exposição, que é o de sistematizar a produção intelectual que fundou a “Escola de Campinas”. Contudo, para que possamos adentrar no cerne do modo de pensamento e apreender a visão do Brasil que caracterizam a “Escola”, vamos reter os pontos essenciais que abordamos nos capítulos primeiro e segundo.

Estudar as ideias fundadoras da “Escola de Campinas” a partir da historiografia nos conduziu a dois caminhos. Por um lado, desde o princípio admitimos que a interpretação da “Escola de Campinas” se constitui numa certa consciência. Por certa consciência queremos dizer que tal interpretação corresponde a determinada produção ideológica num conjunto de ideologias que caracterizam uma determinada época histórica. Aos sujeitos do processo de conhecimento consideramos que as produções ideológicas se apresentam como diferentes conhecimentos científicos que, enquanto tal, conformam as estruturas do conhecimento de uma determinada época. Chamamos a atenção também para fato dos diferentes conhecimentos forjados na Modernidade estarem fundados numa concepção imanente do mundo.

Por outro lado, fomos conduzidos a inscrever a “Escola de Campinas” no período específico da época histórica da qual faz parte. Procuramos então realizar um esforço de contextualização que envolvesse as diferentes esferas da existência social, isto é, a economia, a política e a cultura articuladamente. Procuramos chamar atenção para o caráter constitutivo das estruturas do conhecimento na realidade moderna. Seu papel articulador entre o plano da cultura e os planos da economia e da política. Noutras palavras, como produção social funcional aos mecanismos de reprodução do capital e do poder. Procuramos, portanto, articular processos gerais (capítulo primeiro) como processos específicos (capítulo segundo) de tal forma que fosse possível apresentar as formas concretas do desenvolvimento capitalista no Brasil, bem como, do

¹⁶⁷ Ibidem, p.254.

Brasil no desenvolvimento do sistema-mundo moderno.

O desenvolvimento do sistema-mundo moderno foi historicamente o adensamento da divisão social do trabalho em escala mundial, envolvido por um sistema hierárquico de Estados nacionais que, ao competirem entre si por poder, promoveram a acumulação capitalista. A difusão da produção capitalista foi acompanhada pela propagação das estruturas do conhecimento moderno produtoras de ideologias que legitimaram o sistema social histórico enquanto tal, ou que se apresentaram como movimentos resistentes à ordem social em construção. A questão que nos parece central é a de que as estruturas do conhecimento não apenas legitimaram, mas também promoveram a expansão do sistema-mundo moderno, ao possibilitarem o avanço da ciência e da tecnologia.

Ao longo deste segundo capítulo, nosso esforço se concentrou em analisar o modo como o Brasil se articulou a esses processos que caracterizam o pós-Segunda Guerra Mundial, demonstrando como a “Escola de Campinas”, em sua formação, foi fruto daquele tempo. Para tanto, argumentamos que a acumulação capitalista naquela época estava sendo liderada pela grande corporação transnacional. Demonstramos também os mecanismos de regulação supraestatais que induziram a um tipo de integração da economia mundial. Além disso, chamamos a atenção para o fato de que a estratégia dos Estados Unidos de dominação da América Latina esteve assentada no fortalecimento dos vínculos econômicos. A produção de matérias-primas essenciais à produção de defesa se revelou um dos principais interesses dos Estados Unidos no Brasil. O desenvolvimento de um capitalismo socialmente regulado levado a cabo pelos desenvolvimentistas desde a década de 1930 foi possível na medida em que convergia com os interesses estadunidenses no Brasil. No interlúdio democrático, entretanto, ficou evidente a disputa entre dois projetos para o Brasil: um liberal, no qual o mecanismo de regulação social deveria ser o mercado; e outro desenvolvimentista, no qual o capitalismo socialmente regulado deveria avançar. À medida que a Europa e o Japão se reconstruíam, elevando a competitividade intercapitalista no centro, mais difícil se tornou aos Estados Unidos levarem adiante a Doutrina Truman. A Revolução Cubana e o fracasso da Aliança para o Progresso levaram a reorientação da política externa estadunidense para a América Latina. O Estado norte-americano cedeu lugar aos capitais privados estadunidenses. O esgotamento da industrialização por substituição de importações levou à desaceleração do crescimento econômico e, com este arrefecimento, a crise no bloco do poder. Naquele momento pré-1964, tornaram-se antagônicos os caminhos à

construção de uma sociedade brasileira moderna. O liberalismo econômico e o desenvolvimentismo tornaram-se incompatíveis. Os desenvolvimentistas não conseguiram, através do Estado, controlar a livre iniciativa e protegê-la de sua própria fúria, direcionando seu potencial para a construção de um estado de bem-estar nos marcos do capitalismo. Aos comunistas brasileiros faltaram condições concretas para a revolução. Aquelas circunstâncias idealizadas nas alianças com os governos progressistas jamais chegaram a se concretizar. Visto retrospectivamente, 1964 representou a abertura de um período de transição que favoreceu a consolidação do sistema da livre-iniciativa, não obstante o nacionalismo econômico do Regime Militar. Foi, portanto, o desfecho das tensões que se acirravam progressivamente no Brasil desde 1946. Os debates que indicamos dão uma dimensão aproximada das divergências que existiam na sociedade naquele período. A instauração do Regime Militar subverteu, através da coerção, o padrão de desenvolvimento capitalista conduzido pelos desenvolvimentistas. Vista no conjunto de suas práticas, a Ditadura Militar levou a cabo a consolidação de uma ordem social regulada pelo mercado. Isto não só pressupôs um tipo de política econômica favorável à livre iniciativa, como também, uma política social e cultural que legitimasse tal ordem. Como procuramos demonstrar, a reorientação do sistema educacional brasileiro ilustra a dimensão global do processo de modernização ao qual a sociedade brasileira foi submetida. Tratava-se, pois, de uma educação para o crescimento econômico. Foi no bojo destas transformações, isto é, da consolidação das estruturas do conhecimento moderno no Brasil que o projeto da Unicamp surgiu. No seu conjunto, o projeto nasceu articulado com a política de desenvolvimento nacional do Regime Militar. Entretanto, o DEPEs se constituiu num caso peculiar, pois veio a se converter num “espaço de fuga” dos herdeiros da tradição cepalina no Brasil num período de endurecimento do Regime. Em nosso entender, sem levar em consideração a problemática do desenvolvimento nacional em sua historicidade histórico-mundial, bem como as condições históricas na qual foi forjada a interpretação da “Escola de Campinas”, não poderemos entender o real significado de suas ideias.

Capítulo Terceiro – A “Escola de Campinas”

A “Escola de Campinas” é estudada, em geral, a partir de duas perspectivas. A primeira procura enfatizar sua contribuição à luz da **problemática do desenvolvimento nacional**. Luiz Carlos Bresser-Pereira, por exemplo, considera que a tese de João Manuel Cardoso de Mello, que toma como base do pensamento de Campinas, retrata uma das alternativas possíveis, à época, de reinterpretar a realidade brasileira. Na avaliação de Bresser-Pereira, o esforço de Cardoso de Mello concentrou-se na crítica radical à Cepal e o ISEB, reduzindo a importância da Revolução de 1930 e demonstrando a origem social do capital industrial no capital mercantil cafeeiro. Enfim, para Bresser-Pereira, o *Capitalismo Tardio* representou a alternativa que procurou negar o pensamento anterior.¹⁶⁸ José Luís Fiori, ao contrário, faz uma leitura diferente. O debate que antecederam a “Escola de Campinas” questionava, para este autor, a viabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil. Contudo, quando surgiu a “Escola de Campinas”, o desenvolvimento capitalista já era um fato. Deste modo, na avaliação de Fiori, os artífices da “Escola de Campinas” compreenderam que nos idos da década de 1970 a questão era outra: era necessário reinterpretar o Brasil a partir do processo de formação do capitalismo, de um capitalismo que nascera tardiamente. Diferentemente de Bresser-Pereira, Fiori considera os esforços empreendidos pela “Escola de Campinas” não como a negação do pensamento anterior, mas como uma tentativa de reformulação do projeto de reforma do desenvolvimentismo conservador. Conforme sugere Fiori, “[...] as reformas e o enfrentamento conjunto da crise da dívida externa e do novo contexto econômico internacional requeriam uma mudança radical das bases de sustentação política do projeto de desenvolvimento do país. Seria essencial a construção de uma nova coalizão de poder capaz de redesenhar o projeto nacional com base noutro conjunto de valores, hierarquizados a partir das necessidades da população e de inserção soberana na nova onda globalizante da economia capitalista”.¹⁶⁹ Plínio de Arruda Sampaio Jr., por sua vez, foi mais incisivo em suas críticas. Apesar de inscrever a “Escola de Campinas” no contexto da crise do pensamento da esquerda que seguiu o Golpe de 1964, como também o fizeram Bresser-Pereira e Fiori, Sampaio Jr. avaliou a contribuição da “Escola de Campinas” à luz da perspectiva

¹⁶⁸ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Revista de Economia Política 3(1), janeiro 1983. Resenha de: MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. Para uma análise mais detalhada, BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In Maria Rita Loureiro (org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, pp.17-69.

¹⁶⁹ FIORI, José Luís. Introdução: De volta..., cit., p.36.

revolucionária da problemática do desenvolvimento nacional, configurando, desde o princípio, uma crítica externa à “Escola”. Na interpretação de Sampaio Jr., “[...] a revisão teórica que surgiu em meados da década de setenta, para mostrar os horizontes abertos pela industrialização pesada tornou-se, nos anos noventa, uma espécie de teoria da resistência, que denuncia os riscos de desestruturação da industrialização capitalista retardatária, mas não propõe alternativa que nos permitam superar o impasse claustrofóbico que compromete o futuro do processo de formação da nação”.¹⁷⁰

A segunda perspectiva se circunscreve aos **aspectos propriamente teóricos** da “Escola de Campinas”: as influências, a perspectiva metodológica e as contribuições analíticas para a interpretação da economia brasileira. Mário Presser, por exemplo, chama a atenção para a formação eclética dos artífices da “Escola de Campinas”, embora os denomine de keynesianos. Presser sugere também a herança do enfoque histórico-estrutural da Cepal, o domínio da Economia Política Clássica, bem como a apropriação de ideias de clássicos do pensamento econômico contemporâneo, como Keynes, Schumpeter e Kalecki. Por fim, insiste na visão de economia distinta daquela partilhada pelos neoclássicos, a começar pela própria historicidade da ciência econômica.¹⁷¹ Maurício Coutinho procurou destacar o modo como o pensamento marxista foi incorporado por Sérgio Silva e João Manuel Cardoso de Mello. Para Coutinho, as categorias marxistas habilitaram ambos a reconstruir o processo de formação do capitalismo no Brasil, apesar de, em sua opinião, o tipo de reflexão sugerida por Cardoso de Mello “[...] não deixa de representar a transliteração de uma démarche que fora anteriormente proposta por Celso Furtado nos termos do estruturalismo”.¹⁷² Ainda do ponto de vista das influências, para Renato Perim Colistete, a teoria da Cepal se apresenta para a teoria do capitalismo tardio em quatro dimensões que estão articuladas entre si: a ênfase nas estruturas; o papel reduzido dos atores sociais; a perspectiva macroeconômica; e o papel da história. Embora Colistete se empenhe consideravelmente em demonstrar como o pensamento cepalino foi incorporado pela “Escola de Campinas”, há de se convir que este é um tema que, tratado em tábua rasa, leva a afirmações

¹⁷⁰ SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação...*, cit., p.58.

¹⁷¹ PRESSER, Mário Ferreira. Eclétismo em Dissenso: uma comparação das propostas dos Neo-estruturalista da PUC-RJ e dos keynesianos da Unicamp. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F.S. (orgs.) *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p.39-54.

¹⁷² COUTINHO, Maurício Chalfin. Incursões Marxistas. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F.S. (orgs.) *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p.15-25.

equivocadas que subvertem o real esforço empreendido pelos seus artífices.¹⁷³ A contribuição analítica da “Escola de Campinas” é ainda destacada, por alguns autores, a partir da posição que os representantes da “Escola” assumiram frente a questões específicas. Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi chamam a atenção, por exemplo, à explicação da formação da poupança ou da sustentabilidade do crescimento econômico.¹⁷⁴ Além de Bielschowsky & Mussi, Presser enfatiza a explicação pouco convencional que deram para a inflação e também destaca a opinião a respeito do tipo de inserção internacional que a “Escola de Campinas” vislumbrou para o Brasil.¹⁷⁵

Todas essas formas de aproximação indicam um grande mosaico daquilo que poderíamos chamar “Escola de Campinas”. Não obstante o esforço desses trabalhos para lançar luz sobre a obra dos artífices da “Escola”, os autores acima formulam suas interpretações e críticas tomando separadamente as obras que constituem a “Escola de Campinas”. **É rara uma avaliação da contribuição da “Escola” a partir do conjunto da obra que, articuladamente, consiste em um modo de pensamento peculiar e em uma visão complexa de Brasil.**¹⁷⁶ Sistematizar as teses que dão origem a “Escola de Campinas” e apresentá-las como uma visão articulada será nosso objetivo no presente capítulo.

Para tanto, parece-nos pertinente evitar dois **caminhos perniciosos**: o primeiro é a contraposição na ciência econômica entre ortodoxia e heterodoxia; o segundo é a problemática do desenvolvimento nacional. O caminho que percorremos até aqui (capítulos primeiro e segundo) teve justamente o objetivo de estabelecer os parâmetros que julgamos adequados para situarmos ambos os modos de avaliar a contribuição da “Escola de Campinas” não incorrendo, desde logo, em falsos debates.

Um estudo da “Escola de Campinas” a partir da **oposição ortodoxia versus heterodoxia** tende a subestimar a contribuição desta Escola na medida em que, por um lado,

¹⁷³ COLISTETE, Renato Perim. O Desenvolvimentismo Cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F.S. (orgs.) *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p.26-37.

¹⁷⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo & MUSSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. Texto preparado para o Seminário “Brasil-Chile: uma mirada hacia América latina y sus perspectivas”, Santiago de Chile, Julho de 2005.

¹⁷⁵ PRESSER, Mário Ferreira. *Ecletismo em Dissenso...*, cit., p.50-52.

¹⁷⁶ Entre os trabalhos que procuram apresentar a visão integrada da “Escola de Campinas”, destaca-se a tese de SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação...*, cit., ver nota de rodapé 69. Para um exemplo de análise que parte de uma visão articulada das premissas da “Escola de Campinas” ver CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Editora UNESP, 2002, pp.36-40.

incorre numa falsa associação entre a realidade dos supostos e a História e, por outro, restringe a produção intelectual de seus artífices ao escopo da economia enquanto disciplina. A antiga reivindicação heterodoxa pela **realidade dos supostos das teorias** não se confunde com **teoria historicamente fundamentada**.¹⁷⁷ O pensamento econômico heterodoxo procura, em geral, especificar as circunstâncias nas quais as teorias econômicas são válidas ao invés de reconstruir o processo econômico em sua totalidade. Dito de outro modo, a tendência é simplesmente expor o contexto – ou identificar as raízes mais imediatas de um conceito ou evento – para ilustrar as análises. Propor teorias com pressupostos realistas é uma forma de resistência e, portanto, de crítica ao princípio do universalismo. No entanto, se inscrevemos a crítica heterodoxa convencional nas estruturas do conhecimento moderno, levando em consideração a forma como estas se articulam no sistema-mundo moderno, sugere-se, teoricamente, que a extensão da crítica está limitada aos marcos do capitalismo. Nesse sentido, o conflito entre ortodoxia e heterodoxia se afigura como um conflito intercapitalista a respeito do papel do Estado na acumulação capitalista. O enfoque histórico-estrutural cepalino é um exemplo. Raúl Prebisch denunciou o falso sentido de universalidade do pensamento econômico em geral, enquanto Celso Furtado buscou historicizar as teorias econômicas. A História, no enfoque cepalino, é ao mesmo tempo o particular, o princípio de variação das economias e a justificativa para a crítica e o avanço da teoria econômica a partir da periferia em relação à teoria econômica convencional.

Não obstante, neste enfoque, a história não assume o caráter de reconstrução da realidade histórico-concreta. Este é o certo formalismo ao qual a Cepal, em sua primeira fase, esteve presa e para o qual João Manuel Cardoso de Mello chamou a atenção. A revisão do enfoque histórico-estrutural levado adiante pela “Escola de Campinas”, a partir do estudo da crítica da economia política, foi a tentativa de escapar deste dilema, circunscrito à economia enquanto disciplina, redefinindo a crítica ao nível da oposição central nas estruturas do conhecimento moderno, a oposição entre conhecimento nomotético e conhecimento idiográfico. Enfrentar este dilema pressupôs, necessariamente, uma tentativa de superação da setorização.

Com isto, chegamos à segunda dificuldade que surge da oposição ortodoxia-

¹⁷⁷ “O que o historiador percebe é, pois, o exército de acontecimentos vencedores na rivalidade da vida; mas estes acontecimentos voltam a colocar-se e a ordenar-se no marco de múltiplas possibilidades contraditórias, entre as quais a vida realizou facilmente uma seleção: por uma possibilidade que se realizou dezenas, centenas e milhares delas, demasiado humildes ou demasiado secretas para se imporem à história, se esfumaram. Convém, não obstante, reintroduzi-las, porque estes movimentos derrotados representam as forças múltiplas, materiais e imateriais, que, em cada instante, atrasaram o seu florescimento e puseram, por vezes, um termo prematuro à sua carreira. É indispensável conhecê-los”. BRAUDEL, Fernand. Para uma economia histórica. In: BRAUDEL, F. *Historia e Ciências sociais*. 2. ed. Lisboa; São Paulo: Presença; Martins Fontes, 1976 [1950]. p.74.

heterodoxia. Apesar dos heterodoxos se esforçarem para demonstrar que o objeto de investigação da ciência econômica neoclássica é muito restrito e que está fundado em supostos não realistas, **a crítica heterodoxa foi estabelecida na interior da economia enquanto disciplina, como se fosse possível, simplesmente, eliminar as distorções e o viés por uma simples correção de rota. A superação da setorização** exige um papel proeminente do conhecimento histórico na reflexão. Deste modo, a **ressignificação do papel da História** no enfoque histórico-estrutural foi outra tarefa que a “Escola de Campinas” não pôde evitar. É neste ponto que o marxismo se colocou como recurso analítico indispensável; e o conceito de capital, enquanto relação social, como fundamental. O esquema analítico forjado pela “Escola de Campinas”, inspirado no marxismo, permitiu uma análise mais acurada e globalizante, na medida em que a História foi incorporada não apenas como evidência empírica, mas, sobretudo, com o propósito de reconstrução do processo de formação e desenvolvimento do Brasil contemporâneo.

O segundo caminho pernicioso é a problemática do desenvolvimento nacional. Como sugerimos ao final do segundo capítulo, esta problemática deve ser tratada em sua historicidade, pois consiste em um aspecto do capitalismo que está vinculado ao conteúdo de classe da luta política no processo formação dos estados nacionais que, por sua vez, estão refletidos nas estruturas do conhecimento moderno através das produções ideológicas. A problemática do desenvolvimento nacional adquire, portanto, conteúdos distintos no decorrer do tempo. Sendo assim, ao longo do segundo capítulo procuramos sugerir apenas que a problemática do desenvolvimento do Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial apresentou uma conformação histórico-concreta que, fora, sobretudo, histórico-mundial. Procuramos indicar qual entre as virtualidades supostamente inscritas na realidade brasileira deixou de ser potencial e se tornou real. Sugerimos mais, que a origem da “Escola de Campinas” está neste processo de concretização de uma sociedade regulada pelas “forças de mercado”. Em nosso entender, historicizar a problemática do desenvolvimento nacional é condição necessária para compreender as raízes da “Escola de Campinas”. Além disso, ajuda-nos a ter clareza de quais eram os interlocutores, bem como os condicionantes e o teor da crítica por eles formulada.

Postas as formas como a contribuição da “Escola de Campinas” é avaliada e delimitada a maneira que consideramos pertinente ao estudo da produção bibliográfica da “Escola”, enfatizaremos agora a coerência interna das obras dos artífices. Para tanto, começaremos sugerindo um esquema pré-analítico que permite estabelecer a conexão entre as

diferentes teses em exame.

1. Esquema pré-analítico

O esquema pré-analítico da “Escola de Campinas” consiste na estrutura conceitual que possibilitou a construção de uma visão que envolvesse os aspectos econômicos, políticos e sociais da realidade brasileira. Reside neste esquema, em nosso entender, a conexão fundamental entre as teses que conformam a “Escola de Campinas”. É a partir dele que podemos realizar uma leitura articulada das teses que compõem a economia política e a interpretação de Brasil elaborada pela “Escola de Campinas”.

O esquema está apoiado em dois conceitos distintos, mas interconectados: o conceito de modo de produção e o conceito de formação social. Por um lado, o **modo de produção** é apreendido a partir de outros dois conceitos: nível das forças produtivas e relações sociais de produção. Enquanto o nível das forças produtivas representa o progresso técnico e a acumulação de capital, a interação entre o nível das forças produtivas e as relações sociais de produção revela as formas de apropriação do excedente, isto é, padrões de distribuição da renda. A maneira como todos estes elementos se dispõem no espaço e no tempo dão forma àquilo que pode ser chamado de estrutura econômica.¹⁷⁸ Por outro lado, a **formação social** é configurada a partir das relações sociais de produção. Esta se constitui no princípio de estratificação das diferentes camadas sociais e determina a disposição dos grupos de interesse na sociedade. As relações sociais de produção prefiguram também o tipo de racionalidade imbuída nos atores sociais. O Estado, pois, emana como a síntese dos conflitos na sociedade. A maneira como estes elementos dispostos na sociedade e como se articulam no tempo e no espaço configura a estrutura social.¹⁷⁹

Nota-se que, no esquema pré-analítico, são as **relações sociais de produção** o ponto de conexão entre as estruturas econômica e social. Por esta razão, as relações sociais de produção se convertem, diferentemente da CEPAL, em critério de periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Com esta espécie de mapa mental, a temporalização destes conceitos revelaria os

¹⁷⁸ Vide: Modos de Producción en América Latina. In: *Cuadernos Pasado y Presente*, nº. 40. Córdoba: Siglo XXI, 1973.

¹⁷⁹ Vide: El concepto de formación económico-social. In: *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº39. Córdoba: Siglo XXI, 1973.

aspectos que singularizaram o desenvolvimento capitalista no Brasil: um capitalismo peculiar, portador de uma dinâmica específica, que não se resume, diferentemente do que pensava a CEPAL, “à problemática da industrialização nacional, a partir de uma situação periférica”, mas que torna mais complexa, “a História latino-americana como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo”.

2. O modo de pensamento da “Escola de Campinas”

A reconstrução do modo de pensamento subjacente à reflexão de Brasil desenvolvida pela “Escola de Campinas” tem seu **ponto de partida** na conclusão de Karl Marx de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na **Economia Política**. É por isso que toda a reflexão da “Escola de Campinas” parte de “um estudo da crítica da economia política”,¹⁸⁰ cujo objetivo é estudar as formas (trabalho, excedente e capital) e a estrutura dos diferentes elementos que constituem o capitalismo (teoria do valor como teoria da valorização do capital ou o capital como valor progressivo). Porém trata-se de estudar tanto as formas, quanto a estrutura capitalista, não no nível da lei geral em termos abstratos, mas sim a lei geral em certo nível de concretude.

Não se trata de versar sobre o capitalismo em geral, mas de capitalisms que, segundo se admite, temporalizam-se nacionalmente. Isto conduz necessariamente à **problemática da gênese do capitalismo em sociedades supostamente nacionais** e, deste modo, à necessidade de mediações históricas; ou melhor, à necessidade de apreensão dos movimentos lógicos de constituição das formas capitalistas de acumulação envolvidos/embebidos por circunstâncias históricas particulares.

As circunstâncias históricas singularizam, portanto, a lei do valor. Tal lei está, no esquema analítico da “Escola de Campinas”, duplamente determinada: de um lado, pela estrutura econômica e social que precedeu o capitalismo; e, de outro, pelo marco do capitalismo nacional dos países mais avançados.¹⁸¹

Entretanto, os aspectos que singularizam a lei do valor inscrevem problemas

¹⁸⁰ BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Um estudo sobre a crítica da economia política*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975.

¹⁸¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 [1975]; OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003 [1985].

específicos à realização do valor (crise) no movimento de valorização progressiva do capital. Daí se coloca a necessidade de diminuir o nível de abstração, deslocando o foco das “leis iminentes” para as “leis da concorrência”, isto é, para a **investigação da dinâmica intercapitalista** em condições específicas. Segundo os autores, é a concorrência intercapitalista que coloca em movimento a lei do valor e engendra, através do progresso técnico, transformações nas formas de organização capitalista, configurando etapas do capitalismo.¹⁸²

Há, portanto, um labor intelectual lógico-genético. Lógico no sentido de identificar a dinâmica de transformação do capitalismo no Brasil e genético no sentido de buscar na História a origem dos elementos que o constituem. Na prática, isto é realizado simultaneamente e de forma conjunta. A identificação dos elementos (análise lógica) direciona, mas, ao mesmo tempo, redefine a incursão pela História. A apresentação de forma separada é apenas para fins de exposição.

No modo de pensamento da “Escola de Campinas” o **aspecto lógico** consiste em uma tentativa de descrição e explicação através da redução da realidade aos seus determinantes mais fundamentais. Este procedimento opera em dois planos distintos de análise. Um plano trata das passagens de formações econômico-sociais pré-capitalistas para formações econômico-sociais capitalistas. Aqui se localizam as contribuições de João Manuel Cardoso de Mello (1975), Sérgio Silva (1976) e Carlos Alonso Barbosa de Oliveira (1985), por meio da elaboração das tipologias dos padrões de formação e desenvolvimento capitalista (originário, atrasado e tardio). O outro plano é o da transformação do capitalismo, isto é, da passagem de uma etapa a outra, concorrencial e monopolista, por exemplo. Contribuíram para esta análise Maria da Conceição Tavares (1974, 1978), Frederico Mazzucchelli (1983) e José Carlos de Souza Braga (1985).

O **aspecto genético**, por sua vez, é essencialmente indutivo, constituindo-se em um raciocínio que parte dos fatos e das experiências, porém à luz de um estudo da crítica da economia política. É tal estudo que determina qual fato e qual experiência é ou não relevante à análise. Contribuíram, neste plano, Sérgio Silva (1976), ao fazer uma análise da economia cafeeira e de sua expansão; Wilson Cano (1975), ao descrever tanto os complexos regionais que

¹⁸² TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3ªed, Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1974]. TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1978]. MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1983]. BRAGA, José Carlos de Souza. *Temporalidade da riqueza: uma contribuição a teoria da dinâmica capitalista*. (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1985.

configuravam a economia brasileira, quanto a concentração industrial em São Paulo; e João Manuel Cardoso de Mello, ao analisar a economia exportadora capitalista. Aí também se localizam os trabalhos de Liana Aureliano (1976) e de Sonia Draibe (1980), que procuraram descrever a atuação do Estado no processo de industrialização no Brasil.

Vejamos agora como este modo de pensar se desdobra em três grandes problemáticas: dinâmica capitalista, gênese do capitalismo e revolução burguesa, as quais se constituem na economia política a partir da qual a realidade brasileira foi apreendida e interpretada pela “Escola”.

2.1. Problemática da dinâmica capitalista

Como já sugerimos anteriormente, a proposta da “Escola de Campinas” foi a de levar adiante a crítica do desenvolvimento capitalista no Brasil. As formas especificamente capitalistas de produção já eram uma realidade em fins da década de 1960. Indicamos também que o período de formação da “Escola” coincidiu com o período em que o Regime Militar levou adiante um projeto de transformação da sociedade brasileira, que procurou consolidar o “mercado” como mecanismo de regulação social. Para criticar a economia política deste Regime, portanto, era necessário ter muita clareza dos elementos característicos de sociedade capitalista e desvelar, a partir de uma noção totalizante, em suas especificidades, a forma que assume o capitalismo no Brasil. Teoricamente, era necessário libertar o desenvolvimentismo do certo formalismo do qual a Cepal era portadora e buscar as origens históricas do capitalismo no Brasil.

Marx considera que a Economia Política é a anatomia da sociedade burguesa. É, como já foi adiantado, este o ponto de partida da “Escola de Campinas”. *Valor e Capitalismo: um ensaio sobre economia política*, com título original da tese sendo *Um Estudo sobre a Crítica da Economia Política*, expressa as conclusões a que chegou Belluzzo a respeito das **determinações gerais do capitalismo já constituído**. O estudo concluiu que, quando considerada nas condições em que o produto do trabalho humano assume a forma-valor, a **teoria do valor**, entendida como **teoria da valorização do capital**, consiste na teoria mais adequada para o estudo do modo capitalista de produção.

Na sociedade de produtores independentes, a mercadoria assume a forma-valor mais

elementar. Nela estão contidas as duas formas do valor: valor de uso e valor de troca. A sociedade de produtores independentes é mercantil porque produz para a troca. E, enquanto sociedade mercantil, a sociedade é consumidora de trabalho, fonte do valor. Os diferentes trabalhos que se complementam configuram a divisão social do trabalho. Deste modo, a troca faz dos produtores independentes parte do órgão social, isto é, fração do trabalho social. Não obstante, os produtores independentes não estão separados dos meios de produção, assim, os meios de produção auxiliam a atividade humana, o trabalho, no processo de produção das mercadorias. O dinheiro se afigura tão somente como meio para a troca de mercadorias.¹⁸³

A sociedade capitalista, por sua vez, é apreendida como um desdobramento da sociedade mercantil. A diferença fundamental reside, pois, no fato de parcela dos produtores independentes serem/estarem, na sociedade capitalista, expropriados dos meios de produção, o que os converte em força de trabalho; e os meios de produção em capital. Esta é a transformação fundamental. Embora a produção para a troca persista e a sociedade permaneça consumidora de trabalho, estruturada a partir da divisão social do trabalho, na qual a troca é conservada como nexos fundamental, a conversão do produtor direto em força de trabalho, e desta em mercadoria, implica em transformações qualitativas. Nas sociedades capitalistas não é o trabalho que se utiliza dos meios de produção, senão os meios de produção que empregam força de trabalho. Deste modo, o produto do processo de produção, a mercadoria, deixa de ser produto dos produtores independentes para ser produto do capital. Com isso, a troca tem sua finalidade transformada: a troca deixa de ser um meio para o consumo e converte-se em um meio de valorização do capital. Enfim, é o dinheiro que se converte em mercadoria para se transformar em mais dinheiro. O capital torna-se sujeito.¹⁸⁴

A lei do valor emana, portanto, do processo capitalista de produção como lei geral do modo de produção capitalista. Tem origem no processo de generalização da produção mercantil e da transformação da relação entre os produtores independentes. Expressa, pois, o processo de valorização do capital. A produção para a troca pelo capital adquire, assim, uma forma específica: o processo de produção da mais-valia. Neste processo, uma parcela do excedente se destina a repor as próprias condições de reprodução do capital. A outra se destina a ampliação do capital, converte-se então em mais meios de produção, em acumulação de capital. Acumulação e

¹⁸³ BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Um estudo sobre a crítica da economia política*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975, capítulo 2, seção 1.

¹⁸⁴ *Ibidem*, pp.56-59.

reprodução são dois momentos da lei do valor enquanto processo de valorização do capital, a qual imprime uma forma tendencial.¹⁸⁵

A forma tendencial, que caracteriza o processo de valorização do capital, deve ser considerada na relação de dependência entre a reprodução ampliada e o nível das forças produtivas, ou seja, do modo como o progresso técnico modifica a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, altera as condições de produção e reprodução do capital. A acumulação de capital é uma necessidade engendrada pela competição intercapitalista; e o progresso técnico é o mecanismo através do qual os capitais individuais se utilizam para competir entre si. Do ponto de vista do movimento global do capital, o progresso técnico reduz os custos de reprodução do sistema e amplia as margens de lucro. Do ponto de vista do capital considerado individualmente, o progresso técnico se apresenta como renda diferencial entre o capital e o trabalho, afetando a relação lucro/salário. O progresso técnico altera, pois, a composição orgânica do capital.¹⁸⁶

Belluzzo chama a atenção para o fato de que o processo de acumulação de capital deve ser considerado em relação à base técnica, pois, há uma distinção essencial entre a reprodução ampliada apoiada em base técnica não especificamente capitalista e a reprodução ampliada do capital apoiada em base técnica especificamente capitalista. No primeiro caso, o trabalho está submetido formalmente ao capital. Desde modo, as condições de reprodução do capital estão determinadas pelas condições de extração da mais-valia absoluta. Portanto, a acumulação capitalista apoiada em base técnica não capitalista está limitada pelo trabalho. A acumulação de capital apoiada em bases técnicas especificamente capitalistas, por sua vez, implica que o trabalho está subsumido realmente ao capital, isto é, o trabalhador é um instrumento do processo de produção, cuja estrutura técnica se automatiza com o progresso técnico. Assim, o excedente está determinado pela mais-valia relativa e a automatização torna o trabalho progressivamente redundante. Enfim, a competição intercapitalista engendra o progresso técnico que revoluciona, de tempos em tempos, a estrutura técnica do capital e, deste modo, “desloca os limites da reprodução ampliada do capital para além das suas próprias possibilidades de realização”. “É neste sentido que a lei do valor permanece como lei interna inexorável do movimento do modo de produção capitalista”.¹⁸⁷ “Permanência que se exprime no fato de que são as ‘virtudes’ do desenvolvimento das forças produtivas do capital que o levam a se chocar

¹⁸⁵ BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Um estudo sobre...*, cit., capítulo 2, seção 2.

¹⁸⁶ *Ibidem*, capítulo 2, seção 3.

¹⁸⁷ BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Um estudo sobre...*, cit., p.70.

com suas possibilidades sociais de reprodução”.¹⁸⁸ A lei do valor, vista para o capital em seu conjunto, é a norma inviolável de sua existência, o valor que se auto-valoriza sugando trabalho vivo. A lei do valor, vista do ponto de vista do capitalista tomado individualmente, é a violação da norma, a competição. Assim, conclui Belluzzo, “[...] o capital é a contradição em processo, na medida em que a mesma lei que o compele a uma valorização progressiva acaba determinando um estreitamento da base sobre a qual se apóia este processo de valorização”.¹⁸⁹

A lei de tendência ao declínio da taxa de lucro revela, portanto, a natureza contraditória do processo de acumulação capitalista. Sintetiza as duas forças opostas que incidem contrariamente sobre a taxa de lucro.

“As crises são sempre soluções violentas, puramente momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem passageiramente o equilíbrio do rompido”.¹⁹⁰ Ou seja, são os momentos em que há superacumulação de capital e, conseqüentemente as taxas de lucro se reduzem; e a concorrência intercapitalista se acirra. Nestes momentos, os capitais se centralizam, inovações são introduzidas, as escalas de produção são redefinidas e a quantidade de força de trabalho é readequada. Colocam-se, deste modo, as condições para um novo ciclo de valorização do capital.

Esta tese sugere, portanto, como a lei geral do modo capitalista de produção e seus determinantes fundamentais são interpretados pela “Escola de Campinas”. *Valor e Capitalismo* constitui, desse modo, a primeira mediação teórica necessária à interpretação do capitalismo contemporâneo, qual seja, apreender as determinações conceituais do capital, determinações imanentes das transformações das relações sociais de produção.

A segunda mediação teórica necessária consiste em estabelecer os vínculos teóricos entre as determinações ao nível do modo de produção e as determinações imanentes do processo de concorrência intercapitalista, aquelas que têm origem na interação dos capitais em busca pela autovalorização e que periodicamente engendram transformações estruturais do modo capitalista de produção. Este movimento lógico se fez necessário à apreensão articulada das tendências intrínsecas ao modo capitalista de produção, das crises a ele inerentes e da configuração de etapas

¹⁸⁸ Ibidem, p.71.

¹⁸⁹ Ibidem, p.72.

¹⁹⁰ Ibidem, p.79.

no desenvolvimento do capitalismo. As teses *Ciclo e Crise*, de Maria da Conceição Tavares,¹⁹¹ e *Contradição em Processo: o capitalismo e suas crises*, de Frederico Mazzucchelli,¹⁹² dedicaram-se a esta tarefa.

Partindo da conclusão do professor Belluzzo, para quem o desenvolvimento do capitalismo é a contradição em processo, a reflexão avançou no sentido em que procurou articular as determinações próprias do capital às determinações gerais do modo capitalista de produção. A passagem pela concorrência se afigura, assim, como mediação teórica indispensável para o estudo das situações concretas da produção capitalista e do processo de valorização do capital. Indispensável, pois, na concorrência intercapitalista as determinações do capital individual e do capital geral se distinguem. Deste modo, fica sugerido que o capital em seu movimento real não pode ser apreendido a partir da lei geral do valor. A concorrência se traduz, pois, na forma como os capitais se impõem entre si e a si próprios. Portanto, a relação capital-trabalho está subordinada à concorrência intercapitalista. Quando as contradições se agudizam, a situação de crise está colocada.

As crises são determinadas pela concorrência intercapitalista. A crise de superprodução do capital – ou crise de superacumulação – é o momento no qual o capital, impulsionado pelo acirramento da competição, expande-se e torna-se excessivo para dada taxa de lucro. Neste momento, o capital se desvaloriza, acarretando sua destruição e centralização. Enfim, é o momento em que prefigura um novo ciclo de valorização do capital. O novo ciclo é pensado a partir da relação entre as situações de crise e as decisões de investimento, assim, o investimento se apresenta como nexos entre os dois níveis de determinação. É a lógica do investimento que conduz à crise. No nível do movimento real do capital as condições de realização estão determinadas pela disposição do gasto capitalista, pois “[...] o grosso da demanda é demanda intersetorial ou intercapitalista, estando o consumo ‘não produtivo’ dos capitalistas e o consumo dos trabalhadores numa posição subordinada e dependente *vis-à-vis* a acumulação de capital”.¹⁹³ Investimento excessivo conduz, portanto, à superacumulação de capital. Em suma:

a superacumulação de capital representa a forma mais geral das crises no capitalismo; sua dimensão material é a desproporção no crescimento dos setores produtivos, que, pela

¹⁹¹ TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1978], parte 1, capítulo 2.

¹⁹² MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1983], capítulos 1 e 2.

¹⁹³ MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição...*, *cit.*, p.69.

lógica de suas relações recíprocas, servem de mercado uns aos outros. Sua dimensão do ponto de vista da valorização é a insuficiência dinâmica da demanda efetiva que brota do próprio caráter instável do investimento, e que resulta no estreitamento recorrente das condições de realização do valor-capital.¹⁹⁴

Neste momento da reflexão, outro importante passo é dado: sugere-se que a lei do valor, como processo de valorização do capital, e a lei da concorrência implicam em transformações qualitativas da estrutura capitalista ao ponto de configurar diferentes etapas no desenvolvimento do capitalismo. O processo de valorização do capital se distingue, assim, em duas etapas: a concorrencial e a monopolista. Os elementos que caracterizam o modo de produção capitalista se dispõem de maneira distinta em cada etapa. Mazzucchelli exemplifica esta configuração através do desenvolvimento do capital a juros e a forma como se articula ao processo de valorização do capital nas etapas concorrencial e monopolista.

O capital a juro tem sua origem no desdobramento das relações de crédito que, por sua vez, decorre da circulação mercantil simples. O dinheiro, assim, converte-se em mercadoria, ou seja, em capital-dinheiro disposto a se valorizar. O capital a juros se apresenta, deste modo, como forma específica do capital, em que o juro consiste em um aspecto inerente a propriedade do capital, independente do lucro. Conseqüentemente, suas determinações diferem das do capital produtivo, conformando um circuito de valorização fictícia do capital. Em seu movimento, o valor do capital-dinheiro está determinado, pois, “[...] em conformidade com os rendimentos reais e esperados, a taxa de juros, a liquidez e a segurança que proporciona, os ‘apuros no mercado de dinheiro’, o estado geral dos negócios etc.”.¹⁹⁵ Mazzucchelli chama atenção para o fato de, apesar das determinações do processo de valorização do capital produtivo e do capital a juros serem distintas, haver uma unidade entre ambas as formas.

Há uma relação de unidade que é originária e constitutiva a ambas as formas e que subordina, em última instância, a valorização do capital (sob qualquer forma) às operações do capital produtivo. Estabelece-se, assim, um duplo condicionante: de um lado, como veremos, a valorização do capital produtivo passa a depender, em forma crescente, do movimento do capital a juros, notadamente de sua capacidade de mobilizar e redistribuir massas centralizadas de capital monetário. De outro, a valorização do capital a juros (quer sobre a forma de crédito, quer sob a forma do capital fictício) não pode prescindir da valorização do capital produtivo. Neste sentido, a autonomização do capital a juros, ao mesmo tempo que se converte no pressuposto da produção, nela encontra seu limite último.¹⁹⁶

¹⁹⁴ *Ibidem*, p.71.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p.89.

¹⁹⁶ MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição...*, *cit.*, p.89-90.

O capital a juros na forma fictícia engendra, sob estas circunstâncias, a possibilidade de acumulação financeira, que, por definição, torna mais instável o capitalismo.

Os processos de concentração e centralização redefinem, portanto, o papel do sistema de crédito no processo de valorização do capital. À medida que a acumulação de capital avança e o controle do capital social se centraliza, o sistema de crédito passa a desempenhar um papel mais ativo no processo de valorização do capital. Os recursos mobilizados pelo sistema de crédito permitem investimentos de grande escala, financia o desenvolvimento tecnológico etc. Enfim, converte o sistema de crédito em um elemento constitutivo do padrão de competição intercapitalista, configurando um novo modo do capital se desenvolver, isto é, do valor se valorizar.

O conceito de monopólio sintetiza, portanto, o conjunto das transformações quantitativas operadas no modo de produção capitalista que conduzem à crise, cuja solução se converte em mudanças qualitativas do modo de produção capitalista. Redefine-se, portanto, a estrutura econômica. O monopólio é compreendido, portanto, como a exacerbação das tendências do capitalismo, porque conforma uma estrutura que aprofunda as contradições imantes da produção capitalista. Na etapa monopolista, ao surgir uma dimensão financeira, redefine-se o papel das finanças e do crédito e o modo como se organizam os mercados de investimentos, bem como se contesta a regulação estatal e a fundação financeira do Estado no processo de valorização do capital.

Em suma: *Valor e Capitalismo, Ciclo e Crise e Contradição em Processo* oferecem, assim, as determinações conceituais em dois planos distintos, porém complementares, que permitem pensar as determinações lógicas do modo capitalista de produção ao nível geral e ao nível da concorrência nas suas diferentes etapas. Sugere-se, por exemplo, que a etapa monopolista consiste em uma transformação qualitativa da etapa concorrencial do capitalismo, na qual os elementos constitutivos têm re-significado sua fundação e, portanto, suas determinações. Contudo, a tarefa de envolver todos esses elementos tendenciais do modo capitalista de produção, articulá-los com a decisão capitalista e sugerir uma teoria da dinâmica capitalista capaz de traduzir aquilo que pode ser chamado de *temporalidade capitalista* foi o esforço de José Carlos de Souza Braga.

Dentro do esquema analítico da “Escola de Campinas” era necessário ainda elaborar

uma espécie de teoria da transição que explicasse a passagem da etapa concorrencial para a etapa monopólica. Muitos elementos para esta teoria já haviam sido desenvolvidos por Conceição Tavares em *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*.¹⁹⁷ A este esforço somou-se a iniciativa de José Carlos de Souza Braga, com a tese *A temporalidade da riqueza*.¹⁹⁸

A opção pelo método lógico-histórico reside, pensam os artífices, em sua capacidade de apreender aquilo que é próprio a cada temporalidade capitalista, isto é, assimilar os diferentes estados que em se apresenta o capital no processo de valorização. Cada estado do capital no processo de valorização configura etapas. O método lógico-histórico inibe, desde logo, a formulação de uma teoria da dinâmica capitalista em seu conjunto a partir de reduções deterministas. Ao contrário, o modo como se dá concretamente a passagem de uma etapa à outra depende das circunstâncias históricas que envolvem o processo de valorização do capital. Isto exige, portanto, no ato da redução, mediações históricas. Cada etapa, ao mesmo tempo em que representa uma ruptura com a etapa precedente, conserva aspectos anteriores, que são redefinidos em um novo quadro de determinações. Além disso, as transformações qualitativas se apresentam como processos irreversíveis. Cada nova etapa representa, portanto, um estágio superior, uma estruturação mais complexa, do processo de valorização do capital.¹⁹⁹

Já vimos anteriormente que a lei do valor como processo de valorização do capital é, para a “Escola de Campinas”, a característica fundamental do modo capitalista de produção, cujo sujeito é o capital. Vimos também que a lei de tendência da queda da taxa de lucro é, para esta interpretação, a lei que condensa as contradições do processo de desenvolvimento do capital ao nível do modo de produção. Pois bem, dado o modo capitalista de produção, é a partir da lei de tendência da queda da taxa de lucro que é formulada a teoria da dinâmica capitalista. Assume-se, desde logo, que a tendência à queda da taxa de lucro é a lei geral da dinâmica capitalista. Configura-se, assim, a lei de movimento no nível da estrutura. A contribuição da “Escola de Campinas” está, pois, em alargar esta visão da dinâmica capitalista. Sua formulação procura articular os níveis estrutural e conjuntural, isto é, vincular a lei de tendência à decisão capitalista em situações de concorrência. Estes dois níveis analíticos são articulados pela teoria do investimento ou teoria da instabilidade.²⁰⁰ Isto permitiu forjar uma teoria da dinâmica capitalista

¹⁹⁷ TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital...*, cit., capítulos 1 e 2.

¹⁹⁸ BRAGA, José Carlos de Souza. *Temporalidade...*, cit..

¹⁹⁹ Ibidem, p.365-66.

²⁰⁰ BRAGA, José Carlos de Souza. *Temporalidade...*, cit., ver introdução.

capaz de estabelecer fases no ciclo de valorização do capital: expansão, instabilidade e crise, cuja resolução jamais é teórica, senão um desdobramento histórico, um novo ciclo de valorização. Além disso, a visão articulada estrutura-conjuntura permite ainda identificar na crise, o seu caráter. Deste modo, é na crise de estrutura que os elementos constitutivos do capitalismo e sua configuração são transformados.²⁰¹

Nesta concepção global de dinâmica, expansão-instabilidade-crise, a instabilidade – as flutuações no nível de atividade, emprego e renda – pode ou não promover a reversão no ciclo de valorização do capital. O efeito desestruturante da instabilidade está, pois, determinado pela relação que se estabelece entre a decisão capitalista em situação de concorrência e a tendência estrutural do modo capitalista de produção. Mais precisamente, a natureza da instabilidade depende da base sobre a qual se apóia o processo de valorização – processo renda e/ou processo capitalização. A crise deriva, assim, da interação entre agência capitalista e estrutura de valorização. É na crise que se revelam os problemas de reprodução ampliada. Por mais que a decisão capitalista possa afetar o ritmo e o perfil da dinâmica, os capitalistas não controlam os rumos, pois estão sujeitos às determinações estruturais. Na crise, os mecanismos de regulação perdem eficácia, dissolvem-se. A resolução da crise é necessariamente histórica e, portanto, uma questão em aberto, e que não pode ser teorizada antes que sua ocorrência se efetive.²⁰²

Enquanto na etapa concorrencial o processo de acumulação e reprodução do capital estava apoiado na produção, dado que o capital a juros não se encontrava plenamente constituído, a instabilidade inerente à fase de expansão do ciclo de valorização do capital não se apresenta como elemento desestruturante capaz de reverter o processo de valorização. Resulta que, na etapa concorrencial, a crise estrutural decorre do excesso de capacidade produtiva em relação à capacidade de realização. Na etapa monopolista, o desenvolvimento do sistema de crédito engendra um circuito de valorização fictícia do capital, no qual o investimento com inovação passa a depender da massa de recursos líquidos concentrados pelo sistema de crédito. Mais que isto, a centralização do capital dá origem ao bloco de capitais produtivo e financeiro sob um único comando. Criou, portanto, uma macro-estrutura financeira, na qual a valorização do capital se interpôs entre ativos reais e ativos financeiros. A valorização pelo processo renda (capital produtivo) passa a estar condicionada pela valorização via capitalização (capital financeiro). A

²⁰¹ Ibidem, parte III. TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e Crise...*, cit., parte I.

²⁰² BRAGA, José Carlos de Souza. *Temporalidade...*, cit., p.395.

dominância financeira emerge, portanto, como elemento constitutivo da estrutura monopolista. Isto se traduz, do ponto de vista da decisão capitalista, na incerteza associada às decisões de investimento. O caráter especulativo é, então, incorporado ao cálculo capitalista, que se defronta com padrões oligopolizados de concorrência.²⁰³ Na etapa monopolista, conseqüentemente, a instabilidade inerente à fase de expansão se converte num elemento desestruturante, na medida em que a instabilidade própria da macroestrutura financeira é capaz de refrear, no *boom*, decisões capitalistas de investimentos produtivos, revertendo assim o ciclo de valorização do capital. Nesta etapa, para que a crise seja estrutural ela deve ser simultaneamente de superacumulação e financeira.²⁰⁴

A temporalidade da riqueza foi, portanto, um esforço em se estabelecer, nos marcos da “Escola de Campinas”, uma teoria da dinâmica capitalista em seu processo geral a partir do método lógico-histórico. Esta tese soma ao esforço da tese *Contradição em Processo*, no sentido de estabelecer as mediações teóricas necessárias ao estudo de situações concretas da formação e do desenvolvimento do capitalismo. Outro passo importante, o de elaborar uma tipologia de padrões de acumulação capitalista como forma de concretização do processo de valorização do capital, foi levado adiante por Maria da Conceição Tavares.

A problemática da acumulação capitalista foi objeto de reflexão de Maria da Conceição Tavares em *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Dentro do esforço coletivo de reinterpretar o Brasil, Conceição Tavares contribuiu com a elaboração de modelos heurísticos de padrões de acumulação capitalista, segundo as condições de concorrência nas diferentes etapas do capitalismo.

Os diferentes padrões de acumulação capitalista foram especificados com base na forma de interação entre a acumulação de capital, a distribuição da renda e o progresso técnico. Acompanhando o capital em seu movimento histórico, a problemática da acumulação capitalista se define a partir dos obstáculos à acumulação, obstáculos estes que historicamente foram superados ou pelo comércio internacional, ou pelas exportações de capital ou pelo progresso técnico. Desta perspectiva, Tavares elaborou uma tipologia dos padrões de acumulação capitalista, na qual os padrões são definidos a partir de um esquema endógeno de acumulação, isto é, enfatiza as alterações na relação entre acumulação de capital e distribuição de renda,

²⁰³ Ver TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e Crise...*, cit., p.40-1

²⁰⁴ Ver TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital...*, cit., pp. 69-76.

derivadas da introdução do progresso técnico, ou mais especificamente, da diferenciação do consumo capitalista. Mais que isto, deduz as implicações das alterações do progresso técnico na relação acumulação de capital e distribuição da renda em cada forma específica de concorrência intercapitalista nas diferentes etapas do capitalismo. Com isto, dá-se concretude ao movimento do capital. Cada padrão de acumulação procura, portanto, traduzir, a partir de uma perspectiva endógena, os problemas concretos da acumulação de capital em condições específicas de valorização e sua respectiva superação histórica.²⁰⁵

A etapa concorrencial apresenta dois padrões de acumulação capitalista. O padrão clássico é aquele em que não há ainda diferenciação entre consumo capitalista e consumo dos trabalhadores. Este se caracteriza pela existência de dois departamentos: um produtor da estrutura técnica do capital (D_I) e outro produtor dos bens necessários a reprodução da força de trabalho (D_{II}). Neste padrão, os limites da acumulação capitalista estão determinados pelas condições de produção da mais-valia.²⁰⁶ A introdução de progresso técnico, seja no D_I ou no D_{II}, altera o padrão clássico de acumulação, redefinindo a forma de articulação intersetorial. Quando o progresso técnico reduz os custos ao nível do sistema, o limite da acumulação é deslocado e “[...] passa a estar dado não pelas ‘condições de produção da mais-valia’, mas sim pelas condições de sua realização dinâmica em escala ampliada”.²⁰⁷ O progresso técnico engendra, pois, as condições para a conformação da etapa monopolística.

A identificação de padrões de acumulação na etapa monopolística parte de uma distinção entre economia madura e economia semi-industrializada. O problema da acumulação capitalista e suas resoluções se distinguem em cada uma destas estruturas. Na etapa monopolista, afigura-se, nas economias maduras, um padrão de acumulação oligopolista, no qual o problema central à acumulação é assim resumido por Tavares:

O problema central da acumulação oligopolista reside em que a competição intercapitalista passa a realizar-se cada vez mais pela introdução acelerada de progresso técnico, pela diferenciação da estrutura de consumo e a conquista de novos mercados. Netas condições, o equilíbrio dinâmico entre potencial de acumulação de longo prazo, taxa efetiva de crescimento e condições de realização plena da produção deixa de depender da estabilidade da relação lucros/salários. Esta última pode estabilizar-se sem que, no entanto, deixe de ocorrer uma tendência do sistema a produzir um potencial de acumulação cada vez maior em relação às condições de absorção efetiva da capacidade

²⁰⁵ TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital...*, cit., pp.23-40.

²⁰⁶ *Ibidem*, p.41.

²⁰⁷ *Ibidem*, p.48.

produtiva existente em cada período.²⁰⁸

Independente da estrutura de concorrência oligopólica – competitiva, concentrada ou diferenciada – a solução lógica e histórica que surge é a conglomeração financeira. Esta “corresponde basicamente a uma estrutura flexível de aplicação de capital que se destina, sobretudo, a distribuir os riscos e a buscar novas formas financeiras de igualação das taxas médias de lucro por blocos de capital”.²⁰⁹

Na etapa monopolista, a acumulação oligopólica também é a norma em economias semi-industrializadas, não obstante as especificidades que lhe são próprias. A construção do padrão de acumulação adequado às economias subdesenvolvidas partiu, desde modo, da especificação destas singularidades. A estrutura oligopólica em economias semi-industrializadas, do ponto de vista de sua conformação, é assimétrica. O poder de acumulação entre os diferentes capitais é desproporcional; a distribuição da renda é profundamente desigual; e a incorporação do progresso técnico se restringe a setores específicos. Já, do ponto de vista do modo de seu funcionamento, as diferenças se colocam na fase de expansão do ciclo de valorização do capital. Além do problema central da acumulação oligopólica em economias maduras, nas economias semi-industrializadas, surge um problema adicional que resulta da forma como o progresso técnico é incorporado. “O problema está em que ele não se restringe nem pelas ‘proporções dos fatores de produção’, nem pelos seus preços relativos, se não que por uma competição interna capitalista assimétrica que tende a introduzir progresso técnico em forma restringida e desigual, para aumentar as margens de lucro diferencial entre as empresas oligopolistas”.²¹⁰ Nos países subdesenvolvidos, portanto, a forma como se apresenta a dinâmica da acumulação depende da técnica incorporada e seu respectivo efeito sobre as estruturas de mercado (oligopólio competitivo, oligopólio diferenciado concentrado e oligopólio puro concentrado).

Os padrões de acumulação oligopólica em economias semi-industrializadas conformam a tipologia dentro do marco analítico da “Escola de Campinas”, adequada ao estudo da evolução da economia brasileira.

Vistas de maneira articulada, as reflexões dos autores até aqui apresentados consistem numa perspectiva analítica forjada para interpretar o desenvolvimento capitalista no Brasil.

²⁰⁸ Ibidem., p.52-3.

²⁰⁹ Ibidem, p.73.

²¹⁰ Ibidem, p.83.

Oferecem mais propriamente os elementos lógicos necessários à compreensão do capitalismo em seu movimento geral, suas transformações, bem como as formas como o capitalismo se concretiza. Uma perspectiva que culmina numa crítica radical à “visão da auto-regulação da produção capitalista” e que reafirma o papel do Estado com possibilidade de regulação social do capitalismo.²¹¹ “O real (do capitalismo contemporâneo) não é racional, é apenas inteligível, negando a sua ‘razão’ teórica e histórica. O irracional emerge e faz valer outro poder. O poder do Estado. Não o Estado-Razão de Hegel, mas o seu contrário: a Razão de Estado”.²¹²

2.2. Problemática da gênese dos diferentes capitalisms

Vimos até aqui como a “Escola de Campinas” apreende os elementos que constituem a estrutura econômica em capitalisms já constituídos. Vimos também como é compreendida a dinâmica capitalista, isto é, as transformações no capitalismo. Resta ainda, para compor os traços fundamentais da Economia Política da “Escola de Campinas”, levar em consideração mais dois aspectos: como é tratada a problemática da gênese do capitalismo em formações econômico-sociais pré-capitalistas; e a estruturação social e política que emerge da estrutura econômica.

A **problemática da gênese do capitalismo** é, de um lado, a da busca na História das origens dos elementos do capitalismo já constituído e, de outro, a dos desdobramentos lógicos desde elementos até sua constituição. O eixo condutor desta análise é o processo de generalização das relações capitalista de produção. Dito de outra forma, o processo de subordinação do trabalho ao capital. Desta perspectiva, a industrialização é considerada como um processo social.²¹³ Mais precisamente: “a industrialização aparece como a última fase do período de transição capitalista”.²¹⁴ Visto a partir das relações sociais de produção, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas segue (não precede), logicamente, as transformações das relações sociais de produção.²¹⁵ Assim, a possibilidade de industrialização se coloca quando o trabalho é formalmente subordinado pelo capital, ou seja, quando a unidade entre o trabalhador e os meios de produção é rompida. A industrialização se completa, pois, quando há subordinação real do

²¹¹ MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição...*, cit., p.119-20.

²¹² TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e Crise...*, cit., p.74.

²¹³ SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p.20.

²¹⁴ *Ibidem*, p.17.

²¹⁵ *Ibidem*, p.20.

trabalho pelo capital, quando o capital, por meio do progresso técnico, se automatiza.²¹⁶ Grosso modo, esta é uma explicação lógica geral.

A sugestão de João Manuel Cardoso de Mello foi pensar esses desdobramentos lógicos a certo nível de concretude, mediados pelas circunstâncias históricas. Nas palavras de Cardoso de Mello, “[...] por que não se constituem, no momento do nascimento do capital industrial, forças produtivas capitalistas?”²¹⁷

Como se dá a penetração de relações capitalistas de produção e como estas vão transformando formações econômico-sociais pré-capitalistas? Esta constituiu, portanto, a primeira mediação histórica: considerar o regime de produção sobre o qual o modo capitalista de produção se constituiu, isto é, o passado nacional.²¹⁸

É necessário ainda se perguntar em que momento da História do Capitalismo uma determinada formação econômico-social se transforma em capitalista? Pensar esta ruptura exige, pois, que se considere na análise a forma de articulação entre relações sociais de produção capitalista e não-capitalistas. Sendo assim, se à escala do mundo o capitalismo é o modo dominante de produção, isto implica considerar a existência de um mercado mundial. Desde modo, a reprodução ampliada está determinada, necessariamente, em nível mundial. Conseqüentemente, a reprodução ampliada dos sistemas econômicos nacionais está condicionada pelas condições de reprodução ampliada da economia internacional.²¹⁹

Resumindo, para o estudo da constituição do capitalismo em condições concretas específicas, deve se tomar “[...] o movimento como determinado, em primeira instância, por ‘fatores internos’ e, em última instância, por ‘fatores externos’”. Além disso, “[...] é preciso não somente explicitá-los, mas, também, demonstrar de que modo se articulam, em cada momento do processo”.²²⁰

Estas sugestões permitem, portanto, a construção de uma tipologia que reflete as especificidades do processo de formação do capitalismo.

Assim, são as circunstâncias históricas (locais e internacionais) que determinam a especificidade dos processos de formação do capitalismo em diferentes nações. E aqui

²¹⁶ Ibidem, p.21-13.

²¹⁷ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio...*, cit., p.102.

²¹⁸ Ibidem; OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de Industrialização...*, cit.

²¹⁹ SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira...*, cit., p.24-25.

²²⁰ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio...*, cit., p.52.

podemos concluir que as especificidades não são absolutas, isto é, não se trata de entender cada país como um caso particular. Na verdade, a identificação das circunstâncias históricas nos permite reduzir a multiplicidade de capitalismo nacionais a certos *padrões* de formação do capitalismo em diferentes nações.²²¹

Deste modo, a “Escola de Campinas” reconhece três padrões de formação do capitalismo: o capitalismo originário, o capitalismo atrasado e o capitalismo tardio. Esta tipologia propõe, portanto, discutir as condições, em primeira e última instância, consideradas indispensáveis ao estudo da consolidação do regime especificamente capitalista de produção nos diferentes países.

O **capitalismo originário** sintetiza e descreve o padrão de formação do capitalismo inglês. Este esteve vinculado ao processo de acumulação primitiva. Foi o capitalismo, cuja origem esteve apoiada na violência extraeconômica do Estado, no sistema colonial, de dívida pública, tributário e protecionista. É, enfim, o padrão descrito por Marx em *O capital*. Foi fruto do desenvolvimento prévio de uma economia mercantil, gestada no interior do regime de produção feudal. Configurou-se a partir da subordinação formal do trabalho ao capital. Esta transformação nas relações sociais de produção engendrou a possibilidade da industrialização, na medida em que a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção cria força de trabalho para a indústria. Não obstante, a criação de indústrias demandava, por um lado, um montante de capital-dinheiro disponível a ser invertido em capital-produtivo e exigia, por outro, um mercado interno relativamente desenvolvido. O desenvolvimento das relações mercantis também transformou a relação entre campo e cidade. A conformação de cidades, em torno das indústrias, exigiu do campo não apenas matérias-primas para as fábricas, mas também, alimentos para a reprodução da força de trabalho. O campo, por sua vez, converteu-se em mercado consumidor dos produtos industriais.²²²

O **capitalismo atrasado** difere do originário por seu momento e por sua especificidade. Há duas formas de capitalismo atrasado. A primeira teve origem no momento em que o capitalismo inglês era dominante no mercado mundial. Isto tornava possível a alguns países implantar indústrias, porém, sem configurar um processo de industrialização. A existência de mercados locais não articulados era insuficiente para converter crescimento industrial em processo de industrialização. Este salto foi possível por um conjunto de razões, que

²²¹ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de Industrialização...*, cit, p.97, grifo do autor.

²²² *Ibidem*, pp.160-62.

articuladamente explicam a consolidação do modo especificamente capitalista na etapa concorrencial do capitalismo. Dado o desenvolvimento mercantil prévio, erigido dos mercados locais, a introdução do sistema de transporte ferroviário integrou os mercados, sobretudo o mercado de meios de produção. Além disso, a tecnologia era de fácil assimilação, pois era pouco desenvolvida e não havia monopólio da tecnologia, pois esta estava imbuída no próprio trabalhador. Assim, a superação das desigualdades tecnológicas se dava através da imigração. Por fim, o elemento fundamental foi o financiamento. A reunião de massas de capital-dinheiro em volume necessário e dispostas a se converterem em capital-produtivo foi alcançada através: da ação estatal, que estimulou a centralização de capitais; da sociedade por ações, que permitiu a reunião de distintos capitais; da presença do capital estrangeiro em setores estratégicos, embora não dominante; e, sobretudo, da criação de bancos de investimento, que disponibilizaram crédito de longo prazo.²²³ O segundo grupo de capitalismo atrasado difere do primeiro em dois aspectos. Primeiro, porque a industrialização se dá no momento em que a etapa concorrencial está em crise, ou seja, na transição à etapa monopólica. Neste momento houve a necessidade de incorporar o padrão tecnológico da Segunda Revolução Industrial, o que aprofundou as condições à industrialização. A forma como elas são superadas pelo Estado é a segunda diferença. Tudo passa pelo Estado. Ele é o principal agente.²²⁴

O **capitalismo tardio** é o padrão de formação do capitalismo cujo processo de industrialização tem origem em sociedades de passado colonial na etapa monopolista do capitalismo. João Manuel Cardoso de Mello assim resume as condições ao processo de industrialização neste tipo de capitalismo:

Na industrialização retardatária, os obstáculos a transpor se tornariam muito mais sérios. Já não se trata de ir aumentando, a saltos mais ou menos gradativos, as escalas de uma indústria existente, como ocorreu durante a Segunda Revolução Industrial. Ao contrário, o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados.²²⁵

O desenvolvimento capitalista anterior (economia mercantil capitalista e industrialização restringida) não engendrou “[...] instrumentos prévios de mobilização e

²²³ *Ibidem*, pp.216-31.

²²⁴ *Ibidem*, pp.236-57.

²²⁵ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio...*, cit., p.112.

centralização de capitais, indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigidos pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da estrutura produtiva existente”.²²⁶ Deste modo, no padrão tardio de formação do capitalismo, os obstáculos à conclusão da transição capitalista foram superados através da ação do Estado em associação com o capital estrangeiro.²²⁷

Em suma: enquanto o *capitalismo originário*, categoria que resume o processo de industrialização inglês, é gestado a partir do regime de produção feudal no momento da acumulação primitiva, a categoria *capitalismo atrasado* sintetiza aqueles processos de industrialização gestados em países, cuja formação econômico-social pretérita também era feudal, porém na etapa do capitalismo concorrencial. A categoria *capitalismo tardio*, por sua vez, consubstancia aqueles processos de industrialização desencadeados em economias coloniais na etapa monopolista da História do capitalismo. Dentro deste esquema, na medida em que o capitalismo se transfigura – acumulação primitiva, etapa concorrencial e etapa monopolista –, os obstáculos à industrialização se aprofundam e redefinem tanto o papel da iniciativa capitalista quanto da iniciativa estatal no processo de industrialização. Além disso, a capacidade das técnicas especificamente capitalistas de produção em transformar qualitativamente as formações econômico-sociais é deteriorada.²²⁸ Se na etapa concorrencial a industrialização teve êxito em homogeneizar as estruturas econômico-sociais, na etapa monopolista a industrialização resultou, ao contrário, em estruturas econômico-sociais heterogêneas.

Com isso, já apresentamos como a “Escola de Campinas” organiza o processo de formação dos capitalismos nacionais e, uma vez constituídos modos especificamente capitalistas de produção, como apreende a dinâmica de transformação no modo de produção. Resta apenas apresentar como a estrutura social e política são levadas em consideração dentro do esquema analítico que delineamos até aqui.

Recapitulando: no processo de gênese do capitalismo, a “Escola de Campinas” considera que a industrialização representa a última fase do processo de transição capitalista. A industrialização representa antes um processo social de transformação das relações sociais de produção, que são elas o nexo entre as estruturas econômica, política e social no modo de

²²⁶ Ibidem, p.118.

²²⁷ Ibidem, pp.118-20.

²²⁸ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de Industrialização...*, cit., pp.256-57.

produção capitalista. Deste modo, o esquema analítico da “Escola de Campinas” incorpora como problemática da revolução burguesa, o estudo das transformações sociais, que são parte do processo de consolidação do capitalismo.

2.3. A Problemática da revolução burguesa

A problemática da “revolução burguesa” é formulada pela “Escola de Campinas” a partir da relação do Estado com o processo de industrialização. Na visão dos artífices da “Escola”, esta relação sintetiza as transformações sociais que são concomitantes à consolidação de formas especificamente capitalistas de produção. Desta forma, o conjunto de questões pertinentes à construção da nação, que emana de cada etapa do processo de formação e desenvolvimento do capitalismo, condensa em um momento três tempos: o passado, o presente e o futuro. A relação que se estabelece com o passado está resumida na questão agrária. A relação que se estabelece com o presente, por sua vez, trata, por um lado, dos conflitos intraburgueses e capital-trabalho e, por outro, da questão nacional, isto é, da relação que se estabelece entre a nação em formação e o capital estrangeiro. A relação com o futuro, por seu turno, alude questões distintas, tais como, a questão urbana, a questão social e a questão da cidadania. Permeando todos esses momentos está a questão do Estado, mais especificamente a da formação do Estado capitalista. Diante este conjunto de questões, para um dado período, o modo como estas são interpretadas, a forma como são hierarquizadas e as repostas a elas sugeridas conformam *vias de desenvolvimento*, que se colocam em disputa pela direção do processo de transformação da sociedade pelo Estado.²²⁹

Sendo assim, a preocupação analítica da “Escola de Campinas” consiste em reconhecer, a partir desta noção sintética, as bases materiais do processo de transformação social. Para tanto, a relação do Estado com o processo de industrialização é imperativa. A sugestão, pois, está em realizar uma análise em três níveis: a relação entre padrões de acumulação capitalista e diferenciação das classes sociais, das frações de classe ou dos setores sociais; a relação entre as conexões inter e intraclasse e a autonomia do Estado; e, por fim, a relação entre a formação das

²²⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio...*, cit.; AURELIANO, Liana Maria. *No limiar da industrialização*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. [1976]; DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. [1980].

estruturas burocráticas do Estado e os conflitos sociais.²³⁰

Esquemáticamente, o primeiro movimento consiste em determinar abstratamente, para um dado momento da História, as alternativas de desenvolvimento.²³¹ Para tanto, faz-se necessário, em primeiro lugar, identificar a disposição dos interesses em cada padrão de acumulação capitalista. Cada padrão de acumulação, como já vimos, descreve o modo de articulação das diferentes formas de capitais e, por conseqüência, o modo como o trabalho é submetido à acumulação capitalista em cada padrão. Decorre, pois, uma divisão social do trabalho sobre a qual se configuram as classes sociais, as frações de classe e os diversos setores sociais, donde emergem propostas, a partir de interesses estratégicos, de organização da sociedade. Propostas estas que se convertem em base do Estado, na medida em que passam a concorrer pela direção política do Estado.²³² Nos momentos em que o padrão de acumulação entre em crise, a diferenciação econômica que resulta do processo de concentração e centralização do capital é simultaneamente, no plano político, diferenciação dos interesses na sociedade. Com isto, as alternativas são redefinidas, e, por conseguinte, traduzidas em novas políticas no interior dos aparelhos do Estado, transformando o próprio Estado.²³³ Neste esquema, portanto, a categoria *vias de desenvolvimento* é a chave através da qual a “Escola de Campinas” estrutura o campo da luta de classes no processo de formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mais precisamente, as vias de desenvolvimento

[...] devem ser entendidas como possibilidades estruturais, como formas de equacionar de modo distinto as questões da revolução burguesa. Essas vias alternativas constituem, assim, tendências-limite de direção do Estado, determinam – de forma simultânea – o *espaço substantivo da política*. E é a definição deste espaço substantivo que nos permite compreender o *movimento político concreto*, em torno da revolução burguesa, no processo de constituição da *forma* particular de Estado coetânea ao avanço da industrialização.²³⁴

O segundo movimento, por sua vez, busca reconhecer a configuração concreta das classes sociais, frações de classe ou setores no momento da crise e procura antever os desdobramentos possíveis da crise. Colocam-se em questão as distintas tendências de direção política no momento da crise. Nesta etapa da reflexão, os blocos históricos no poder emergem

²³⁰ AURELIANO, Liana Maria. *No limiar...*, cit., ver Capítulo 3, seção 2. DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses...*, cit., ver introdução.

²³¹ DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses...*, cit., p.21.

²³² *Ibidem*, p.21-26.

²³³ *Ibidem*, p.25.

²³⁴ *Ibidem*, p. 26, grifo da autora.

como objeto de análise. Embora o reconhecimento do bloco no poder revele relações de poder definidas e indique o sentido da formação da nação, em geral o bloco no poder acaba por justapor interesses heterogêneos e fragmentados, que se modificam em função das circunstâncias. Deste modo, na crise, a disposição dos interesses na sociedade é novamente embaralhada, configurando uma situação de ausência de direção política. É desta perspectiva que a “Escola de Campinas” considera a *autonomia do Estado*. Autonomia esta que não é plena nem absoluta, pois, por um lado, está fundada na ausência da direção política e, por outro, limitada pelo sentido do bloco histórico. É nestes termos que o Estado emerge como dirigente do processo de transformação da sociedade. Portanto,

Da forma como concebemos e enunciamos o problema, a *articulação orgânica das questões da revolução burguesa constitui a definição de uma via de desenvolvimento do capitalismo*. Composta no Estado, sob a modalidade que sugerimos, é agora obviamente distinta das vias estruturais abstratamente definidas. Expressa, nos seus conteúdos sociais e políticos, relações de classe, formas de articulação entre os interesses, encaminhamento dos conflitos, etc. Nesse sentido, o Estado é dirigente. Vale dizer, coloca no limite, além dos horizontes dos interesses dominantes, um projeto de transformação capitalista da economia e da sociedade.²³⁵

Desde modo, visto no plano da economia, por exemplo, a política econômica pode ser considerada como a manifestação da direção econômica, levada adiante pelo Estado.²³⁶ Deriva desta perspectiva o controle do Estado como estratégia à concretizada da direção política, pois a articulação dos diferentes interesses se dá no âmbito das estruturas do Estado. É, portanto, na burocracia estatal que se articulam os interesses.

Com isso chegamos ao terceiro, e último, movimento. Aqui a proposição é clara: a burocracia estatal *traduz* a estrutura política que emana da divisão social do trabalho.²³⁷ Isto significa que as contradições da luta política na sociedade são trazidas para dentro do Estado, refletindo-se em sua institucionalidade. Estatizam-se as relações econômicas de classe, e com ela, há a corporativização, a preponderância do interesse de determinados grupos nos órgãos do Estado, e politização da luta econômica, ou seja, as lutas sociais necessariamente passam pelo Estado, é ele o campo de resolução dos conflitos na sociedade.²³⁸

Apresentada a problemática da revolução burguesa, completamos o esquema analítico da “Escola de Campinas”.

²³⁵ Ibidem, p.36, grifo da autora.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Ibidem, p.38.

²³⁸ Ibidem, p.40-41.

Recapitulando: sugerimos anteriormente um esquema pré-analítico que nos permite revelar a coerência interna das obras que fundam a “Escola”. Em seguida, apresentamos como as teses se articulam segundo as grandes problemáticas – dinâmica capitalista, gênese do capitalismo e revolução burguesa –, conformando, deste modo, a Economia Política da “Escola de Campinas”. Se até aqui conseguimos resumir o pensamento da “Escola de Campinas” sem perder o essencial, podemos agora afirmar que este foi o modo de pensamento forjado pela “Escola de Campinas” a partir do qual se elaborou uma interpretação do Brasil. Podemos dizer que se constituiu numa síntese muito peculiar da Economia Política, pensada para ser adaptada ao estudo do capitalismo contemporâneo, em especial, do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

3. O Capitalismo Tardio: um ensaio coletivo de interpretação do Brasil

A visão do Brasil forjada pela “Escola de Campinas” representava um olhar contemporâneo sobre a formação e o desenvolvimento do Brasil. Olhar este que, apoiado em sua própria interpretação da crítica da economia política, que acabamos de apresentar, trasladou-se numa interpretação própria do Brasil. Ademais, ao mesmo tempo em se constituiu numa explicação do Brasil, esforçava-se para reconhecer, no processo de modernização levado a cabo pelo Regime Militar, possibilidades para construção de um futuro distinto: a consolidação de uma “Nação Civilizada”. Deste modo, a visão forjada pela “Escola de Campinas” afigura-se também como base de um projeto político de transformação da sociedade brasileira. Portanto, uma interpretação que trouxe em si uma finalidade. Na presente seção vamos apresentar as linhas gerais desta interpretação.

A visão complexa do Brasil forjada pela “Escola de Campinas” só foi possível porque foi uma obra coletiva. Embora em nossa exposição não consideraremos todas as questões por eles desenvolvidas, ao longo do texto, tentaremos deixar indicado pelo menos os diferentes temas abordados.

A interpretação do Brasil está fundada na tese do professor João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*, que estabeleceu a visão inicial, mais precisamente, os contornos analíticos a

partir dos quais os diferentes aspectos da realidade brasileira deveriam ser aproximados.²³⁹ Este contorno consiste na **periodização** do processo de formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir das determinações do movimento do capital, anteriormente sistematizadas. Deste modo, **economia colonial, economia mercantil-escravista nacional, economia exportadora capitalista, industrialização restringida e industrialização pesada** traduzem os diferentes momentos da formação do Brasil. Esta periodização estabelece, portanto, os marcos temporais que representam transformações qualitativas na forma de organização da produção e da sociedade no Brasil ao longo do tempo.

O objetivo do estudo de Cardoso de Mello foi “[...] reconstruir o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de uma dinâmica *contraditória* das estruturas histórico-concretas”,²⁴⁰ no qual “[...] o verdadeiro sujeito é o capital em desenvolvimento, que, contraditoriamente, vai constituindo um sistema capitalista específico, um sistema que tem características particulares”.²⁴¹ Entendia-se que “a chave para a compreensão da História estava na mudança das formas de organização da vida material. Mais ainda: o estudo da dinâmica econômica era a via de acesso privilegiada para entender o capitalismo”.²⁴²

Cada etapa apresenta, pois, um conjunto de determinações que lhe são próprias, isto é, que configuram um determinado padrão de acumulação, que, quando entra em crise, apresenta uma solução histórica, na qual as determinações são redefinidas dentro de um novo marco, caracterizando um novo padrão de acumulação e, deste modo, uma nova etapa no processo de desenvolvimento da economia brasileira. Vejamos como cada etapa foi caracterizada.

A **economia colonial** para a “Escola de Campinas”, seguido Prado Jr. e Celso Furtado, podia ser reduzida a dois setores: um exportador e outro produtor de alimentos. O setor exportador caracterizava-se pela produção em larga escala de gêneros coloniais destinados à exportação. A peculiaridade da produção colonial residia no fato de ela, por um lado, ter sido organizada pelo capital mercantil e, por outro, ter se utilizado de trabalho escravo em plena Era Moderna. O setor produtor de alimentos, por sua vez, não era bem definido naquela época. Quando sua produção se destinava à exportação, assumia uma feição mercantil; do contrário, quando sua produção se limitava a prover as próprias necessidades, assumia uma feição de

²³⁹ Ver MELLO, João Manuel Cardoso, prefácio da tese defendida em 1975.

²⁴⁰ MELLO, João Manuel Cardoso. In: MANTEGA, Guido; RÊGO, José Márcio (orgs.). *Conversas..., cit.*, p.203, itálico do autor.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Ibidem, p.185.

subsistência. Neste setor, ao mesmo tempo em que era formado por produtores independentes, o trabalho compulsório também se fazia presente. Do ponto de vista da divisão social do trabalho, havia uma especialização complementar entre economia colonial e metropolitana, imposta através do “exclusivo metropolitano”. Analiticamente, na opinião de Cardoso de Mello, a economia colonial não pode ser reduzida ao conceito de modo de produção colonial. Apoiado em Fernando A. Novais, afirma existir uma única totalidade, na qual a economia colonial é peça do Antigo Sistema Colonial, mecanismo de acumulação primitiva de capital.²⁴³ Não é um modo de produção colonial, porque, em sua opinião, há **formalmente** capitalismo na colônia, isto é, o capital mercantil é quem organiza a produção com o objetivo de obter lucro.²⁴⁴ Contudo, esta forma de organização colonial foi colocada em xeque com a Revolução Industrial na Inglaterra. Foram quatro os antagonismos: primeiro, a consolidação do capitalismo na Inglaterra alterou o sentido da produção colonial. O novo caráter complementar da produção oriunda das colônias estava, pois, em reduzir os custos da força de trabalho no centro da economia mundial. Segundo, a necessidade de expansão do capitalismo inglês contestou o regime de trabalho compulsório. O assalariamento se constituía como mecanismo fundamental à criação de novos mercados aos produtos manufaturados. Terceiro, o monopólio do mercado colonial também foi questionado. O privilégio sobre o comércio colonial representava um custo sistêmico à produção industrial e obstáculo subordinação do capital comercial pelo capital industrial. Quarto, o “exclusivo metropolitano” tornou-se insustentável. A consolidação do mercado mundial organizada a partir da lógica do sistema de preços só seria possível se eliminadas fossem as restrições impostas pelo Antigo Sistema Colonial. “Em suma: o capitalismo industrial ‘propõe’ a formação de uma periferia produtora, em massa, de produtos primários de exportação, organizando-se a produção em bases capitalistas, quer dizer, mediante trabalho assalariado”.²⁴⁵ Com isso, a economia colonial entrou em crise.

No momento em que o capitalismo inglês já se encontra consolidado, o marco apropriado ao estudo da formação do Brasil deixa de ser o Antigo Regime. O capitalismo em sua etapa concorrencial se afigura, portanto, como determinante externo fundamental. Todavia, nesta etapa da reflexão, Cardoso de Mello considera relativamente restrita a capacidade do capitalismo

²⁴³ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1995 [1972].

²⁴⁴ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio...*, cit., p.44.

²⁴⁵ *Ibidem*, p.45.

na etapa concorrencial de moldar a economia brasileira.²⁴⁶ Deste modo, a passagem da economia colonial para a economia especificamente capitalista é analisada em termos de “dificuldade interna de organização das economias exportadoras”.²⁴⁷

Na América Latina, o capitalismo industrial traz consigo o **início da crise** das economias coloniais: não se destrói seu fundamento último, o trabalho compulsório, mas tão-somente, se estimula **decisivamente** a ruptura do Pacto Colonial e a constituição dos Estados Nacionais. Não se liquida o trabalho compulsório, em primeiro lugar, porque a ele em nada afetava a entrada de produtos industriais ingleses, e em segundo lugar, porque a transformação do trabalho compulsório em trabalho livre era, agora, uma **decisão nacional**.²⁴⁸

Desse modo, com a queda do “exclusivo metropolitano”, em 1808, e a formação do Estado Nacional, em 1822, encerra-se a economia colonial. Abra-se um período de transição no qual estavam colocadas as possibilidades para internalização do excedente e, por consequência, da decisão de investimento. Configura-se, assim, a economia mercantil-escravista nacional.

A **economia mercantil-escravista cafeeira nacional** compreende o período de 1808/22 até a abolição da escravidão em 1888. É cafeeira porque o café se constituiu no principal gênero de exportação e, por conseguinte, na principal atividade econômica do país; nacional, pois o Brasil era um Estado em formação; escravista porque, enquanto nação, optou-se pela manutenção da escravidão como regime de trabalho;²⁴⁹ e mercantil, pois era este o aspecto dominante do capital cafeeiro. Como foi sugerido por Sérgio Silva, o capital cafeeiro “[...] apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial”.²⁵⁰ “Em seu conjunto, a importância do capital cafeeiro está em ligação direta com a importância de suas funções comerciais”.²⁵¹ No período mercantil-escravista, o ciclo de valorização do capital cafeeiro estava sujeito, portanto, a três condições fundamentais: do ponto de vista da força de trabalho, à disponibilidade do escravo; do ponto de vista dos meios de produção, às terras férteis favoráveis ao cultivo do café; e, do ponto de vista da realização, ao acesso aos mercados externos.²⁵² A fase de expansão deste ciclo coincidiu justamente com o momento em que o consumo do café estava sendo generalizado no centro. Coincidiu também com a disponibilidade de terras próximas aos portos valendo-se, desde modo,

²⁴⁶ Ibidem, p.46.

²⁴⁷ Ibidem, p.48.

²⁴⁸ Ibidem, p.46, negrito do autor.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira...*, cit., p.60.

²⁵¹ Ibidem, p.61.

²⁵² MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio...*, cit., p.59-67,

de reduzidos custos de transportes. Além disso, naquele momento, o tráfico negreiro ainda supria a produção cafeeira de braços para a lavoura. Cardoso de Mello chama atenção para outros dois fatores redutores dos custos na fase de expansão do ciclo de valorização do capital cafeeiro, o cultivo predatório da terra e a superexploração do escravo.²⁵³ As contradições desta forma de acumulação cafeeira se intensificaram a partir da década de 1850, apesar da subida do preço internacional do café. Este circuito encontrou obstáculos pelo lado da reposição da força de trabalho, com a proibição do tráfico negreiro e a *abolição progressiva* da escravidão, e pela dependência do produtor cafeeiro do capital mercantil para investir e comercializar.²⁵⁴ Não obstante estas limitações, a expansão cafeeira se alastrou para Oeste Paulista. A estrada de ferro viabilizou a expansão da produção do café para o interior sem incorrer em elevados custos de transporte. A dificuldade de reposição do escravo foi contrabalanceada pelo cultivo de terras mais férteis e pela introdução de indústrias de beneficiamento, que elevavam a produtividade do trabalho escravo.²⁵⁵ No entanto, isto não foi suficiente. À medida que se tornava mais difícil repor o braço escravo, a imigração se tornava a solução mais viável à reposição da força de trabalho. Estrada de ferro, indústria de beneficiamento e imigração tornaram mais intensas as contradições: de um lado, reforçou o ciclo de valorização capital, pois permitiu sua continuidade; de outro, opunha-se à escravidão, pois engendravam as condições ao surgimento do trabalho assalariado. Deste modo, a imigração para o capital cafeeiro, financiada pelo Estado pouco a pouco introduziu o assalariamento como regime de trabalho, e com ele as causas abolicionistas que conduziram ao fim da escravidão em 1888.²⁵⁶ Findada a escravidão, encerra-se o período mercantil-escravista nacional da economia brasileira. A produção cafeeira, agora em bases capitalistas, conformava uma nova etapa: a economia exportadora capitalista.

A **economia exportadora capitalista** se estendeu de 1888 até 1933. Para a “Escola de Campinas”, é nesta economia que nasce e se consolida o capital industrial no Brasil. Representa, assim, a primeira fase da transição capitalista no Brasil, ou seja, da constituição de um modo especificamente capitalista no Brasil. A caracterização da economia exportadora capitalista tem por objetivo explicar os desdobramentos concretos que levaram à consolidação do capital industrial. Para tanto, a interpretação da “Escola” reduz a economia brasileira deste

²⁵³ Ibidem, p.69-70.

²⁵⁴ Ibidem, p.68-9.

²⁵⁵ Ibidem, 1984 [1975], p.80.

²⁵⁶ Ibidem, p.84-7.

período a um esquema de reprodução de dois setores – o complexo exportador cafeeiro e a grande indústria – e estabelece as conexões intersetoriais, de modo a reconhecer a forma de subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro. Em seguida, a reflexão procura reconhecer, em contraposição com outros padrões de formação do capitalismo, os obstáculos postos à acumulação industrial pela economia exportadora capitalista em seu conjunto na passagem da etapa concorrencial para a etapa monopolista.²⁵⁷

Como na etapa anterior, a produção cafeeira requer, do ponto de vista da oferta, uma quantidade determinada de dinheiro disponível a se converter: de um lado, em terra e em meios de produção; e, de outro, em força de trabalho. Do ponto de vista da demanda, o circuito do capital cafeeiro se fecha externamente, isto é, no mercado mundial. É neste sentido que as condições de realização da produção cafeeira estão determinadas exogenamente no esquema. De outro modo, do ponto de vista do gasto corrente, a produção cafeeira é interpretada como demanda por alimentos, bens de consumo assalariado e bens de consumo capitalista. A demanda por alimento era abastecida por um setor interno de agricultura mercantil; e a demanda por bens de consumo assalariado era suprida pelo setor industrial nascente. Não era o caso dos bens de consumo capitalista, cuja demanda era suprida através de importações. Colocado nesses termos, a reprodução ampliada do capital cafeeiro passa pelo setor industrial apenas no momento em que a força de trabalho empregada no complexo exportador cafeeiro demanda bens de consumo assalariado. As condições de realização do capital cafeeiro estão determinadas antes pelas condições de financiamento e investimento que, por sua vez, encontram explicação no mercado mundial. A reprodução ampliada do capital industrial, ao contrário, está duplamente determinada pelo complexo exportador. De um lado, a obtenção de meios de produção no mercado mundial depende da capacidade de importar da economia brasileira que, por sua vez, depende do desempenho do complexo cafeeiro exportador. Por outro, as condições de realização do capital industrial depende da demanda por bens de consumo salário criada pelo complexo exportador. É neste sentido que o capital industrial está subordinado ao capital cafeeiro. Assim, a origem e a consolidação do capital industrial não estão, para a “Escola de Campinas”, na crise da economia exportadora, como havia sugerido a Cepal,²⁵⁸ mas, ao contrário, estão no auge exportador. Nas

²⁵⁷ Ibidem, p.104.

²⁵⁸ Tal como problematizado pela Cepal, “para comprender dicha mecánica [del proceso de sustitución de importaciones] es importante destacar que el proceso de sustitución se inicia como consecuencia de la crisis, con la pérdida de dinamismo del modelo de crecimiento hacia afuera”. SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del*

palavras de João Manuel Cardoso de Mello, “[...] o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, **o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador**”.²⁵⁹ O processo de “vazamento” do capital-dinheiro ao capital produtivo e sua concentração estão bem explicados por Wilson Cano. “Quando os preços externos do café estão altos (e, portanto, os lucros também estão altos) e a situação cambial e a capacidade para importar se encontram a níveis normais – não pecando por excesso, é claro – esse ‘vazamento’ de lucros do café se fará, desde que uma parte do aumento do plantio tenha efetivamente se transformado em capacidade produtiva, gerando, assim, mais lucros e aumento o excedente do sistema”.²⁶⁰

Não obstante a concentração industrial na etapa da economia exportadora capitalista, o crescimento industrial não se converteu em processo de industrialização. Se por um lado as decisões domésticas de investimentos se direcionam para a indústria de bens de consumo em virtude de sua rentabilidade, por outro a consolidação do capital industrial no Brasil avançou *pari passu* à transição da etapa concorrencial para a etapa monopolista. Nesta segunda etapa, o poder do capitalismo de moldar a periferia já não era mais tão restrito.²⁶¹ Neste momento, “a posição subordinada da economia brasileira na economia mundial está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial”.²⁶² Cardoso de Mello sugere, portanto, que esta subordinação tem explicação na não industrialização da economia brasileira, obstada pelo capital cafeeiro, dominado pela lógica mercantil. Sugere mais: a não constituição de forças produtivas capitalista transformava o Brasil em destino para as exportações de capitais oriundas dos capitalismo avançados.²⁶³ Dado o crescimento industrial, a

desarrollo. México: Siglo XXI, 1970, p.356.

²⁵⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio...*, cit., p.108, negrito do autor.

²⁶⁰ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975, p.120. Cano ainda chama atenção para outro aspecto importante: “[...] parece-me claro que efetivamente foi o capital cafeeiro que promoveu essa primeira expansão industrial, tanto de forma direta com indireta. Os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário (ou eram investido na própria constituição de bancos) ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital. Não se quer com isso afirmar que apenas os fazendeiros promoveram a implantação de indústrias. As evidências históricas demonstram que também comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundaram ou adquiriram empresas industriais...”. *Ibidem*, p.125.

²⁶¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio...*, cit., p.49.

²⁶² *Ibidem*, p.108.

²⁶³ *Ibidem*, p.109. A respeito do papel do capital estrangeiro ver CASTRO, Ana Celia. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP,

forma como o Estado conduziu a política econômica frente à Crise de 1929,²⁶⁴ engendrou um novo ciclo de expansão que conformou um novo padrão de crescimento chamado industrialização restringida.

O período que transcorreu entre os anos 1933 e 1955, na interpretação da “Escola”, corresponde à segunda fase da transição capitalista, isto é, ao período em que a **industrialização** estava **restringida**. A partir de 1933, do ponto de vista de sua realização, o capital industrial reverteu a subordinação ao capital cafeeiro da etapa exportadora capitalista, embora a taxa de acumulação dos meios de produção continuasse determinada, externamente, pela capacidade de importar, e, internamente, pela base técnica, incapaz de revolucionar a si própria, e pela ausência de um sistema de crédito, capaz de mobilizar recursos líquidos necessários a indústria pesada. Conceição Tavares delimita bem a questão:

Nesse período da industrialização, pela primeira vez na história da economia brasileira, combinam-se dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a “autodeterminação”²⁶⁵ do processo de desenvolvimento.²⁶⁶

Apesar dessas restrições, a dinâmica da economia brasileira passou a estar apoiada na indústria. Entre 1933 e 1955, a descontinuidade técnica e financeira, e a considerável taxa de retorno em relação ao risco, explicada em parte pela baixa competitividade e pelos reduzidos custos da mão-de-obra, tornou possível a reprodução ampliada do capital industrial “desde dentro,” isto é, a partir da diversificação da estrutura produtiva, na qual o circuito de valorização do capital produtivo se fechava no mercado interno. Isto tornava possível não só reproduzir a força de trabalho, como também parte do próprio capital constante. Apesar disto, a industrialização estava restringida porque não encontrava no próprio padrão de acumulação

1976.

²⁶⁴ AURELIANO, Liana Maria. *No limiar...*, cit. Ver também MELLO, João Manuel Cardoso & TAVARES, Maria da Conceição. The capitalist export economy in Brazil: 1884-1930. In: *THE LATIN American economies: growth and the export sector 1880-1930*. New York, N.Y: Homes & Meier, 1985, pp.82-136.

²⁶⁵ Autodeterminação é um conceito muito controverso. Precisemos, portanto, o sentido em que ele é empregado pela “Escola de Campinas”. João Manuel Cardoso de Mello é claro: “quando eu falo em autodeterminação do capital, estou pensando na libertação do capital industrial das amarras que lhe impunha a velha ordem exportadora e a dominação do capital mercantil” MELLO, João Manuel Cardoso. In: MANTEGÁ, Guido; RÊGO, José Márcio (orgs.). *Conversas...*, cit., p.204.

²⁶⁶ TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital...*, cit., p.131.

condições para a sua superação. Foi necessário que uma “grande onda de inovação” a subvertesse. O Plano de Metas definiu, deste modo, um novo momento da formação da economia brasileira, dando início ao processo de industrialização pesada.

A fase de **industrialização pesada** representa, na periodização da “Escola e Campinas”, o último momento da transição capitalista. Neste período foram superados os obstáculos que restringiam a industrialização no Brasil. A partir de meados da década de 1950, à medida que a Europa se recuperava, os mercados da periferia se convertiam em atraentes aos capitais do centro, que deram início a uma nova onda de expansão em direção à periferia. Por outro lado, o perfil dos novos investimentos, que exigiam capacidade ociosa planejada, bem como mobilização e centralização de capitais de grande vulto, configurava barreiras à entrada aos capitais nacionais. É neste sentido que o ingresso do capital estrangeiro se colocava como solução aos obstáculos à industrialização. Não obstante, o Estado assumiu, nesse período, uma feição peculiar, convertendo-se na base da associação entre o capital nacional e o capital estrangeiro, criando economias externas através de investimentos em setores estratégicos, que favoreceram a decisão de investimento tanto do capital nacional como do estrangeiro. A forma de associação, segundo esta perspectiva, não prejudicou nem “desnacionalizou” o capital nacional, mas apenas deixou-o, em termos absolutos, mais exposto às flutuações do nível de atividade econômica. Belluzzo e Coutinho sintetizam a questão da seguinte forma:

Aí reside o problema crucial para que avancem as industrializações tardias. Fica patente que a forma de intervenção do Estado é decisiva. O que se requer é que o Estado funcione como aglutinador de um processo de monopolização de capital no âmbito de sua economia nacional para viabilizar, diretamente (através de empresas públicas) ou indiretamente, a constituição do departamento de bens de produção. O grau em que o Estado consiga avançar nesse sentido determina o nível de integração e as possibilidades de expansão, que podem ser alcançados pelo capital internacional. Simultaneamente, o modo específico de articulação entre os setores internacionalizados e o Estado demarca as áreas de expansão para o capital nacional privado, configurando uma estrutura monopolista singular.²⁶⁷

“Assim, o processo de industrialização periférico só poderia completar-se através da organização de uma *forma avançada de ‘capitalismo monopolistas de Estado’*”,²⁶⁸ pois, de um lado, o Estado cumpre a função de sistema financeiro público e, de outro, a de grande empresa capitalista. “Este fato de o Estado condensar as formas mais abstratas do capital é que confere ao

²⁶⁷ COUTINHO, Luciano G. & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1977], p.22.

²⁶⁸ *Ibidem*, p.23.

capitalismo monopolista retardatário uma condição ainda mais “desenvolvida”, no sentido de que tende a apresentar, neste aspecto, um grau mais avançado de “socialização” da produção capitalista”.²⁶⁹ Como afirma Carlos Lessa, ao Estado coube a função de gestor do pacto do capitalismo associado.²⁷⁰

A conclusão foi a de que “a industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada. Pouco importava que não tivesse se mostrado capaz de realizar as promessas que, miticamente, lhe haviam atribuído”.²⁷¹

4. Para reformar o Capitalismo Tardio

No pensamento da “Escola de Campinas”, o capitalismo tardio é mais que um padrão de formação do capitalismo. É também uma narrativa do processo de formação e de desenvolvimento do Brasil Contemporâneo. Na seção anterior, procuramos apresentar os traços gerais desta narrativa, a compreensão que seus artífices possuíam naquela época sobre o passado do Brasil. Na presente seção, procuraremos reter nossa atenção naquele presente-passado e apresentar a **compreensão de Brasil alcançada na crise**, que se irrompia na economia mundial a partir de 1968/73.

Desde logo, a interpretação da “Escola de Campinas” recusava de antemão uma visão catastrófica do capitalismo e propunha ao Brasil uma saída democrática nos marcos do capitalismo associado.²⁷² Foi da análise da situação concreta daquele período que sugeriu uma alternativa econômica e política para o país.

Os artífices da “Escola de Campinas” tinham uma compreensão muito clara que, entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980, irrompia-se uma crise estrutural no sistema capitalista mundial. Nesta visão, 1973 inaugurava um período de crise, pois:

estão conjugados nesta crise os esgotamentos de duas dimensões de um ciclo largo [sic.]

²⁶⁹ Ibidem, p.24.

²⁷⁰ LESSA, Carlos & DAIN, Salumis. Capitalismo Associado: algumas referencias para o tema do Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [19780] p.222.

²⁷¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio...*, cit., p.122.

²⁷² MELLO, João Manuel Cardoso de. Prefácio. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O senhor e o unicórnio: a economia dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.18.

de caráter schumpeteriano. Uma diz respeito à perda de dinamismo e à saturação relativa derivadas da exaustão da onda de difusão tecnológica nos setores que lideraram a expansão em todas as economias capitalistas avançadas. A outra refere-se à forma de internacionalização deste padrão de crescimento, através da grande empresa internacional e das grandes transformações que esta imprimiu à internacionalização do capital industrial no pós-guerra. O rápido e concentrado processo de internacionalização do capital industrial no pós-guerra funcionou como um mecanismo de extensão e aprofundamento de fronteiras de acumulação produtiva, em escala global, dilatando o potencial de crescimento daquele padrão e adiando seu *deadline* temporal.²⁷³

E afirmam mais:

como fenômeno colateral importante, devemos assinalar a gestação progressiva, durante este ciclo de internacionalização, de um circuito financeiro internacional alimentado por excedentes de capital não imediatamente utilizáveis na esfera produtiva. Este fenômeno vai se tornando cada vez mais importante à medida que o ciclo de internacionalização das empresas começa a atingir seu ponto de saturação em vários setores. O surgimento deste circuito financeiro, de caráter inequivocamente transnacional, pode ser detectado pela intensa internacionalização do grande capital bancário, notadamente do norte-americano.²⁷⁴

Luciano G. Coutinho ainda chama a atenção para o desgaste da hegemonia norte-americana, que se demonstrava inábil a reativar a demanda efetiva mundial e a reorganizar o sistema financeiro internacional.²⁷⁵ Belluzzo expõe bem a questão:

Na verdade a gravidade da presente crise está no fato de que os Estados Unidos deixaram de ser a fonte de um estilo de desenvolvimento cuja difusão estabilizou a economia internacional do pós-guerra. A economia americana não é mais capaz de assegurar *simultaneamente* a estabilização da economia mundial, em seu conjunto, e a consolidação de sua preeminência industrial. Muito ao contrário, seu poder militar e financeiro reconstrói, sem cessar, uma assimetria fundamental: submete a economia mundial à instabilidade, por força de uma gestão monetária unilateral e, ao mesmo tempo, bloqueia as tentativas que visam a explorar os contornos de uma nova ordem econômica mundial.²⁷⁶

Nesse contexto, a América Latina via-se frente ao drama da transferência líquida de recursos ao exterior o que minava a possibilidade da manutenção do crescimento econômico da região. Gestava-se, com isto, a crise da dívida. Naquele momento, o desafio posto à “Escola” era antever os efeitos para a economia brasileira do conjunto dessas transformações. Para tanto, requeria-se considerar a crise em sua especificidade, atinando a forma como esta se manifestava no Brasil. Desta perspectiva, o Estado, compreendido como forma superior de organização

²⁷³ COUTINHO, Luciano G. & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Estado, Sistema Financeiro..., cit., p.21.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ COUTINHO, Luciano G. Percalços e Problemas da Economia Mundial Capitalista. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1979], p.55.

²⁷⁶ BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O senhor e o unicórnio: a economia dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.52.

capitalista, convertia-se em objeto central de análise, pois era ele o elemento articulador entre os interesses capitalistas brasileiros e estrangeiros.

Neste momento, o papel da indústria na periferia estava sendo redefinido. Parcela da periferia “[...] estava sendo incorporada à fronteira da acumulação produtiva do grande capital internacional”.²⁷⁷ Coincide com isso o dato de, na mesma época, alguns países terem deixado de ser primário-exportadores, como foi o caso do Brasil. Entendia-se, contudo, que a manutenção e o êxito da industrialização dependiam da capacidade do Estado de sustentar a articulação dos interesses. Entretanto, os obstáculos eram muitos.

Maria da Conceição Tavares havia demonstrado que o ciclo de expansão de crédito requerido pela economia brasileira encontrava limites no próprio sistema financeiro brasileiro que não havia desenvolvido uma função essencial, a de mobilizador e distribuir crédito de longo prazo para o financiamento da economia real.²⁷⁸ Diante da situação de liquidez internacional, com abundância de capitais dispostos a se valorizarem, a atrofia do sistema financeiro brasileiro foi compensada por um ciclo de endividamento externo em três momentos 1969-73, 1974-76 e 1977-80, como demonstrou Paulo Davidoff Cruz. Este autor ainda chamou a atenção para o fato de o endividamento externo estar sendo acompanhado por um processo de “estatização da dívida”, na qual pouco a pouco o “mico” foi sendo transferido ao Estado, o que restringia a autonomia da política econômica.²⁷⁹ Luciano G. Coutinho e Henri Philippe Reichstul, por sua vez, chamaram atenção para o descaminho em que a política de investimento pública havia ingressado quando o Regime Militar passou a valer-se das empresas estatais como instrumento de política econômica conjuntural ao forçarem captações empréstimos no exterior.²⁸⁰ Na confusão armada, emergiu a questão da “unicidade orçamentária”, em cujo debate José Carlos de Souza Braga demonstrou que o orçamento estatal não era inflacionário como estavam sugerindo os porta-vozes do Regime.²⁸¹

²⁷⁷ COUTINHO, Luciano G. & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Estado, Sistema Financeiro..., cit., p.27.

²⁷⁸ TAVARES, Maria da Conceição. O sistema financeiro recente e o Ciclo de Expansão Recente. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1978].

²⁷⁹ CRUZ, Paulo Davidoff. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].

²⁸⁰ REISCHSTUL, Henri Philippe & COUTINHO, Luciano G. Investimento Estatal 1974-80: ciclo e crise. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].

²⁸¹ BRAGA, José Carlos de Souza. Os orçamentos estatais e a política econômica. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello &

Na época, o consenso propunha uma política recessiva para o combate a inflação. Na visão da “Escola de Campinas”, tal política agravaria ainda mais a questão do emprego e da distribuição da renda. Paulo Renato de Souza apontou a contradição existente no discurso oficial entre a política de arrocho salarial e a inflação. Não havia evidências que sugerissem àquela época que a inflação poderia ser explicada pelo custo dos salários uma vez que a relação entre trabalho/capital havia sido descrente ao longo das décadas anteriores.²⁸² Sérgio Silva e Jorge Miglioli ainda apontavam para o fato dos salários não terem crescido vis-à-vis os ganhos de produtividade decorrentes do processo de modernização da estrutura produtiva. Com isto, sugeriam que o problema da inflação estaria no lado dos lucros.²⁸³ Sérgio Silva lembrava ainda o fato da distribuição desigual da renda estar diretamente relacionado com a questão agrária no Brasil, cuja estrutura fundiária brasileira era altamente concentrada.²⁸⁴ Além disso, a adequação tecnológica e os mecanismos de elevar a produtividade da agricultura se constituíram num forte fator de expulsão do trabalhador do campo, que não encontrava ocupação na cidade. Com isto, a questão regional se fazia premente.²⁸⁵ Wilson Cano demonstrava que as desigualdades regionais, a pobreza e o desemprego não haviam sido reduzidos apesar da industrialização e desenvolvimento da agricultura.²⁸⁶

Por todos esses fatores, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, sugeriam na época que a inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos não eram os determinantes da situação em que se encontrava o Brasil. Ambos eram sintomas das transformações estruturais que se processava mundialmente. No Brasil, a peculiaridade se manifestava na forma como estavam reagindo os capitais estrangeiro, nacional e estatal à crise. Havia, portanto, uma redefinição da forma de articulação dos interesses, os quais conformaram

COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1981].

²⁸² SOUZA, Paulo Renato. Os impasses atuais das políticas de emprego e de salário. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1982].

²⁸³ MIGLIOLI, Jorge & SILVA, Sérgio. Redistribuição: um problema de salários e lucros. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1979].

²⁸⁴ SILVA, Sérgio. Sobre a estrutura de produção no Campo. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].

²⁸⁵ KAGEYAMA, Ângela A. & SILVA, José Graziano da. Produtividade e emprego na agricultura brasileira. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].

²⁸⁶ CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].

no Estado uma crise política. Deste modo, o fracasso do II PND expunha o problema central que estava colocado ao Brasil naquela época:

“em torno de cada projeto definido pelo Estado, há que compor os interesses específicos das empresas de cada segmento. Ocorre que nenhum dos interesses ou bloco de interesses é capaz de se impor, viabilizando o objetivo fixado pelo Estado. Nestas circunstâncias, o Estado se vê dardejado por uma onda de solicitações contraditórias, que é incapaz de conciliar e atender. Assim, nem a definição dos projetos foi feita tomando em conta os interesses concretos, nem os interesses concretos podem se impor sem a mediação do Estado”.²⁸⁷

Em suma, o capital estatal não dispunha de condições técnicas e financeiras capaz de introduzir naquelas circunstâncias um novo “bloco de inovações” que fosse suficiente para fortalecer a economia brasileira em relação à economia mundial, minimizando os efeitos da crise. Por sua vez, os grupos transnacionais no Brasil reagiam à crise no sentido de preservar suas margens de lucro. Porém, as condições técnicas e financeiras, superadas historicamente pelo capital estrangeiro, recolocavam a importância das empresas transnacionais para o desenvolvimento da economia brasileira. Tal empresa

[...] não está disposta a se envolver em projeto por demais ambiciosos, nem a investir sem que sejam oferecidas vantagens de monta. Não está comprometida com os nossos destinos, como potência capitalista, mas sabe muito bem que o avanço do capitalismo no Brasil não será logrado sem sua larga participação. Nestas condições, é utopia crer que será possível dinamizar o capitalismo ferindo os interesses fundamentais da grande empresa internacional”.²⁸⁸

Portanto, tinha-se clareza que no período de transição democrática estava colocado um impasse político, cuja resolução era indispensável para o encaminhamento da solução da crise. É neste sentido que podemos considerar que a crítica formulada pela “Escola de Campinas” à política econômica do regime militar como uma virtualidade alternativa no processo da construção da nação.

A *finalidade* contida na reflexão da “Escola de Campinas” foi tencionar a realidade brasileira em direção à construção de uma “Nação Civilizada”. É claro que tal potencialidade não era a única inscrita na zona do tempo-espaço correspondente ao Brasil. Concorriam na abertura democrática pela direção do processo político outras potencialidades. Deste modo, do ponto de vista da *práxis*, a questão que se colocava aos artífices da “Escola de Campinas” era como

²⁸⁷ MELLO, João Manuel Cardoso de & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1977], p.157.

²⁸⁸ *Ibidem*, p.158.

afirmar progressivamente a via de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista sobre as demais. A luta política *pelos e nos* aparelhos de Estado, principalmente pelos e nos aparelhos econômicos, foi frente de batalhas indispensáveis. É nestes termos que a política econômica ou, no sentido geral, a política pública do Regime Militar convertia-se em objeto da crítica. O caminho a ser percorrido para a reconstrução nacional passaria então por uma alternativa econômica àquela do Regime Militar. Este ponto fica claro no prefácio escrito por João Manuel Cardoso de Mello ao livro *O Senhor e o Unicórnio* de Luiz Gonzaga Belluzzo:

“a alternativa econômica defendida nestas páginas responde aos desafios da crise mundial, à defesa contra seus efeitos destrutivos imediatos e à realização das transformações produtivas que levam ao futuro, tomando como ponto de partida os interesses subalternos, que estão articulados globalmente, que estão totalizados de maneira a dirimir oposições e cimentar alianças. Ao mesmo tempo, encampa interesses do empresariado *na medida em que a defesa do parque produtivo e seu ajuste dinâmico são a base material indispensável ao processo também dinâmico de redistribuição da renda e da riqueza*. Este é o critério que permite discriminar os interesses dominantes e isolar os que estão comprometidos com o atraso e a regressão, especialmente os do parasitismo financeiro. Trata-se, pois, de um programa econômico de reformas estruturais que rompe com os pilares do “milagre” e do monopolismo tardio que apenas exprimem de modo acentuado as tendências mais essenciais do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. E as propostas integram o ‘objetivo intermediário’, a Reconstrução Nacional que é vista *essencialmente* como a construção de uma democracia de massa”.²⁸⁹

A política econômica em condução àquela época não correspondia à potencialidade do Estado Nacional vislumbrado pela “Escola de Campinas”. Ao contrário, abalava-a progressivamente na medida em que os aparelhos do Estado brasileiro foram sendo atados pela lógica dos arranjos institucionais fundados pelo Regime Militar. Em movimento contrário, os artífices da “Escola” travaram, no plano do conhecimento, uma luta ideológica tal *possibilidade* (por meio da análise histórica da formação e desenvolvimento do Brasil contemporâneo) e os *meios* (através do Estado, com seus aparelhos e instrumentos de política pública no sentido lato) para a construção de outro devir.

Talvez o documento que melhor expresse o reconhecimento da virtualidade identificada pelos artífices da “Escola de Campinas” e os seus meios, àquela época, para seu alcance, estão sintetizados no documento partidário *Esperança e Mudança* de 1982 do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fora redigido por Luciano Coutinho e contou com a participação de João Manuel Cardoso de Mello em sua elaboração.²⁹⁰ Neste documento, a

²⁸⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de. Prefácio..., cit., p.24, itálicos do autor.

²⁹⁰ Para uma história deste documento, ver em especial a entrevista com Luciano Coutinho. In: MELHEM, Celia Soibelman &

“abertura política” é tomada como uma possibilidade de a Nação reagir não só à “crise de um estilo de desenvolvimento”, mas também uma oportunidade de superar o impasse político no Estado Brasileiro. A “crise nacional” era assim compreendida:

“a crise, a que fomos conduzidos, é extraordinariamente profunda. Em primeiro lugar, porque simultânea a uma crise mundial, que encerra toda uma época histórica. Crise que põe em xeque o estilo de crescimento econômico do pós-guerra, os modos de vida prevaletentes nos países desenvolvidos, as relações entre as grandes potências, o sistema monetário internacional e as relações entre Centro e Periferia, marcadas pela exploração e pelas desigualdades. Em segundo lugar, porque condensa traços perversos que se foram acumulando na história brasileira: a concentração do poder e o elitismo que sempre excluíram o povo das decisões fundamentais; a desigualdade social, que sempre marcou uma nação dividida entre uns poucos privilegiados e a maioria esmagadora de excluídos; a dependência econômica, que sempre nos atrelou aos dominantes. Concentração do poder e elitismo, desigualdade social e dependência econômica que foram levadas ao paroxismo nestes anos de autoritarismo.”²⁹¹

O caminho a ser percorrido, do ponto de vista econômico, foi assim resumido por João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo:

nas atuais condições brasileiras, a reativação da economia e a manutenção dos salários terão de ser acompanhadas pelo seguro-desemprego, pela abertura de frentes de trabalho e por medidas de emergência, como a distribuição de alimentos. Ao mesmo tempo, a política de emprego a médio prazo deverá estar apoiada na expansão dos gastos sociais em saúde, educação, transportes de massa, habitação, saneamento básico. Precisamos, desta vez, apreender a lição, repetida à saciedade pela história da industrialização, de que não basta crescimento econômico para resolver os problemas fundamentais do emprego, do salário e das condições de vida da população. Isto se torna mais premente porque os novos padrões tecnológicos e de produção que seremos obrigados a adotar supõem uma enorme economia dos custos de trabalho, tanto na indústria quanto nos serviços”. E, concluem, “A teimosia em seguir os cânones de um ajuste recessivo desembocará na destruição da economia, na crise social e no totalitarismo político. Mas *está ao nosso alcance reconstruir a Nação em moldes civilizados*”.²⁹²

O conteúdo normativo da “Escola de Campinas” se apresentou como via de desenvolvimento no momento de transição democrática no regime político brasileiro que, por sua vez, estava circunscrita pela crise da economia mundial capitalista, que não se caracterizou apenas pelo seu modo de pensamento peculiar, forjado num período específico do capitalismo, mas que surgiu como uma ideologia que não apenas se disseminou através do sistema de ensino, através de cursos de graduação, pós-graduação ou de formação para sindicatos patronais ou de trabalhadores, mas que também se enraizou em partidos políticos, os quais conduziram parte de

RUSSO, Sonia Morgenstern. *Dr. Ulysses: o homem que pensou o Brasil*. São Paulo: Prêmio, 2004, pp.179-209.

²⁹¹ PMDB. Esperança e Mudança: uma proposta de governo para o Brasil. In: *Revista do PMDB*. Ano II, nº. 4, out/nov. de 1982, p.8.

²⁹² MELLO, João Manuel Cardoso de & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Introdução. In: Fórum Gazeta Mercantil. *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Ed. Gazeta, 1983, p.24-25 grifo nosso.

seus artífices à alta burocracia do Estado. Nos aparelhos econômicos do Estado, alguns artífices da “Escola de Campinas” tiveram a oportunidade de contribuir para a execução de reformas de viés desenvolvimentistas em tempos de crise. O resultado desta parte da História já é sabido.

Conclusão

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar que a origem da “Escola de Campinas” está vinculada ao processo de produção do capital no Brasil em um momento muito peculiar da História do Brasil e do capitalismo. Suas raízes estão, pois, no processo de consolidação das estruturas do conhecimento moderno no Brasil, promovido pelo Estado brasileiro durante o Regime Militar. Sua articulação ao desenvolvimento capitalista no Brasil se deu a partir da Unicamp, onde o DEPES se constituiu como um espaço de formação de trabalhadores especializados para o capital e para o Estado. Contudo, a forma de articulação da “Escola” foi peculiar. Representou um “espaço de fuga” para os herdeiros da tradição cepalina no Brasil no período da Ditadura Militar, quando esta se intensificou no Brasil e se instaurou no Chile. Neste movimento, a forma peculiar de sua articulação lhe atribuiu um caráter de resistência, não apenas do ponto de vista da luta política pela construção do Brasil, procurando redefinir o projeto de reforma desenvolvimentista, bloqueado em 1964, mas também do ponto de vista do conhecimento, ao desenvolver uma reflexão apoiada em princípios teóricos que contestavam a forma dominante de pensar.

Por um lado, a “Escola” surge, naquele momento, como crítica ao estilo de desenvolvimento capitalista levado a cabo pelo Regime Militar. Crítica à ideia segundo a qual o nexos social para o Brasil deveria ser o “mercado”. Seus fundadores também estavam insatisfeitos com a solução socialista, por considerarem inviável naquele momento histórico. Seu conteúdo de classe é, essencialmente, burguês e nacionalista. Cultiva, no entanto, a solidariedade com a classe trabalhadora no sentido de construir, nos marcos do capitalismo, uma regulação social que oferecesse condições dignas ao povo brasileiro, isto é, basicamente emprego e, por conta disto, alguma possibilidade de mobilidade social ascendente. Essa regulação deveria, entretanto, ocorrer em sincronia com uma política orientada para favorecer a conglomeração do capital nacional como forma de superação da posição subordinada da economia brasileira no mercado mundial, elevando, dessa forma, o Brasil enquanto nação na hierarquia mundial da riqueza e do poder. Uma visão progressista e, portanto, moderna. E como tal, reconhece o futuro como transformação. Transformação para a melhor, a ser construída a partir do presente.

Enquanto intelectuais, os artífices da “Escola de Campinas”, colocaram-se como

críticos da sociedade brasileira em formação. Posicionaram-se no plano do conhecimento e no plano concreto. Neste último, vincularam-se a partidos políticos, principalmente ao MDB, chegando a ocupar cargos estratégicos na burocracia estatal brasileira. Do ponto de vista do conhecimento, a crítica ao capitalismo no Brasil está distribuída no conjunto da produção bibliográfica que analisamos ao longo do capítulo terceiro. De um lado, ao revisarem criticamente a Economia Política da Cepal, elaboraram uma maneira própria de pensar a partir da obra de Karl Marx, mas que incorpora as contribuições de Keynes, Kalecki, Schumpeter, entre outros. Desde ponto de vista, poderemos afirmar que a “Escola de Campinas” constitui um sistema de pensamento orientado para compreender o Brasil na História do capitalismo. Como deixamos sugerido, sua contribuição pode ser avaliada em diferentes aspectos: desde sua contribuição ao pensamento econômico até as incursões pela historiografia econômica e política. Sem desprezar as contribuições em cada campo disciplinar, a maior contribuição está, em nosso entender, na tentativa de se contrapor aos princípios estruturantes do conhecimento moderno, o princípio do universalismo e o princípio da setorização, tal como apresentamos no capítulo primeiro. Como procuramos sugerir no terceiro capítulo, a modalidade de pensamento sobre a qual se apóia a “Escola de Campinas”, posiciona parte da reflexão de seus artífices entre o dilema idiográfico e nomotético. Esta preocupação se manifesta na tipologia dos padrões de formação do capitalismo. Enfrentar este dilema pressupõe, necessariamente, a tentativa de superação da setorização, que se evidencia na forma como é pensada pela “Escola” a relação entre as estruturas econômicas e sociais.

Esta atitude diante do conhecimento levou os artífices a redefinirem coletivamente as hipóteses que explicavam até então a formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A questão que nos colocamos para futuros trabalhos é se estas novas hipóteses permanecem válidas para orientar o estudo da mudança social no Brasil no atual momento do capitalismo. Isto vem sendo questionado recentemente como já indicamos no início do capítulo terceiro. Não obstante as críticas ou reafirmações apologéticas, em nosso entender, mais do que reafirmar hipóteses explicativas ou sistemas de pensamentos, ambos historicamente determinados, faz-se necessário recuperar a atitude diante do conhecimento proposta pela “Escola de Campinas”. Mais do que preservá-la, é necessário radicalizá-la. A complexidade do mundo contemporâneo exige uma perspectiva histórico-mundial.

Certa vez, Roberto Campos disse que, “ou o Brasil acaba com os economistas da

Unicamp ou os economistas da Unicamp acabam com o Brasil”, referindo-se ao Plano Cruzado. Esta alusão irônica pode ser convertida em uma verdade se for explicitado o Brasil a que se referia Campos, “ou o capital financeiro acaba com os economistas da Unicamp ou os economistas da Unicamp acabam com o capitalismo financeiro rentista no Brasil”. Da mesma forma que esta história já é conhecida, ela é também mal compreendida, pois embora o Plano Cruzado encontrasse apoio nas conclusões alcançadas pela “Escola de Campinas” a respeito da economia brasileira, também é verdade que a reflexão de seus artífices não estava sintetizada no Plano Cruzado. O período de transição democrática guarda certo obscurantismo. Para os idealizadores da “Escola de Campinas”, a Economia Política não se constitui em um fim em si mesmo, é antes um meio para a construção de um certo Brasil, diferente daquele gestado pelo Regime Militar, do qual Roberto Campos fazia parte.

Se há, na reflexão desenvolvida pela “Escola de Campinas”, aspectos a serem reconsiderados, estes não estão apenas no nível do político, nível por excelência dos acontecimentos. As dificuldades enfrentadas por este modo de pensamento, e da esquerda em geral, deve, em nosso entender, serem buscadas ao nível estrutural do sistema-mundo moderno. Desta perspectiva, a reflexão da “Escola de Campinas” se afigura como um estilo de pensamento moderno na crise da modernidade. Dito de outra forma: pode ser interpretada como uma consciência possível à sua época. Consciência esta alcançada no momento em que a realidade contestava seus próprios fundamentos, contradizendo a si própria e, por consequência, todo o conhecimento nela apoiada. Isto não passou despercebido aos olhos de João Manuel Cardoso de Mello, que passada uma década concluiu:

Tudo se passa como se as tendências fundamentais do capitalismo reemergissem com intensidade redobrada. O desenvolvimento monstruoso do capital financeiro revelou uma verdade incontestável. Ou por outra, verdade bem conhecida de Marx e Keynes, de Braudel e Polanyi – **nós é que andávamos meio entorpecidos pelas décadas de capitalismo domesticado, esquecidos de que o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca da riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro.** Esta abstração destrutiva aparece com toda a sua força nua e crua no atual rentismo especulativo. Mas aparece por assim dizer encoberta pelo véu tecnológico das forças produtivas desencadeadas pela Terceira Revolução Tecnológica, sob o qual também se camufla o conflito entre capital produtivo e capital especulativo.²⁹³

Se nós conseguimos demonstrar ao longo destas páginas a historicidade do modo de pensamento e da interpretação de Brasil forjado pela “Escola de Campinas”, o presente trabalho

²⁹³ MELLO, João Manuel Cardoso de. A contra-Revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: *Economia & Sociedade*, Campinas (9): dez. 1997 pp. 159-164, p.163, negrito nosso.

cumprir seu papel.

Referências:

Bibliografia

- ALMEIDA, Rômulo. A política econômica do segundo governo Vargas. In: SZMERECSÁNYI, T. e GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- ARICÓ, José. “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional”. In: HOBBSBAWM, Eric (org.) *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; BARR, Kenneth & HISAEDA, Shuji. The Transformation of The Business Enterprise. In: ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. (orgs.). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, pp.97-150.
- AURELIANO, Liana Maria. *No limiar da industrialização*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. [1976].
- BAMBIRRA, Vânia. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México, D.F: Siglo veintiuno, 1979.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Um estudo sobre a crítica da economia política*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L; RÊGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, SP: Editora 34, c1996, p.253-54.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O senhor e o unicórnio: a economia dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.52.
- BENEVIDES, Maria Victoria. O suicídio de Getúlio e suas conseqüências a curto e longo prazo. In: SZMERECSÁNYI, T. e GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BIANCHI, Ana Maria. Do Encontro de Itaipava ao Encontro da USP: comentários à margem da história da ANPEC. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo & MUSSI, Carlos. *O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005*. Texto preparado para o Seminário “Brasil-Chile; una mirada hacia América latina y sus perspectivas, Santiago de Chile, Julho de 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL – Uma Resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Vol.1 Rio de Janeiro: Record, 1998.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 [1988];
- BRAGA, José Carlos de Souza. Os orçamentos estatais e a política econômica. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1981].
- BRAGA, José Carlos de Souza. *Temporalidade da riqueza: uma contribuição a teoria da dinâmica capitalista*. (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”, 1958, pp. 41-77. In: BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Os Jogos das Trocas, vol.2. 2ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009 [1979].
- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. Para uma economia histórica. In: BRAUDEL, F. *Historia e Ciências sociais*. 2. ed. Lisboa; São Paulo: Presença: Martins Fontes, 1976 [1950].
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In Maria Rita Loureiro (org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, pp.17-69.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Revista de Economia Política 3(1), janeiro 1983. Resenha de: MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BROOKE, Nigel e WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social. São Paulo: Ed. da USP, 2002.
- BULHÕES, Octavio Gouvêa de. *A margem de um relatório: texto das conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos: (Missão Abbink)*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Financeiras, 1950.
- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].
- CANO, Wilson. Instituto de Economia da Unicamp: notas sobre sua origem e linhas gerais de sua evolução. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F.S. (orgs.) *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependency and Development in Latin American*. Berkeley: University of California, 1979, p.IX, negrito nosso.
- CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). *O conceito de universidade no projeto da UNICAMP*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- CHANDLER, Alfred D. *The Visible Hand: the managerial revolution in American business*. 5ª Ed. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.
- COLISTETE, Renato Perim. O Desenvolvimentismo Cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F.S. (orgs.) *Ensaio de História do*

- Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COUTINHO, Luciano G. & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1977].
- COUTINHO, Luciano G. Percalços e Problemas da Economia Mundial Capitalista. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1979].
- COUTINHO, Maurício Chalfin. Incursões Marxistas. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F.S. (orgs.) *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.
- CRUZ, Paulo Davidoff. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. A volta de Vargas ao poder a polarização das forças políticas e sociais. In: SZMERECSÁNYI, T. e GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método; Regras para a Direção do Espírito*. São Paulo: Martin Claret, 2003 [1628].
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. [1980], ver introdução.
- EICHENGREEN, Barry J. *A Globalização do Capital: uma história do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p.131.
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERREIRA, Manoel Orlando. A formação do economista no Brasil. In: *Revista Brasileira de Economia*. Ano XX, nº 4, dez.1966, p.32.
- FIORI, José Luís. “Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações”. In: FIORI, José. Luís (Org). *Estado e moeda no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GOMES, Eustáquio. *O Mandarim: história da infância da Unicamp*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- GROSGUÉL, Ramón. A TimeSpace Perspective on Development: recasting Latin America Debates. In: *Review*, XX, 3/4, Summer/Fall, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro, 2002 [1946].
- IANNI, Octávio. A “redemocratização” de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica. In: SZMERECSÁNYI, T. e GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos Políticos e Econômicos do Estado Novo. In: SZMERECSÁNYI, T. e GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KAGEYAMA, Ângela A. & SILVA, José Graziano da. Produtividade e emprego na agricultura brasileira. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOSÍK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969 [1963].
- LOUREIRO, Maria Rita. Introdução In: LOUREIRO, M. R. (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento instituições e depoimentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LUKÁCS, György. “A consciência de classe”. In: LUKÁCS, György. *Historia e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. 2. ed. Porto: Elfos, 1989.
- MALTA, Maria Mello de (coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Lema: IPEA, 2010.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia: introdução a sociologia do conhecimento*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes 1991 [1984].
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 10 ed. México: Siglo XXI, 1980 [1969].
- MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1983].
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao “nacionalismo metodológico”. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, v.19, n.3 (40), p.637-645, dez.2010. O autor agradece ao professor Ricardo Carneiro por ter chamado a atenção para este ponto.
- MELHEM, Celia Soibelman & RUSSO, Sonia Morgenstern. *Dr. Ulysses: o homem que pensou o Brasil*. São Paulo: Prêmio, 2004, pp.179-209.
- MELLO, João Manuel Cardoso & TAVARES, Maria da Conceição. The capitalist export economy in Brazil: 1884-1930. In: *THE LATIN American economies: growth and the export sector 1880-*

1930. New York, N.Y: Homes & Meier, 1985, pp.82-136.
- MELLO, João Manuel Cardoso de & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Introdução. In: Fórum Gazeta Mercantil. *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Ed. Gazeta, 1983, p.24-25 grifo nosso.
- MELLO, João Manuel Cardoso de & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1977], p.157.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. A contra-Revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino- americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: *Economia & Sociedade*, Campinas (9): dez. 1997 pp. 159-164, p.163, negrito nosso.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 [1975]; OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003 [1985].
- MELLO, João Manuel Cardoso de. Prefácio. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O senhor e o unicórnio: a economia dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.18.
- MELLO, João Manuel Cardoso. In: MANTEGA, Guido; RÊGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, SP: Editora 34, 1999, p.195.
- MICELI, Sérgio. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELE, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995b, pp. 341-95.
- MICELI, Sérgio. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995a.
- MIGLIOLI, Jorge & SILVA, Sérgio. Redistribuição: uma problema de salários e lucros. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1979].
- MORAES, João Quartim de & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- NOVAIS, Fernando A. “Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime”, 1979. In: NOVAIS, F. A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1995 [1972].
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Unicamp, 2003 [1985], p.80, negrito nosso.
- PINTO, Álvaro Vieira. A questão da universidade. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986 [1961].
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio da Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1967].

- PMDB. Esperança e Mudança: uma proposta de governo para o Brasil. In: *Revista do PMDB*. Ano II, nº. 4, out/nov. de 1982, p.8.
- PRADO JÚNIOR, Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1966], p.74.
- PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *Desarrollo Económico*, Vol. 26, No. 103. (Oct. - Dec., 1986) [1949], 1986, p.482, negrito nosso.
- PRESSER, Mário Ferreira. Ecletismo em Dissenso: uma comparação das propostas dos Neo-estruturalista da PUC-RJ e dos keynesianos da Unicamp. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F.S. (orgs.) *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.
- REISCHSTUL, Henri Philippe & COUTINHO, Luciano G. Investimento Estatal 1974-80: ciclo e crise. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].
- RODRÍGUEZ, Octavio. *El Estructuralismo Latinoamericano*. México, Siglo XXI Editores : Cepal, 2006.
- RODRÍGUEZ, Octavio. *La teoría del subdesarrollo de la CEPAL*. México, Siglo XXI Editores, 1980.
- SADER, Emir. O Marxismo Ocidental no Brasil. In: ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p.12.
- SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, c1999.
- SANTOS, Fábio Pádua dos & NUNES, Leonardo Dias. Rising of “Campinas School”. In: *ESHET en México: de la era colonial a la globalización: enfoques y reflexiones en la historia del pensamiento económico*. Ciudad del México, 9-12 de noviembre 2011. Anais. CD.
- SANTOS, Theotônio dos. *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1969.
- SANTOS, Theotônio dos. Subdesenvolvimento e Dependência. In: LÖWY, Michel. *O Marxismo na América Latina*. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 1999 [1970].
- SANTOS, Wanderly Guilherme. *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1962.
- SANTOS, Fábio Pádua dos. O enfoque histórico-estrutural e a crítica relegada. In: *Textos de Economia*. No prelo.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SILVA, Sérgio. Sobre a estrutura de produção no Campo. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].
- SOUZA, Paulo Renato. Os impasses atuais das políticas de emprego e de salário. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1982].

- SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo XXI, 1970.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3ªed, Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1974].
- TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1978].
- TAVARES, Maria da Conceição. O sistema financeiro recente e o Ciclo de Expansão Recente. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1978].
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*. Vol. 1. New York: Academic Press, 1974.
- WALLERSTEIN, I. *The Politics of the World-Economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O homem da conjuntura. In: LACOSTE, Yves (coord.). *Ler Braudel*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity, c1991.
- WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. México: Siglo XXI, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *SpaceTime as Basis of Knowledge*. 1997 (notas enviadas ao Congresso Mundial de Convergência realizando em Cartagena, Colômbia).
- WALLERSTEIN, Immanuel. A Análise dos Sistemas Mundiais. In: Giddens, A. e Turner, J. (orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, pp.447-470.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York, NE: The New Press, 2000.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis: an introduction*. Duke University Press, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol.1. 4ª Ed. Brasília: Editora UnB, 2000.

Documentos

- A *MISSÃO Cooke no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getulio Vargas, 1949.
- Ata de aprovação DEPEs. In: CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). *O conceito de universidade no projeto da UNICAMP*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de ação econômica do governo: 1964-1966 (síntese)*. Brasília: 1964, p.13.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Programa Estratégico de*

Desenvolvimento, 1968-1970: estratégia de desenvolvimento e estrutura geral. 2 vol. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1968.

CHURCHILL, Winston S. *Iron Curtain Speech*, 5 de março de 1946.

DECRETO Nº 37.608, de 14 de julho de 1955. Instituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros

NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.*

Proposta de criação do DEPES. In: CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). *O conceito de universidade no projeto da UNICAMP.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

Relatório Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. In: *Memórias do Desenvolvimento.* Ano 2, nº 2. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2008.

TRUMAN, Harry S. “Address Opening the Meeting of the Foreign Ministers of the American Republics”, 26 de março de 1951.

TRUMAN, Harry S. *Address Before the Rio de Janeiro Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security*, 2 de setembro de 1947.

TRUMAN, Harry S. *Address Opening the Meeting of the Foreign Ministers of the American Republics*, 26 de março de 1951.

TRUMAN, Harry S. *Special Message to the Congress on Greece and Turkey: The Truman Doctrine*, 12 de março de 1947.

TRUMAN, Harry S. *Special Message to the Congress Recommending Point 4 Legislation*, 24 de junho de 1949.

Dicionários

Instituto Superior de Estudos Brasileiros In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.* Vol. III. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, pp. 2801-2803.

Material de Imprensa

AZEVEDO, Fernando de. Mais uma vez convocados In: *O Estado de São Paulo.* São Paulo, 1ª de julho de 1959.

PREBISCH, Raúl. Advertência à América Latina. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 ago. 1961. Primeiro Caderno, p. 12.

Anexo Estadístico

Tabela 1 - Setor Externo Brasileiro

	Taxa real variação			% do PIB	
	PIB	Importações (Bens e Serviços)	Exportações (Bens e Serviços)	Importações (Bens e Serviços)	Exportações (Bens e Serviços)
1947	2,4	-	-	13,4	12,7
1948	9,7	-17,0	-3,8	10,1	11,1
1949	7,7	-6,8	-13,7	8,8	8,9
1950	6,8	-7,4	10,5	7,6	9,2
1951	4,9	55,5	9,5	11,3	9,6
1952	7,3	-6,0	-21,0	9,9	7,1
1953	4,7	-40,6	-2,3	5,6	6,6
1954	7,8	31,4	9,0	6,8	6,7
1955	8,8	9,0	24,3	6,8	7,6
1956	2,9	-12,5	-8,7	5,8	6,8
1957	7,7	14,1	-11,3	6,2	5,6
1958	10,8	9,6	13,8	6,1	5,7
1959	9,8	18,7	14,1	6,6	5,9
1960	9,4	6,3	-2,2	6,4	5,3
1961	8,6	5,1	18,3	6,2	5,8
1962	6,6	38,1	22,5	8,0	6,7
1963	0,6	13,1	30,6	9,0	8,6
1964	3,4	-35,6	-22,0	5,6	6,5
1965	2,4	-1,5	19,5	5,4	7,6
1966	6,7	14,0	-9,0	5,8	6,5
1967	4,2	4,3	-8,1	5,8	5,7
1968	9,8	27,7	14,4	6,7	6,0
1969	9,5	9,5	23,1	6,7	6,7
1970	10,4	22,4	15,7	7,4	7,0
1971	11,3	22,5	2,3	8,2	6,5
1972	11,9	21,0	26,1	8,9	7,3
1973	14,0	15,9	22,9	9,0	7,8
1974	8,2	59,6	5,8	13,3	7,7
1975	5,2	-12,9	-1,1	11,0	7,2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA.

Tabela 2 - Evolução dos Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil.

	Milhões de US\$ a preços de 2010				Taxa real de variação				% do PIB		
	PIB	IED Ingresso	IED Saída (-)	Renda IED Despesas (-)	PIB	IED Ingresso	IED Saída (-)	Renda IED Despesas (-)	IED Ingresso	IED Saída (-)	Renda IED Despesas (-)
1947	161.012	994	83	696	2,4	-	-	-	0,62	0,05	0,43
1948	176.630	1.112	63	1.253	9,7	11,84	-24,39	80,02	0,63	0,04	0,71
1949	190.230	694	58	1.157	7,7	-37,58	-7,67	-7,67	0,36	0,03	0,61
1950	203.166	623	106	1.101	6,8	-10,21	83,41	-4,86	0,31	0,05	0,54
1951	213.121	842	135	1.538	4,9	35,10	27,00	39,75	0,40	0,06	0,72
1952	228.679	963	0	1.014	7,3	14,36	-	-34,07	0,42	-	0,44
1953	239.427	1.147	19	2.483	4,7	19,15	-	144,82	0,48	0,01	1,04
1954	258.102	1.164	22	2.082	7,8	1,45	19,01	-16,15	0,45	0,01	0,81
1955	280.815	1.898	0	1.922	8,8	63,09	-	-7,66	0,68	-	0,68
1956	288.959	2.670	0	1.421	2,9	40,65	-	-26,06	0,92	-	0,49
1957	311.209	3.225	18	1.099	7,7	20,78	-	-22,69	1,04	0,01	0,35
1958	344.819	3.539	0	1.355	10,8	9,75	-	23,29	1,03	-	0,39
1959	378.611	3.815	0	1.425	9,8	7,79	-	5,14	1,01	-	0,38
1960	414.201	3.275	0	1.898	9,4	-14,16	-	33,27	0,79	-	0,46
1961	449.822	3.732	0	1.777	8,6	13,97	-	-6,38	0,83	-	0,40
1962	479.511	3.173	0	1.947	6,6	-15,00	-	9,54	0,66	-	0,41
1963	482.388	1.747	0	1.144	0,6	-44,95	-	-41,22	0,36	-	0,24
1964	498.789	1.979	0	1.335	3,4	13,33	-	16,66	0,40	-	0,27
1965	510.760	3.456	0	2.289	2,4	74,58	-	71,45	0,68	-	0,45
1966	544.981	3.036	0	2.425	6,7	-12,14	-	5,95	0,56	-	0,44
1967	567.870	2.089	0	2.035	4,2	-31,19	-	-16,10	0,37	-	0,36
1968	623.521	2.832	329	2.887	9,8	35,56	-	41,89	0,45	0,05	0,46
1969	682.755	4.051	53	2.997	9,5	43,03	-83,89	3,80	0,59	0,01	0,44
1970	753.762	7.050	115	6.997	10,4	74,04	117,19	133,50	0,94	0,02	0,93
1971	839.261	7.966	300	7.539	11,3	12,99	161,09	7,75	0,95	0,04	0,90
1972	939.471	7.954	598	5.843	11,9	-0,14	99,10	-22,49	0,85	0,06	0,62
1973	1.070.703	15.294	261	7.594	14,0	92,28	-56,37	29,96	1,43	0,02	0,71
1974	1.158.008	13.083	444	6.605	8,2	-14,46	69,98	-13,02	1,13	0,04	0,57
1975	1.217.838	11.951	672	5.020	5,2	-8,66	51,53	-23,99	0,98	0,06	0,41

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BACEN.

Tabela 3 - Investimentos e Reinvestimentos Estrangeiros no Brasil: Distribuição por País da Empresa/Ano de Ingresso ou Capitalização

País	Dezembro de 1985 - em US\$ mil										
	até 1950	1951 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Total
ESTADOS UNIDOS											
Investimentos	40.508	208.444	322.313	2.541.490	321.755	548.887	637.840	436.187	146.370	83.962	5.287.756
Reinvestimentos	57.437	199.482	368.477	1.215.395	239.779	250.764	292.079	100.636	64.170	-20.965	2.767.254
Total	97.945	407.926	690.790	3.756.885	561.534	799.651	929.919	536.823	210.540	62.997	8.055.010
TOTAL GERAL											
Investimentos	183.813	599.797	1.166.322	8.984.707	1.504.352	1.758.509	1.472.730	1.250.606	774.921	229.575	17.925.332
Reinvestimentos	123.304	356.534	961.498	3.368.934	468.705	725.354	698.029	406.120	433.395	197.279	7.739.152
Total	307.117	956.331	2.127.820	12.353.641	1.973.057	2.483.863	2.170.759	1.656.726	1.208.316	426.854	25.664.484
EUA/Total	31,9	42,7	32,5	30,4	28,5	32,2	42,8	32,4	17,4	14,8	31,4

Observações:

- a) Inclui investimentos em bolsa (DL 1.401) e investimentos incentivados (Resolução 480, de 20.06.1978);
 b) Moedas convertidas em US\$ às paridades vigentes em 31.12.1985 (*current-cost basis*); e
 c) Posição com base nos registros expedidos pelo FIRCE até 31.12.1985.

Fonte: BACEN / FIRCE / DIVAP, em 31.12.1985

Tabela 4 - Reservas internacionais do Brasil.

	Milhões de R\$ a preços de 2010.
1947	15.393
1948	13.828
1949	12.653
1950	10.887
1951	6.557
1952	4.938
1953	7.919
1954	8.327
1955	10.621
1956	11.679
1957	8.539
1958	12.857
1959	8.837
1960	8.187
1961	11.934
1962	6.850
1963	4.316
1964	5.623
1965	10.830
1966	8.041
1967	3.597
1968	4.690
1969	11.977
1970	21.015
1971	29.415
1972	66.908
1973	81.693
1974	55.136
1975	37.882

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BACEN.

Valores calculados com base na Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - média - R\$ de 2010.